Gustavo Valdivino da Silva

Neoliberalismo e governamentalidade em Foucault

Transformações na economia política, do liberalismo ao neoliberalismo

Dezembro de 2020

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de economia

Gustavo Valdivino da Silva

Neoliberalismo e governamentalidade em Foucault

Transformações na economia política, do liberalismo ao neoliberalismo

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas sob orientação da Prof.ª Dra. Luzia Margareth Rago.

Campinas
Dezembro de 2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

Si38n	Silva, Gustavo Valdivino da, 1996- Neoliberalismo e governamentalidade em Foucault : transformações na economia política, do liberalismo ao neoliberalismo / Gustavo Valdivino da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2020. Orientadora: Luzia Margareth Rago. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1. Foucault, Michel, 1926-1984. 2. Liberalismo. 3. Neoliberalismo. 4. Economia política. I. Rago, Luzia Margareth,1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações adicionais, complementares
Palavras-chave em inglês:
Foucault, Michel, 1926-1984
Liberalism
Neoliberalism
Political economy
Titulação: Bacharel em Ciências Econômicas
Data de entrega do trabalho definitivo: 15-12-2020

Aos meus pais.

Deus te livre, leitor, de uma idéa fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho. Vê o Cavour; foi a idéa fixa da unidade italiana que o matou. Verdade é que Bismarck não morreu; mas cumpre advertir que a natureza é uma grande caprichosa e a história uma eterna loureira

- M. Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas.*

Introdução **8**
Notas sobre Foucault, história e a genealogia 8
Biopolítica e neoliberalismo 10

Capítulo um: Liberalismo, do projeto às rachaduras **12**

1.1. A Razão de Estado **16**

1.2. O caminho para a fobia do Estado, é realmente necessário sermos governados? **26**

1.3. O nascimento do princípio da Utilidade **30**
1.3.1. O liberalismo como uma forma de razão de Estado 31
1.3.2. Os diferentes sujeitos de poder: a abordagem revolucionária francesa e a radical inglesa 42

1.4. Quando as rachaduras enunciam explosões, ou quando as explosões acabam em rachaduras: crise do liberalismo **47**

1.5. O focus da possibilidade liberal: a subjetivação do homo oeconomicus **52**
1.5.1. O sujeito de interesse e o sujeito de direito 53
1.5.2. Uma transação: o governo do homo oeconomicus ao da sociedade civil 61

1.6. Liberalismo, enfim **73**

Capítulo dois: O nascimento da racionalidade neoliberal **78**

2.1 Introdução **79**

2.2. O neoliberalismo alemão **83**
2.2.1. Antecedentes neoliberais, o liberalismo alemão e o resgate do princípio da concorrência como base formal do mercado 84
2.2.2. A intervenção neoliberal 88
2.2.3. O empreendedor, a concorrência como princípio ético 94
2.2.4. Sobre o império da lei 96
2.2.4.1. Uma questão política estratégica: a renovação do capitalismo pela lei 100
2.2.5. A crítica da natureza do Estado 108

2.3. Um debate de transição, as origens da política social neoliberal **112**

2.4. O neoliberalismo americano **117**
2.4.1. Antecedentes do neoliberalismo americano 117
2.4.2. A teoria do capital humano 119
2.4.3. Outra questão, mesmo “approach”: o problema da criminalidade 129

3. Considerações Finais **134**

Referências bibliográficas **138**

Agradecimentos

Como todo trabalho é coletivo, gostaria de agradecer aos meus amigos Thiago Paz, pelas discussões sempre livres e motivadoras e Maria Paula pelas ideias e sugestões. Ao Jean, pelas conversas e as flores que mandamos às nuvens. Aos meus orientadores, Maurício e Margareth, por ideias necessárias e estratégicas para o trabalho, e, antes de tudo, por se preocuparem com o meu aprendizado. A meu gato, Panco, pela companhia constante e sincera. A todos os trabalhadores do Instituto de Economia, em especial aos da secretaria de graduação e da coordenação de graduação, cujo contato me foi mais próximo, muito obrigado!

Resumo

Esta monografia pretende realizar um estudo do liberalismo e neoliberalismo a partir da teorização de Michel Foucault. O liberalismo surge como prática, forma de governo que se deve a uma configuração das relações de Estado com um novo campo em ascensão: o mercado. Relação que é por natureza instável, parte substancial da constituição dos vazios do poder. Questões muito concretas possibilitam o seu nascimento, bem como sua crise. O neoliberalismo é herdeiro de tensões cujo centro é a mesma similitude transformada: pode o mercado organizar as relações sociais? Pode o mercado naturalizar-se? Depois de dispostos os principais fundamentos do liberalismo, é possível avançarmos na discussão acerca do neoliberalismo. Após crises internas do liberalismo, ensaia-se uma grande virada no pensamento econômico. Pretende-se mostrar que, para a possibilidade de instauração do neoliberalismo, a presença do Estado tem grande importância; através da Lei e de outras formas institucionais criam-se e modificam-se os padrões de concorrência, a regulação e a ordenação social. Para tanto, seguiremos Foucault nas análises dos ordoliberais, os primeiros neoliberais, aos economistas estadunidenses anarcocapitalistas, que introduzem uma virada epistemológica relevante.

Palavras-Chave: Liberalismo; Foucault; Neoliberalismo; Economia política

Introdução

Notas sobre Foucault, história e a genealogia

O objetivo deste trabalho é entender o neoliberalismo, ou, antes, entender a sua história "efetiva" ou história real (*Wirkliche Historie*), suas características principais, sua razão de ser, da forma como contada por Foucault. Objetivo também importante é entender Michel Foucault, não de acordo com uma totalidade estruturante, por ele veemente criticada, mas a *démarche* de seus pensamentos, a produção de suas descontinuidades, o jogo de forças que arrastam obra e autor. Trata-se de fazer surgir histórias, trata-se de vê-lo tentar uma outra história, uma história que, ao invés de feita para construir unidades, é feita para cortar.

O corte, sendo uma negação da essência, produz inconstâncias e permite multiplicidades. Permite ver a realidade como um teatro de máscaras que encenam o mundo como um ato de dominação. O mundo não é uma figura que caminha em direção a uma redenção qualquer e milenar, mas uma "multidão de erros e fantasmas"[1] escondidos e perdidos sob o véu do acontecimento.

A humanidade não progride lentamente em direção a um aprendizado espiritual e homogêneo que cria, através das regras, cada vez mais a possibilidade de paz ou fim das violências; mas ela instala suas violências em um sistema de regras, de modelo em modelo, de dominação em dominação.

O sentido histórico empenhado na análise de uma história "efetiva" inverte a relação de distância, como estabelecida pela história convencional em fidelidade à metafísica. Ao invés das ideias mais abstratas, dos cumes mais elevados onde se encontrariam espectros em salvaguarda, a vida, a natureza e o Estado, devemos olhar para o chão e perceber como ao redor dele as coisas brotam. O olhar ao que está próximo, as conexões mais imediatas, únicas e agudas, olhar do alto em mergulho elementos que em si não são senão diferença em intensidades, olhar para, como que a partir de um diagnóstico, estabelecer a diferença.

[1] Nietzsche. *Humano, demasiado humano*, § 16.

Não se busca fazer em nenhum momento a história da origem; a história é o corpo do devir, é preciso ser metafísico para encontrar-lhe na alma a ideia da origem. Se interpretar é se apoderar por violência de um sistema de regras que não tem significação em si essencial e dobrá-lo em si mesmo, impor-lhe uma nova direção, é possível fazer aparecer os acontecimentos no teatro dos procedimentos, reintroduzir no devir tudo o que parece verdade imortal dos homens, reduzir as constâncias em riso, ridículo. Acontecimento como máscara trocada, uma relação de forças que se inverte, um poder questionado, uma dominação que se enfraquece, e outra que encena sua mascarada entrada.

A genealogia destrói e cria a história. Depende da história para construir um conteúdo, "é a história como um carnaval organizado"[2]. A genealogia deve parodiar a história para mostrá-la apenas como é, uma paródia. Isso é porque é necessário usar a História com uma atitude anti-platônica, o sentido histórico deve desvincular-se da mitologia supra-histórica. Não à toa vemos ao longo do *Nascimento da Biopolítica* passagens críticas ao método dialético e ao totalitarismo da História: é que não se trata de fortalecer elementos históricos, guiá-los a partir de sua natureza, incentivá-los para acelerar o movimento da Ideia ou do Partido em direção à sua realização contraditória inevitável. Trata-se, sim, de destruir identidades e disfarces históricos, de expor a História à nudez, de fazer da história "uma contramemória e de desdobrar consequentemente toda uma outra forma do tempo"[3] e de lugar.

Se a genealogia é arqueológica e busca colocar a questão do corpo, do solo que nos viu crescer, da língua que nos ditou as regras primeiras, das leis e das práticas, é para classificar os sistemas heterogêneos que nos obrigam a repetir. A arqueologia genealógica não visa reencontrar as raízes de nossa identidade, mas dissipá-las. É através das descontinuidades que a máscara do eu é removida.

[2] Foucault, M. *Microfísica do Poder*, p. 82.
[3] Idem, p. 80.

Biopolítica e neoliberalismo

Antes de entrar no 'neoliberalismo' em *Nascimento da Biopolítica*, é necessário introduzir e fazer apontamentos sobre metodologia e formas de abordar o liberalismo. Um dos objetivos é entender o "neoliberalismo" como um fenômeno a partir do momento em que entendermos as práticas que o tornaram possível. De uma perspectiva histórica, o sublinhado das práticas que originaram o neoliberalismo nos permite mapear os mecanismos e tecnologias reais que os Estados são capazes de implementar, a fim de guiar a sociedade no que é entendido, nas diferentes épocas, como a melhor forma de governo. Antes de tudo, então, é necessário escavar as possibilidades do liberalismo.

Uma arte de governo permeada por técnicas de controle para a sociedade e autolimitação para si mesma, o liberalismo funciona como um justificador de ações em que há necessidade de justificativas - é o cérebro que começou a racionalização da atividade do Estado desde o século XVIII. Para Foucault, é extremamente importante estudar o liberalismo como origem do neoliberalismo, uma vez que o segundo torna-se possível por meio das crises internas do primeiro[4] (Foucault, 2011, p. 69).

No capítulo um, buscaremos o estudo do liberalismo e dos fatores que tornam possível sua operacionalidade. Esse capítulo é necessário pois é somente a partir do desenvolvimento ulterior do liberalismo que o neoliberalismo se tornará possível. Destaca-se neste primeiro capítulo a ênfase dada por Foucault ao *homo economicus* como constituição do objeto e do sujeito liberal; a insurgência da economia política e do princípio da utilidade enquanto forma principal de se analisar o sucesso ou insucesso do governo, substituindo em importância os princípios jurídicos dos direitos do homem e do soberano.

[4] Entre outras passagens, há a explicação do problema neoliberal e crise do liberalismo: “This is precisely the present crisis of liberalism. All of those mechanisms which since the years from 1925 to 1930 have tried to offer economic and political formula and to secure states against communism, socialism, National Socialism, and fascism, all these mechanisms and guarantees of freedom which have been implemented in order to produce this additional freedom or, at any rate, to react to threats to this freedom, have taken the form of economic interventions, that is to say, shackling economic practice, or anyway, of coercive interventions in the domain of economic practice” (Foucault, 2011, p. 69).

Depois do primeiro capítulo sobre liberalismo, que termina em suas crises, seguiremos para o segundo, em que o neoliberalismo e sua racionalidade será apresentada. Destacam-se nessa parte os neoliberalismos alemão e americano, que dão o fôlego inicial no que diz respeito às tecnologias de Estado para defesa da concorrência e para a subjetivação dos indivíduos baseada na mentalidade empresa.

A tese principal é a de que houve, desde o século XVI até meados do século XVIII, reinvenções na forma e nas tecnologias de poder capazes de mudar as forças e o centro de ação do governo. O governo do Estado tornou-se cada vez mais biopolítico, consciente da necessidade de uma intervenção jurídica-institucional na sociedade, a partir do corpo que se transforma em alvo político, de acordo com as regras e princípios da economia, assumindo a responsabilidade de atender aos princípios de governança como detentora da funcionalidade da estrutura de mercado e, para isso, de guardião da lei. E, ao mesmo tempo, houve um avanço da lógica de mercado para outras esferas da vida, que tem tomado uma feição naturalizada e aparentemente inevitável, moldando subjetividades em direção a uma certa razão neoliberal.

Capítulo um: Liberalismo, do projeto às rachaduras

No que tange a como Michel Foucault introduz o assunto que pretendemos estudar aqui, no curso *Nascimento da Biopolítica*, realizado no Collège de France de 1979, um acontecimento curioso no decorrer das aulas é que, para explicar a biopolítica, o autor acha necessário recorrer ao regime governamental que dá possibilidades da existência de algo como a biopolítica,

> I thought I could do a course on biopolitics this year. I will try to show how the central core of all the problems that I am presently trying to identify is what is called population. Consequently, this is the basis on which something like biopolitics could be formed. But it seems to me that the analysis of biopolitics can only get under way when we have understood the general regime of this governmental reason I have talked about, this general regime that we can call the question of truth, of economic truth in the first place, within governmental reason. Consequently, it seems to me that it is only when we understand what's at stake in this regime of liberalism [...] only when we know what this governmental regime called liberalism was, will we be able to grasp what biopolitics is (Foucault, 2011, p. 22)[5].

Sendo assim, com o objetivo original de discutir a biopolítica, e tendo isso em mente, Foucault prefere primeiro explicar a história da biopolítica em termos de seu embrião governamental. A biopolítica é parte de algo muito maior; então, nessas aulas, ele propõe estudar o liberalismo como o quadro geral da biopolítica, sua razão agregadora e seu centro político e econômico de fiação. No final, há pouca análise de biopolítica no livro, uma vez que a análise de sua razão governamental é algo bastante longo e complexo. Sobre isso, e sobre os embalos que o levaram a desvios no meio do caminho, o autor comentou, no início da aula de 7 de março de 1979:

> I would like to assure you that, in spite of everything, I really did intend to talk about biopolitics, and then, things being what they are, I have ended up talking at length, and maybe for too long, about neoliberalism, and neoliberalism in its German form (Foucault, 2011, p. 185)[6].

Portanto, muitas de suas aulas são sobre as transformações na razão governamental das ações do Estado desde o século XVIII, suas crises, causas e os impactos das tecnologias de governo. Assim como somente é possível fazer a história da loucura se afirmarmos que ela não existe - como natural, mas algo que veio a ser - o procedimento para se entender essas tecnologias de governo é bem parecido. E, ao final do curso,

[5] Aula um, 10 de Janeiro de 1979.
[6] Aula sete, 21 de Fevereiro de 1979.

> THIS YEAR'S COURSE ENDED up being devoted entirely to what should have been only its introduction. The theme was to have been "biopolitics," by which I meant the attempt, starting from the eighteenth century, to rationalize the problems posed to governmental practice by phenomena characteristic of a set of living beings forming a population: health, hygiene, birth rate, life expectancy, race … We know the increasing importance of these problems since the nineteenth century, and the political and economic issues they have raised up to the present (Foucault, 2011, p. 317)[7].

No que diz respeito ao método implícito ao termo tão utilizado pelo autor sobre a "arte de governo", liberalismo enquanto arte de governo, ele não pretende criar uma enciclopédia sobre os diferentes mecanismos de governo, as situações particulares com que lida, os instrumentos empregados, os esquecidos e assim por diante. Ele estuda "*the art of governing, that is to say, the reasoned way of governing best and, at the same time, reflection on the best possible way of governing*" (Foucault, 2011, p. 2), as maneiras pelas quais a ação de governar foi ensinada e conceituada dentro e fora do governo. Em resumo, ele chama isso de "*the study of the rationalization of governmental practice*" (Foucault, 2011, p. 2), o que significa o estudo de como a prática governamental é justificada em vários contextos ao longo da história, ou como o liberalismo passou a ser visto como um conjunto de formas específicas de justificação de formas específicas de governo.

Essa escolha implica uma preferência explícita do método, na perspectiva do autor, de não tomar como objeto já dado conceitos universais que geralmente conformam a análise histórica e sociológica a uma maneira específica de pensar o governo, as pessoas, o Estado, a sociedade civil etc. Ao invés de deduzir fenômenos universais, ele gostaria de começar do concreto, da prática, da atividade e da constituição do saber. Onde há esse conjunto de práticas bem definido, ou uma vez que essas práticas estejam bem definidas, torna-se possível testar os conceitos universais nessa grade de práticas analisadas. Então, por tudo o que está para acontecer, como a escolha do autor, vamos supor que os universais (incluindo o neoliberalismo) não existam[8]. (Foucault, 2011, p. 3). Somente se fizermos essa

[7] Aula doze, 4 de Abril de 1979.

[8] Em relação a esse método, encontra-se a passagem sobre a crise do liberalismo e crise do capitalismo: "But crises of liberalism are not just the pure and simple or direct projection of these crises of capitalism in the political sphere. You can find crises of liberalism linked to crises of the capitalist economy. But you can also find them with a chronological gap with regard to these crises, and in any case the way in which these crises manifest themselves, are handled, call forth

suposição é que a história do neoliberalismo se torna possível; caso contrário, se o 'neoliberalismo' (como um conceito universal) for aceito, não há como indagar como essa grade de práticas realmente se tornaram 'neoliberais' ou como é entendida a sua atividade governamental. Somente se aceitarmos que o neoliberalismo não existe, é que podemos começar a entender as rupturas em sua constituição e desnaturalizá-la. É por isso que Foucault raramente usa o termo neoliberalismo. Ele pode se referir ao neoliberalismo alemão (Foucault, 2011, p. 101-159) ou ao neoliberalismo americano (Foucault, 2011, p. 215) para discutir especificidades na cadeia de pensamento dos teóricos em um período de tempo, mas raramente o termo como puramente conceito universal abstrato, mesmo que seja possível estabelecer conexões mútuas e comuns entre os dois - e é assim que ele usa o "neoliberalismo".

Então, para explicar biopolítica e para explicar neoliberalismo é necessário entender algo como o nascimento do liberalismo, e esse é o objetivo deste capítulo. Para tanto, recorre-se a elementos como a Razão de Estado como algo que dá direção à operação governamental, ao mercantilismo enquanto uma razão de Estado específica, superada para o nascimento do liberalismo. A Economia Política aparece aqui enquanto organizadora intelectual e articuladora de leis naturais para atuação do Estado e do direito como limite à ação do governo, enfim, como fórmula de saber-poder. Trata-se aqui, então, da história dos principais elementos do liberalismo enquanto forma de governo, seus desenvolvimentos conflituosos e suas crises internas - uma vez que é a partir delas que o neoliberalismo enquanto possibilidade de governo se apresenta.

reactions, and prompt reorganizations is not directly deducible from the crises of capitalism. It is the crisis of the general apparatus (dispositif) of governmentality, and it seems to me that you could study the history of these crises of the general apparatus of governmentality which was installed in the eighteenth century" (Foucault, 2011, p. 70).

1.1. A Razão de Estado

Há no século XVI o nascimento de uma série de práticas, saberes e noções de governo que confluem para possibilidades de novas governamentalidades. Conceito nem um pouco trivial, e que, portanto, merece ser resgatado nas próprias palavras do filósofo, afinal, o que pretendemos fazer aqui é, de certa forma, uma reconstrução dos passos dados primeiros pelo autor, no que diz respeito a alguns episódios da história da governamentalidade:

> (...) entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma tão específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que chamamos "o governo" sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por "governamentalidade," creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco "governamentalizado". (Foucault, 2008, p. 143)

Eis a dificuldade e a genialidade do conceito: governamentalidade escava o hábito do governo, decompõe naturalidades. Todas essas práticas, essas inovações que permitem algo novo em termos de governamentalidade, só foram possíveis pela criação ou redescoberta de algo como a população. O governo, até o século XVI, tinha como modelo o funcionamento da família: o pai é o cabeça, os súditos, os filhos etc. Com o nascimento de algo como a população e a estatística, que são aqui, quase um desdobramento um do outro, começa-se a fazer da família um instrumento. A família como instrumento do governo da população. Com o tempo, a estatística exclui o modelo da família, pois mostra que a população tem regularidades próprias, movimentos próprios e irredutíveis à família. É essa agregação estatística da população que dá à arte de governar um novo fôlego, uma nova guinada.

A ação do governo, tendo como objetivo último a população, é primeiramente realizada através de campanhas, de estímulos à taxa de natalidade, ou dirigindo ou incentivando as pessoas nessa ou naquela região de acordo com essa ou aquela necessidade, os fluxos da população. A população como instrumento é tratada pelo governo como consciente do que quer, ainda que inconsciente do que a fazem fazer.

É nesse ínterim imbricado e nessa rede contínua e múltipla de relações entre a população-estatística, território e a riqueza que se vai constituir algo chamado Economia Política, e, face a face, um tipo de intervenção possível e característica do governo, que veio a ser a intervenção em algo que é a economia e a população. Economia, então, como campo de inteligibilidade que provém do agir, da prática da população e Economia Política, mais tarde, como constituição independente do Estado, mas que se refere a ele. Foucault busca pensar a economia como prática que possui equivalência, ou reciprocidade na forma de governo. Isto é, "foi através do desenvolvimento da ciência do governo que a economia pode recentrar-se num certo nível de realidade que a caracterizamos agora como econômica" (Foucault, 2008, p. 138), mas, ao mesmo tempo, "pode-se dizer igualmente que é graças à percepção dos problemas específicos da população e graças ao isolamento desse nível de realidade que se chama economia", ou seja, ao campo de inteligibilidade do econômico, "que o problema do governo pode enfim ser pensado, refletido e calculado fora do marco jurídico da soberania." (Foucault, 2008, p. 138).

Esse nascimento, que coaduna economia e população ao ato de governar, também registra um outro movimento, que diz respeito à passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania para um regime que se faz no século XVIII em torno da população e, consequentemente, em torno da Economia Política. Há, já no século XVI, a marca do governo que começa a governar as coisas pela positividade, pelo *laissez-faire.*

Essa nova problematização, que marca um novo nível de racionalização do exercício do governo, dá ao soberano do século XVI uma tarefa mais específica, em relação aos súditos, do que apenas um prolongamento na terra de uma soberania divina. Ao invés de um *continuum* da natureza divina, que marca a relação de governo do tipo pastoral, o governo deve cuidar da *res publica.* Pede-se ao

soberano algo a mais, uma diferença, em relação ao pastorado que dominava até então a arte de governar (Foucault, 2008, p. 317). Essa diferença marca o processo de racionalização da coisa pública e faz emergir algo como a razão de Estado. Em resumo, tem-se um nível no qual a natureza se separa do assunto e do fazer governamental. Por um lado, ainda existe a natureza enquanto princípio, enquanto linha de limite, *principia naturae,* mas por outro tem-se a necessidade de uma soberania específica sobre os homens, que obedece a outro modelo, outro tipo de racionalidade, de forma que essa coisa a mais à qual a soberania se refere é o governo, ou, antes, o governo que deve buscar explicar-se, fundar na realidade uma razão de ser. Sobre essa razão, esse ato fundador que explica a necessidade de um Estado, Foucault busca nos textos políticos dos séculos XV e XVI um parâmetro de guia, entre eles, Giovanni Botero em *Della ragion di Stato*, de 1589, e Martin Chemnitz, *De ratione status*, de 1647.

Recuperando esses autores, temos em Botero a ideia de que o "o Estado é uma firme dominação sobre os povos" e de que, portanto, "a razão do Estado é o conhecimento dos meios adequados para fundar, conservar e ampliar essa dominação". Ao mesmo tempo, "essa razão de Estado abraça muito mais a conservação do Estado do que sua fundação ou sua extensão, e muito mais a sua extensão do que a sua fundação propriamente dita" (Foucault, 2008, p. 318). Enquanto em Chemnitz, "a razão de Estado sempre existiu, se entendermos por razão de Estado o mecanismo pelo qual os Estados podem funcionar, mas foi necessário um instrumento intelectual absolutamente novo para detectá-la e analisá-la, do mesmo modo que existem estrelas…", (Foucault, 2008, p. 322), "os matemáticos modernos descobriram com suas lunetas novas estrelas no firmamento e manchas no sol. Os novos políticos também tiveram as suas lunetas, por meio das quais descobriram o que os antigos não conheciam ou nos haviam ocultado com cuidado". Também "é certo cuidado político que se deve ter em todos os negócios públicos, em todos os conselhos e em todos os desígnios, e que deve tender unicamente à conservação, à ampliação e à felicidade do Estado, para o que há que empregar os meios mais fáceis e mais prontos" (Foucault, 2008, p. 343).

O que importa para Foucault nesses comentários dos medievais sobre a razão de Estado é que, como fenômeno histórico real, o Estado passou em 1580-1660 a entrar no cálculo, na prática refletida dos homens. É nesse momento que o Estado se torna objeto de conhecimento e análise, o momento em que o Estado passa a ser amado, odiado, temido, *deusificado* ou transformado em monstro. É a entrada do Estado no pensamento e no coração dos homens (Foucault, 2008, p. 330).

Nessa razão de Estado, nada de ordem divina: o Estado não se refere a outra coisa senão a ele mesmo, cujo mecanismo de funcionamento está articulado à relação essência-saber. A razão de Estado é a própria essência do Estado, e é ao mesmo tempo o conhecimento que possibilita acompanhar a trama dessa razão e obedecer a ela (Foucault, 2008, p. 344). É, portanto, auto-referenciada, de funcionamento circular. Não é por acaso que o mercantilismo aparece para Foucault como a primeira racionalização do exercício de poder e de prática de governo (Foucault, 2008, p. 136); ele já se refere, aglutinando o campo do econômico, ao Estado e ao seu funcionamento, dando ao governo os mecanismos de enriquecimento, fortalecimento e expansão.

Pois bem, ao analisar esses documentos sobre a história da razão de Estado, Foucault propõe decompô-la em duas partes. A razão de Estado é duas coisas: é a essência inteira de uma coisa, a união como reunião de partes que antes dela se encontravam dispersas, já que ela estabelece o vínculo necessário dos diferentes elementos dispersos que a constituem. Segundo, razão é, subjetivamente, certo poder de alma que permite conhecer profundamente a verdade oculta das coisas. Refere-se à verdade das coisas, e a verdade estabelecida por ela tem o poder de sujeitar comportamentos e vontades (Foucault, 2008, p. 344).

Há, no entanto, como podemos ver no comentário de Chemnitz, a ideia de que a razão de Estado é também um conjunto de regras ou uma arte que nos faz conhecer os meios para obter integridade, tranquilidade ou a paz da república. Essa perfeição, integridade e paz são atribuídas a que? Ao próprio Estado, é a paz do próprio Estado. *A finalidade da razão de Estado é o próprio Estado*. Quando Chemnitz fala da felicidade do Estado, não fala da felicidade da população; é no

fundo um sujeito sem sujeito de que a razão de Estado fala. Esse é um dos traços fundamentais mercantilistas da época. A razão de Estado deixa implícita a população, que ainda não havia entrado no *prisma reflexivo* de forma definitiva. É só depois, do século XVII ao século XVIII, por uma série de transformações, que essa noção de população vai ser elaborada, por intermédio de um aparelho instalado para fazer a razão de Estado funcionar, a polícia (Foucault, 2008, p. 370-371).

A arte de governar, que antes era voltada ao extraterreno, à finalidade da salvação, ao extra-republicano, fora da *res publica*, agora deve voltar a si mesma, ao campo de imanência que pertence ao campo próprio do Estado. Não há último dia, não há ponto final, não há um império divino esperado cuja inauguração traria o fim da história. Há um *continuum* que se orienta sempre no presente Estado, em sua conservação e ampliação. Não se pode ter um governo descontínuo? Giovanni Antonio Palazzo, outro teórico da razão de Estado, responde "não!" (Foucault, 2008, p. 346). A fraqueza da 'natureza humana' e a 'ruindade' dos homens fazem com que nada na república possa se manter se não houver, ponto a ponto, a cada momento, em todo lugar, uma ação específica da razão de Estado, garantindo de maneira concertada o governo.

Para Foucault, esse ponto é de grande importância, pois caracteriza até hoje a modernidade e as contracondutas provenientes dessa forma de Estado. A razão de Estado é ela própria justificativa para conservação e existência do Estado - o Estado não terá que se preocupar com a salvação dos indivíduos. Com isso, o Estado deixa de ter uma existência cujo fim é mais ou menos programado. Surge então a possibilidade de um império ou reino fadado à repetição indefinida, o que antes não era possível, pois havia como elemento de governo a esperança do divino, a ideia de que o reino de Deus viria substituir o reino dos homens. Com essa revolução da razão de Estado, entramos em um período de historicidade aberta, numa perspectiva em que o tempo da história é indefinido. Estamos no "indefinido de uma governamentalidade para a qual não se prevê termo ou fim. Estamos na historicidade aberta, por causa do caráter indefinido da arte política" (Foucault, 2008, p. 347). Salvação, daí em diante, é a salvação do Estado, a paz, a paz do Estado,

de alguma maneira essa razão de Estado faz confluir os elementos em direção ao Estado.

A lei dessa razão deve ser a de que o Estado deve prevalecer, como quer que seja, sobre toda e qualquer coisa. Não é, portanto, governado e relacionado à legalidade, mas a uma razão de Estado relacionada com a necessidade ou com o perigo. Perigo do que? Do fim do Estado. A necessidade é tal que a sobrevivência desse Estado deve prevalecer. Não há, então, qualquer antinomia entre violência e razão de Estado. O pastorado que prometia pelo Estado a salvação dos seus súditos começa a ser substituído por algo mais "teatral e trágico" no Estado, que pede que, para a sobrevivência do Estado e da sua razão, em nome da sua salvação sempre ameaçada, aceite-se violências de diversos tipos como a mais pura razão de Estado (Foucault, 2008, p. 356).

Forma-se então uma física e uma economia da gestão do Estado, que leva em conta potenciais perigos, riscos para a manutenção do Estado, que envolve a gestão da população, da barriga e cabeça, da fome e da opinião - como matérias de sedição - como condições para que haja sedição, isto é, revolta contra o Estado, e contra a sua razão. De qualquer forma, aparecem aí mais elementos que o governo deve manipular. O soberano deve conhecer o Estado no sentido de Palazzo, já citado: quem governa deve conhecer os elementos que vão possibilitar a manutenção do Estado, as suas ameaças, o desenvolvimento da força do Estado, para que ele não perca sua existência perdendo sua força. Ou seja, o saber do soberano será um saber das coisas, mais do que um saber das leis. Não mais o governo enquanto atenção de um *corpus* de leis ou de desenvolvimento e aquisição da habilidade em aplicá-las quando necessário segundo a virtude, mas um conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizam a realidade do próprio Estado.

O saber de antes era "sempre 'o que fazer' em termos de habilidade, prudência, sabedoria, virtude, essencialmente prescritivo, articulado a partir do *exemplum*, de que se tiravam conselhos positivos e negativos". Agora, e a partir do século XVI, supõe-se que "o governo vai se orientar em torno de um todo factual, contemporâneo articulado em torno de uma realidade, o Estado, tendo em torno de si um campo de possibilidade e impossibilidade" (Foucault, 2008, p. 366).

Nesse saber que agora transformou-se em factual, orientado a partir de realidades, nasce a estatística como uma arma e, portanto, um segredo de Estado. O saber do Estado, que nessa razão nasce do Estado e a partir dele, correria o risco de não ser eficiente e fazer valer as consequências esperadas se todo mundo soubesse de tudo o que se passa. Inicialmente, há essa não-transparência necessária ao Estado de polícia, em especial os inimigos do Estado não devem ter acesso às estatísticas.

Com isso tudo, Foucault nos mostra o prisma "prático-reflexivo" que apareceu, no século XVI e início do século XVII, o problema do Estado. O fato de que o aparecimento do Estado no campo de uma prática refletida e organizada foi de extrema importância na história do Estado, e na maneira como efetivamente se cristalizaram as instituições. O conjunto de fenômenos reflexivos, o conjunto de processos pelos quais o Estado entrou efetivamente na prática refletida das pessoas, como também para os que governam, para os que refletiam sobre os governos, "todo esse conjunto não foi o fator determinante do desenvolvimento dos aparelhos de Estado que na verdade já existiam muito antes, mas foi absolutamente capital, creio, para que todos esses elementos entrassem no campo de uma prática ativa, pactuada, refletida, que foi precisamente o Estado" (Foucault, 2008, p. 368-369).

Quando se para de calcular o poder em termos de riqueza do príncipe, poder do príncipe, e começa-se a pensá-lo em termos de poder e força do Estado, é que se torna possível pensar unidades absolutas, relativamente autônomas em relação a um poder central, torna-se possível a constituição de espaços que são agora dos intercâmbios econômicos, ao mesmo tempo multiplicados, ampliados, intensificados. É nesse espaço de concorrência política e econômica, em que Estados plurais e indivíduos encontram-se em concorrência, em que Estados procuram se afirmar em um espaço de concorrência comercial, colonial, de circulação monetária, de controle e conquista dos mares, ou seja, a afirmação do poder do Estado pela concorrência. Só é possível afirmar-se nesse espaço tendo a concorrência enquanto sentido, enquanto problema da ampliação do Estado, enquanto buscando resolver os problemas postos no fio-condutor da razão de Estado.

Vemos então, a tentativa de Foucault de destacar as principais transformações desse Estado e da razão de Estado em direção à modernidade. Sinteticamente, primeiro, quando começa-se a pensar a riqueza e o poder em termos de força de Estado; segundo, quando se passa da noção de estimativa de poder do soberano pela extensão de suas posses para uma pesquisa mais refinada de relações de força: os recursos em si, a balança de troca, a força da moeda, os recursos que ele pode dispor, o tipo de produto etc. Terceiro, o que caracterizava a força do príncipe era o seu sistema de alianças; a partir do momento em que se começou a pensar os enfrentamentos em termos de concorrência, a aliança torna-se combinação provisória de interesses nos quais as forças vão se organizar, avaliadas e calculadas (Foucault, 2008, p. 395). A partir do momento que o enfrentamento é pensado a partir de termos concorrenciais, põe-se a noção da força, como um novo estrato teórico e analítico, um novo elemento da razão de Estado.

O verdadeiro problema dessa nova razão governamental não é, portanto, somente a conservação do Estado numa ordem geral, mas a conservação de uma certa correlação de forças, a conservação, a manutenção ou o desenvolvimento de uma dinâmica de forças. Essa manutenção das relações de força, essa junção é precisamente o que vai se chamar *dispositivo de segurança* (Foucault, 2008, p. 397-398).

A arte de governar vai consistir, não em restituir uma essência e permanecer fiel a ela, mas em manter, distribuir, restabelecer relações de força, e relações de força em um espaço de concorrência que implica crescimentos competitivos… a arte de governar se dá em um espaço relacional de forças. Existir em um campo relacional de forças quer dizer instalar dois grandes conjuntos de tecnologia de política. O primeiro conjunto é constituído pelos procedimentos necessários à manutenção do equilíbrio europeu, isto é, a técnica que permite organizar, ordenar a composição e a compensação interestatal de forças, e isso graças a uma dupla instrumentalização: uma diplomática e outra militar. Um outro conjunto é a polícia.

A polícia, por sua vez, refere-se ao conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a ‘boa ordem’. A polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitará estabelecer uma relação móvel,

mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento de suas forças (Foucault, 2008, p. 421).

O problema da polícia vai ser como, mantendo a boa ordem no Estado, (primeira relação) fazer com que suas forças cresçam ao máximo; há uma segunda relação, que se apresenta como relação de condicionamento, pois está implícito que, nesse espaço de competição interestatal no fim do século XVI, portanto nesse espaço de concorrência, a manutenção do equilíbrio só é real na medida em que cada um dos Estados é capaz de fazer crescer sua própria força, e numa proporção tal que ele nunca seja demasiado superado por outro. Se o desenvolvimento não for de paralelo ou balanceado, tem-se desequilíbrios. Terceiro lugar, entre equilíbrio europeu e polícia há uma relação de instrumentalização, no sentido de que há pelo menos um instrumento em comum. Esse instrumento em comum é a estatística. Para que haja esse equilíbrio europeu, é preciso que cada Estado possa, primeiro, conhecer suas próprias forças; segundo, conhecer as forças dos outros, e, por conseguinte, estabelecer uma comparação que possibilitará, justamente, acompanhar e manter o equilíbrio. O equilíbrio, então, é atingido como prática de polícia acerca da reflexão e do cálculo.

Do que se ocupa a polícia? Dos homens, isto é, da ação dos homens. Temos com ela um conjunto de controles, de decisões, que têm por objeto os próprios homens, como sujeitos de ação e interesse - então, que trata não da posição do homem na escala de uma relação de soberania, ou de hierarquia, mas do lugar de sua ação, do que fazer, do que são capazes de fazer e do que devem fazer. A diferença que importa para a polícia não é a de classe, mas a diferença de ocupações (Foucault, 2008, p. 432).

A boa qualidade do Estado depende de bons elementos do Estado. A atividade dos homens aparece, então, como elemento que constitui a força do Estado, que já é concretamente constituída e já fortemente relacionada ao campo econômico e comercial. O que Foucault chama atenção é que, na constituição de uma sociedade mercantil, a economia como produção pressupõe sujeitos cuja vontade é produtiva, e a economia como saber-poder percebe as melhores formas e técnicas de fazer vir na ação do homem a vontade produtiva.

> Concretamente, essa polícia deve adotar como instrumento tudo o que for necessário e suficiente para que essa atividade do homem se integre efetivamente ao Estado, às suas forças, ao desenvolvimento das forças do Estado, e de maneira que o estado possa, por sua vez, estimular determinar, e orientar essa atividade de uma maneira que seja efetivamente útil ao Estado. Numa palavra, trata-se da criação da utilidade estatal, a partir de e através da atividade dos homens, a partir da ocupação, do fazer dos homens (Foucault, 2008, p. 433).

Percebe-se aqui o movimento tal que o Estado vai se imbricando cada vez mais na vida, já que depende da vida imediatamente para ser algo. Eis o biopoder, economia de poder que não cessa de se desenvolver desde então, e que envolve um conjunto de "mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder" (Foucault, 2008, p. 3).

Nesse momento de polícia, em que Europa voltou a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana, do que vai tratar a polícia? Da concentração de homens no território, se deve crescer ou decrescer, das necessidades imediatas, dos víveres, dos alimentos; da saúde - elemento fundante da população -, da circulação das mercadorias, das estradas, das manutenções infra-estruturais etc. Ou seja, a polícia trata do viver ao mais-viver, do além do viver que se articula com as forças do Estado. Articula, então, bem-estar dos indivíduos e força do Estado. Ora, "há uma palavra melhor que aprazimento, de comodidade, de felicidade, que designa do que a polícia se ocupa, essa palavra é *economia política*" (Foucault, 2008, p. 441, grifos meus). Eis as bases para algo como o surgimento da problemática liberal, o liberalismo - a herança irrevogável na problemática da razão de Estado.

Passemos então às especificidades do governo liberal, uma vez já colocados os elementos dentro dos quais, a partir do século XVII, torna-se possível o surgimento de mudanças e mutações internas à razão de Estado em que se coloca o problema e a prática do liberalismo.

1.2. O caminho para a fobia do Estado, é realmente necessário sermos governados?

Como podemos perceber, a prática de polícia é um tanto autoritária, embora às vezes sutil, e pressupõe ainda um grande *continuum* da ação governamental em relação à população, isto é, não parece haver limitações no que diz respeito às intrusões do Estado no conjunto da população. Analisaremos aqui essa questão, ou seja, do processo de limitação do campo de ação do governo a partir i) da diferenciação entre os âmbitos interno e externo no que diz respeito à possibilidade de interferência do governo; ii) a partir daí, a necessidade de limitar a ação do governo internamente e iii) o surgimento no ideário liberal da noção de "governar demais".

Apesar deste amplo horizonte, esses elementos são essenciais para induzir as principais questões envolvidas no nascimento do liberalismo. Entre elas, i) o mercantilismo e o problema do equilíbrio europeu[9] como o marco histórico inicial para o surgimento de uma nova tecnologia de governo discutida aqui. Foucault recupera, em *O Nascimento da biopolítica* (2011), alguns pontos sobre o curso anterior, *Segurança, território, população* (2008), sobre o funcionamento da *Raison d'État* no século XVII e no início do século XVIII (Foucault, 2011, p. 7). Primeiro, como vimos, esse Estado que opera em termos de *Raison d'État* envolve um 'Estado policial'[10] ou um Estado que gerencia sua atividade por meio de políticas internas e externas. As políticas externas geralmente dizem respeito à gestão do interesse em termos de competição entre Estados; nesse caso, o cenário de ação dos Estados é

[9] Tem como origem econômica as ideias de D. Hume e Isaac Gervaise no século XVIII sobre *price-specie flow mechanism*. Esse equilíbrio era garantido, naturalmente, pelo livre comércio no âmbito internacional. Essas ideias darão origem aos fundamentos do padrão ouro.

[10] A expressão pode se referir tanto aos Estados totalitários quanto à necessidade de uma formação administrativa, jurídica e constitucional para formação do Estado. É comum, para alguns autores, sobreporem Estado administrativo e totalitário em uma linha evolutiva quase inevitável. Além disso, 'police' também pode vir a ser 'administrar'. No entanto, Foucault retoma autores específicos da época para definir melhor essa polícia. Ver Foucault, 2008, p. 440-470.

limitado, uma vez que há apenas uma gama limitada de objetivos que o Estado pode alcançar quando se trata de lidar com atividades além-fronteiras, especialmente quando deveria existir diferentes teorias do equilíbrio europeu no momento (Hume, Smith, Cantillon, Stewart, entre outros na Economia Política). As políticas internas são, no entanto, quase infinitas, uma vez que o Estado, nos assuntos internos, pode atuar sobre o tópico mais geral sobre grupos e suas atividades, ao nível mais detalhado experimentado pelo indivíduo. Então, o alcance dos objetivos em relação a oportunidades externas é limitado, mas, dentro do território, dentro das fronteiras físicas do Estado, é ilimitado. Portanto, surge o problema de corrigir a *Raison d'État*, de se contrapor a essa razão de Estado policial, criando mecanismos ou "posições" que visam criar uma borda ou fronteira que limita o Estado dentro de seus limites internos - esse problema é essencial para definir novos estilos de governo nos Estados modernos.

A necessidade de reduzir internamente as fronteiras do Estado é, segundo o autor, a razão pela qual o liberalismo e seus fundadores parecem marcar sua posição no nascimento do Estado moderno. Questões de filosofia moral - como economia, filosofia do direito e a lei são as representações dessa transformação do Estado dentro de uma disputa político-filosófica de governo. Na verdade, a lei se tornou, nessa nova maneira de governar, o subtrator do poder do Estado, limitando a *Raison d'État*, uma vez que as leis funcionam e são justificadas fora de seu mecanismo. Por exemplo, mesmo antes do século XVII, havia muitas leis fundamentais, pela tradição ou pela religião, que o soberano não podia ultrapassar, e isso não podia ser questionado pelo modo de governo da *Raison d'État*; de qualquer maneira, esse conjunto inicial de leis que surgiu inicialmente do divino, da religião que oferecia fronteiras naturais ao soberano, garantindo que a arbitrariedade dos governos mundanos fosse suavizada, se não pela consciência da fé, pelos punhos de ferro e fogo. Depois essa cena se multiplica para outros cenários da vida social, permanecendo ainda fora do campo de ação da *Raison d'État* e, portanto, como algo que parece tê-la limitado. Desse modo, a lei, os contratos e tudo o que tentava limitar esse modo de governar eram a consequência histórica desta mesma forma de poder.

Estar fora dele, externo ao domínio da *Raison d'État*, significava na época estar em um intervalo específico de limites que nasce da vontade de Deus ou daquelas regras tradicionais estabelecidas de uma vez para todo o sempre, em um domínio além das memórias históricas e, por isso, tidas como inexoravelmente naturais. Essas regras externas à *Raison d'État* impedem o governo de agir sobre uma certa variedade de objetos de maneiras específicas, restringindo o governo geograficamente em um campo de atuação no qual o Estado é legítimo ou ilegítimo - em paralelo à existência geográfica física da organização do poder na qual se organiza e se distribui o domínio da Igreja. Quando não respeitadas, torna-se possível definir o governo como ilegítimo e *"if necessary to release subjects from their duty of obedience"* (Foucault, 2011, p. 10) e é assim que a existência da *Raison d'État*, no século XVII se conforma. Portanto, primeiro ponto, existem limites externos à existência da *Raison d'État*, externos porque eles não descendem necessariamente da crítica da *Raison d'État* ou de sua racionalização, mas de algum outro campo de existência dentro da área social. Mais tarde, uma transformação muito importante ocorreu nesse assunto no século XVIII, ii) quando é possível que a limitação se torne interna à *Raison d'État*. E isso é muito importante e talvez marque o núcleo do pensamento e do nascimento do liberalismo.

A primeira observação sobre essa nova maneira de limitar a *Raison d'État* dentro de sua estrutura interna é que se trata de *"a de facto regulation, a de facto limitation*" (Foucault, 2011, p. 10). Uma regulação "de fato" tem como resultado que o Estado não será considerado ilegítimo se transpassar seus entroncamentos-limites, não será privado de algo e taxado como ilegítimo, mas será 'desajeitado', torto e inadequado, ou aquilo que parece ser inapropriado. Mas isso não indica que, sendo uma limitação de fato, não é, no entanto, geral. Não se trata de uma recomendação geral de prudência sobre as orientações que o Estado deve seguir; elas são muito precisas em termos de princípios válidos indicados, sempre válidos nas circunstâncias que forem aplicadas; portanto, é uma limitação interna de fato que, se o governo a ignorar, certas consequências cairão sobre ele, de maneira que ela se impõe, por consequências naturais e inevitáveis, à atividade do governo. Um dos problemas dessa limitação de fato é que o governo terá que estar ciente de

todo o seu conteúdo geral, os seus princípios técnicos e a melhor forma de considerá-los: o governo terá que seguir e justificar suas ações de acordo com ele.

Além disso, “interno” significa que essas justificativas não serão buscadas nos dons naturais de Deus ou em qualquer coisa fora da própria atividade do governo, ela será procurada e explicada em termos de práticas governamentais. Terá que respeitar esses limites, na medida em que possam ser explicados e calculados em termos de objetivos do Estado e os melhores meios para alcançá-los; é claro, essas limitações também apontarão os objetivos dignos para serem buscados pelo Estado. Essa limitação interna de fato não definirá o campo de ação da governamentalidade, não dará o objeto de ação que o Estado pode e não pode tocar. Não é uma linha de divisão do direito de ação, do direito dos homens ou da limitação do acesso e controle do governo à população. É o que Bentham (Foucault, 2011, p. 12) chamou de diferença entre a agenda e a não agenda, o que o governo deve fazer e não deve fazer. Além disso, significa que a limitação interna não é imposta pelo governo a quem é governado, não se trata de decidir quem governa quem, por uma prática que estabelece limites entre o governado e o governo e que decide posições por uma série de conflitos, acordos e concessões recíprocas, do que é feito e do que não é. Em síntese, não é uma questão de direito, de soberania, de leis naturais que não devem ser ultrapassadas e, caso forem, o governo deve ser punido com sanções. A questão não é sobre abuso de governo, ou mesmo da legitimidade do governo, mas de iii) como não governar demais. Já que o governo existe, já que ele é necessário em vista da grande decepção do império final, tratemos de fazê-lo o menor possível - parece ser essa a ideia que surge no fim do século XVI e toma forma no século XVIII.

Pela referência à ideia de governar demais, Foucault avalia a racionalidade sob essa nova prática governamental (Foucault, 2011, p. 13). O que é demais? O que define governo excessivo na arte de governar o Estado moderno? Essa enorme transformação e o surgimento de uma limitação interna, localizada em meados do século XVIII, obviamente têm uma história muito intrincada, mas Foucault está tentando se concentrar nas especificidades da prática reflexiva que torna possível esse tipo de transformação. Portanto, o instrumento intelectual por trás disso, a

racionalidade do cálculo que possibilitou essa transformação, não era a Lei. O que quer que tenha chegado a definir o que é demais em governar, para definir tecnicamente o excesso na arte de governar, há de haver um processo que deve ser prescrito fora da lei, uma vez que a lei indica apenas o consenso social por trás da racionalidade desenvolvida anteriormente. Esse mesmo instrumento que permite o cálculo do limite interno da atividade governamental é, para Foucault, a Economia Política e, especialmente, o princípio de utilidade (Foucault, 2011, p. 13). E ele pretende mostrar como a economia política tornou possível essa autolimitação, não sem indicar alguns pontos necessários para entender todo o conjunto de conceitos que serão expostos.

1.3. O nascimento do princípio da Utilidade

Pois bem, o desenvolvimento interno à racionalidade do modo de governo de algo que limita a si mesmo, e essa limitação de si mesmo como elemento fundamental, central, explicador, desse estilo de governo a que se convenciona chamar liberalismo. É nesse sentido que o liberalismo pode ser entendido como algo que produz juridicamente liberdades, como forma de controlar a si mesmo e os seus governados, é assim que esse modo de governo se reproduz. Ao mesmo tempo, encara como natural a existência de algo como o mercado, que é, supostamente, um fato produtor de liberdades.

O movimento histórico que sublinha esse movimento é a transformação nas técnicas de poder do direito do soberano de dizer não aos seus súditos, e a própria relação soberano-súdito começa a definhar. A velha concepção ético-jurídica do governo e do exercício da soberania começa a sofrer mutações em direção a algo novo. Principalmente, a problemática do ‘não’ na ação governamental perde força, para algo como o problema de como dizer ‘sim’, ou de como o governo deve governar com base na positividade do poder; o saber como dizer sim, como permitir o desejo, o amor a si mesmo, o egoísmo, de maneira que se possa, *como que por uma mão invisível,* produzir os efeitos benefícios que se deve produzir. Na verdade, a modernidade redescobre o desejo, mesmo antes do anúncio do inconsciente, e

portanto que é necessário governá-lo ou libertá-lo; libertá-lo por uma via que usa o mercado utilitário para afirmá-lo é, no entanto, outra forma de governo. Uma forma de governo que, ao invés de se situar na repressão do desejo, funciona, continuamente, governando em referência a ele. Governar em relação ao desejo significa governar levando em conta um sistema discursivo de produção de desejos, produção cujo outro lado é a exclusão de formas de vida e de desejos outros. É por isso que o liberalismo pode ser considerado também como essa invenção da forma do poder que induz uma reflexão acerca das possíveis criações de novos meios, ou espaços de liberdade, que incidem diretamente em novas formas de controle.

1.3.1. O liberalismo como uma forma de razão de Estado

Primeiro ponto (Foucault, 2011, p. 14), como já comentado, diferentemente do pensamento jurídico do século XVI nas disputas contra a *Raison d'État*, a Economia Política não se desenvolveu fora da *Raison d'État*, nem era contra ela no começo. Em vez disso, estabeleceu-se na faixa de objetivos definidos pela arte do governo, juntamente com a *Raison d'État*, que é, naturalmente, o enriquecimento do Estado, simultaneamente com o crescimento da população e os meios de subsistência. Supunha-se que os Estados europeus alcançariam um rico equilíbrio se seguissem o proposto por essa *Raison d'État* da época; portanto, a economia política aparece primeiro dentro da racionalidade da arte de governar dos séculos XVI e XVII, ao invés do posicionamento externo como o do pensamento jurídico.

Segundo, talvez uma consequência do primeiro, o objetivo da Economia Política inicialmente não era questionar a *Raison d'État* em sua autonomia política e seu projeto político; de fato, foi contrariando completamente o pensamento jurídico que os fisiocratas concluíram que o despotismo 'total' é necessário (Foucault, 2011, p. 14). A análise dos fisiocratas[11] estava na direção de dizer que o poder político deveria ser sem limitação externa e outros limites além daqueles que surgiam por si

[11] "Governo da Natureza", desenvolvido por François Quesnay, Anne Robert Jacques Turgot, entre outros, precedeu Adam Smith na sistematização de uma teoria econômica que se baseava no sistema agrícola, e na agricultura como fonte de riqueza da nação. Foucault enfatiza inicialmente, no entanto, aspectos políticos dos fisiocratas.

mesmo - e esse era o despotismo deles[12]. A ideia fisiocrata de governar diz respeito a um governo econômico, mas a um governo econômico que não é limitado por nada, exceto por uma economia que é definida e totalmente controlada por ele. Nesse primeiro nível, a economia política não se preocupa em se posicionar à parte da *Raison d'État*. É claro que o projeto de Adam Smith era bastante diverso disso, não deveria haver despotismo do Estado, mas, e no entanto, seu projeto de economia política implica uma *Raison d'État* muito diversa e específica, na qual as ações do Estado dependiam do normativo e da existência de leis naturais na economia. Foucault (2011, p. 14) cita os fisiocratas para discutir os primórdios da Economia Política, que é uma tentativa de criar um modelo para entender, e ao mesmo tempo criar, as primeiras mudanças na razão do governo, tentando alocar um lugar para o governo em um mundo econômico regido por leis econômicas.

Os fisiocratas inovaram e usaram sua influência para fazer nascer uma nova forma de governo que usa o *laissez-faire,* mas que ao mesmo tempo inaugura um conjunto de mecanismos de segurança que visa administrar as séries, que só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades, uma série aberta que exige exatamente a necessidade de mecanismos de segurança. Sendo assim, é necessário que o soberano seja absoluto para atuar no *meio* e nas séries para instalar esses mecanismos de segurança, sem, no entanto, comprometer a liberdade do mercado de se ajustar,

> O que Abeille e os fisiocratas e teóricos da economia do século XVIII procuraram obter foi um dispositivo que, conectando-se à própria realidade dessas oscilações, vai atuar de tal modo que, por uma série de conexões com outros elementos da realidade, esse fenômeno, sem de certo modo nada perder da sua realidade, sem ser impedido, se encontre pouco a pouco compensado, freado, finalmente limitado e, no último grau, anulado (Foucault, 2008, p. 49).

Simultaneamente, para os fisiocratas, embora o soberano seja absoluto, a forma de relação soberano-súdito é diferente quando comparada ao modelo mercantilista ou cameralista de tratar a população. Se para esses últimos a população era um instrumento que garantia ao Estado certa riqueza, ela devia, por outro lado, ser enquadrada por um sistema regulamentar, disciplinada, considerada

[12] Foucault empresta esta referência, como outras em referência a economia política, de "P.P.F.J.H. Le Mercier de La Rivière, L'Ordre naturel et essentiel des sociétés politiques in chapter 24, "*Du despotisme legal*", (Foucault, 2011, p. 14).

na relação súdito-soberano e, portanto, passível de ser convocada ao voluntarismo autoritário sobre o que fazer, quando fazer, e como. Os fisiocratas e os economistas do século XVIII vão encarar a população como um conjunto de processos, que têm um apelo natural, sem deixar de ser acessível ao governo, e que deve ser administrada (Foucault, 2008, p. 92). Em contraponto à ideologia de Condillac, que embasou técnicas e práticas disciplinares, tem-se com a filosofia utilitarista e dos fisiocratas essa novidade do governo nas populações (Foucault, 2008, p. 96).

A população, ao contrário do súdito, é um campo aberto de normalização. A disciplina da velha forma de poder isola, diz o que fazer, quando fazer através da normação - a lei é norma, é regra prescrita. Parte-se da norma e, através do adestramento disciplinar, chega-se ao normal. No campo aberto dos estudos das populações, e nas técnicas de poder que surgem com elas, ao contrário, tem-se o normal e o anormal e a partir das curvas de normalidade que, funcionando umas em relação às outras, ocorre a normalização-norma, de maneira que as curvas mais desfavoráveis sejam trazidas às mais favoráveis (Foucault, 2008, p. 82-83). O operador normal - distribuições normal-norma - tem como consequência que a norma se deduz do normal, ou é através dos estudos das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, não se trata mais de uma normação, mas de uma normalização. Esse campo foi aberto e cristalizado em um período histórico mais ou menos longo, e se fincou, de fato, no utilitarismo.

Apesar do soberano absoluto, a maneira de guiar a população não é através da obediência, ou de uma vontade superior, mas através de fazer com que os elementos da realidade funcionem uns em relação aos outros, que se conecte aos processos físicos, naturais, ou aos elementos da realidade. Isso tenderia a uma anulação dos fenômenos não pela proibição, mas pela anulação dos fenômenos pelos próprios fenômenos. Trata-se de fazer surgir um certo nível, ou uma certa dimensão em que a ação dos que governam é necessária e suficiente, pois em contato direto com os ‘mecanismos da realidade’. Nesse sentido, a sociedade é decomposta em uma certa física em que o nível de pertinência é a população, e o indivíduo, subproduto dessa relação. O panóptico já nasce como o mais antigo dos

sonhos: que nenhum dos súditos escape, ou seja desconhecido, que haja perfeita transparência nesse nível.

Terceiro ponto, a Economia Política reflete precisamente sobre as práticas governamentais, seus efeitos, consequências; ao invés de colocar na origem o direito, não pergunta o que autoriza o governo a governar, mas as consequências práticas de ações específicas do governo. Por exemplo, os fisiocratas não questionaram o direito do soberano de proteger os produtores de trigo da concorrência externa. Em vez disso, perguntaram: o que acontecerá se, em um determinado momento, protegermos nossos produtores de trigo devido à concorrência internacional? Não importa, para os fisiocratas, nem para outros grandes economistas políticos, o direito de tal ação, mas se o resultado é positivo, dando uma razão de ação para essa prática governamental, ou tornando-a contraditória (Foucault, 2011, p. 15). Para Smith, por exemplo[13], proteger por altas tarifas ou por absoluta proibição de importações produtos que poderiam ser produzidos internamente tem como resultado a criação de monopólios que não necessariamente dão ao capital geral melhor destino segundo os interesses da sociedade - para além de questões relativas a preço, influência no comércio internacional, problemas políticos decorrentes, desigualdades etc. Enfim, o que importa são as consequências das ações, analisadas em termos de vantagens e prejuízos e em termos práticos com elementos econômicos tais como preço, taxas, juros etc.

Quarto, para a economia política, a prática governamental possui processos, fenômenos e mecanismos que ocorrem de maneira inteligível. Alguns deles, depois de reconhecidos, devem, é claro, ser impedidos ou reforçados pela ação do governo. Além disso, a Economia Política não descobre leis naturais antes da ação governamental, ela simplesmente pressupõe que a prática governamental gera consequências mais ou menos mecânicas, sistemáticas e possíveis de se arranjar - nesse sentido, (um outro) natural. Os objetos da prática governamental são específicos em sua "natureza". É a maneira de descobrir a natureza e suas 'leis', um

[13] Nos capítulos 3, p. 437 e capítulo 4, p. 545 livro 4º de An Inquiry Into The Nature and Causes of the Wealthy of the Nations (1981),

processo contínuo no qual todas as coisas se colocam em seu equilíbrio natural e funcionam sob a lógica geral da mecânica clássica. Então, em vez da natureza como algo a não ser tocado, a natureza renasce com uma característica imersiva de estrutura hipodérmica (Foucault, 2011, p. 16), afogando tudo o que é, inclusive a atividade governamental, em suas regras indispensáveis. A economia política aparece, portanto, como o equivalente natural da análise da atividade governamental. A lei enquanto ação disciplinar muda para a lei enquanto ordenadora de realidades e de séries de realidades. A naturalidade da população é então acessível aos agentes e técnicas de transformação, contanto que esses agentes e essas técnicas sejam esclarecidos, refletidos, analiticos, calculados, calculadores. É necessário agir sobre uma série de fatores, de elementos que estão aparentemente longe da própria população, longe da sua fecundidade, da sua vontade de reprodução - da sua sexualidade.

Com isso, Foucault vê os economistas como hereges; hereges não mais, como no caso dos políticos, em relação ao grande pensamento cosmoteológico da soberania, mas heréticos em relação ao pensamento organizado em torno da razão de Estado, em relação ao Estado, ao Estado de polícia, às suas regras implacáveis. Os economistas inventaram uma nova arte de governar, sempre em torno da razão de Estado, mas a razão de Estado modificada por algo novo, esse novo domínio que era a própria economia. Esquematicamente, então, temos a governamentalidade dos políticos que nos dá a polícia, e a governamentalidade dos economistas, que introduz algumas linhas fundamentais do governo moderno e contemporâneo.

Nos fisiocratas, é possível identificar quatro elementos ou princípios fundamentais que inauguram essa nova forma de governo. O primeiro princípio pode ser identificado como princípio dos preços competitivos, isto é, se se quiser que os cereais sejam abundantes, e com isso se quiser evitar a escassez de cereais, é necessário que os cereais sejam bem pagos, ou melhor, que eles sejam competitivos, cujo preço é o preço natural, ou de mercado, de qualquer maneira, que o preço faça, pelo menos, compensar a produção - eis a primeira identidade básica do campo econômico, que haja lucro, mas não qualquer lucro, mas um ‘lucro natural’. Esse princípio se opõe ao princípio mercantilista anterior de depressão dos

preços dos cereais. Com isso, os economistas não só opõem uma tese em relação a outra, anterior, mas introduzem questões pertinentes como a política agrícola, o lucro agrícola, as possibilidades do investimento agrícola que configuram as possibilidades do *mieux-vivre*[14]*.* Para que assim seja, há de haver um recentramento da análise na produção, nas condições de produção, que são também as condições do melhor-viver. Centramento, também, no problema do retorno, nos esquemas de circulação da renda, ou de como a renda retorna para o seu produtor primeiro, para a terra, ao campesinato. Terra, produção, retorno aparecem como objeto essencial da governamentalidade (Foucault, 2008, p. 461).

Segundo princípio, que pode ser formulado a partir da análise dos fisiocratas, é que, a partir do preço justo, ou da boa remuneração do produto a partir do preço natural, cria-se o *equilíbrio*. Se o preço for bom, não só vai haver produção no âmbito do país, como também vai haver escoamento dos produtos de outros países em direção ao mercado de boa remuneração. O que esse princípio questiona? Além do objeto urbano como fonte da riqueza, questiona a regulação, instrumento principal da polícia, a regulação no modo de uma disciplina generalizada. Os economistas vão pensar a regulação enquanto não flexíveis, isto é, a ação reguladora do Estado deve ser limitada, porque há um curso natural que não se pode modificar e que, precisamente, tentando modificá-lo, só se faz agravá-lo. Não só as coisas não são flexíveis, como são recalcitrantes, voltam-se contra aqueles cuja força é de regulamentação ou de modificação do seu curso natural. Sendo assim, a ação reguladora é inútil, já que há uma certa regulamentação natural. Princípio, portanto, da regulamentação natural a partir do preço natural (Foucault, 2008, p. 462-3).

Terceiro princípio característico dos economistas: a população não constitui um bem - a riqueza do Estado - como no sistema mercantilista. A riqueza do Estado não é exatamente a boa qualidade dos seus elementos populacionais. O número da

[14] “L'Etat n’est donc pas le principe du bien de chacun. Il ne s’agit pas, comme c'était le cas pour la police - souvenez-vous de ce que je vous disais la dernière fois -, de faire en sorte que le mieux-vivre de chacun soit utilisé par L'Etat et retransmis ensuite comme bonheur de la totalité ou bien-être de la totalité. Il s’agit maintenant de faire en sorte que L’Etat n’intervienne que pour régler, ou pour laisses plutôt se regler le mieux-entre de chacun, l'intérêt de chacun de manière à ce qu’il puisse en effet servir à tous”. Sécurité, territoire, population. M. Foucault, 1977-1978. Hautes études, Seuil/Gallimard, 2004. p 354.

população ou a concentração da população não é, em si mesmo, um valor para os economistas. As principais preocupações com a população são que as pessoas tenham subsistência (não precisam ter salários baixos) e que tenham interesse em trabalhar. No mais, o que importa é que os preços sejam sustentados, e, principalmente, não sejam impedidos de atingir o patamar do preço ótimo. Há um número ótimo de pessoas que sustenta o preço ótimo. Então, esse número não é absoluto nem deve ser definido absolutamente pelo soberano. Na verdade, o número de pessoas vai se ajustar por si próprio. Em uma epidemia, por exemplo, as pessoas vão morrer ou, caso haja escassez e fome, há de haver uma variação do número de pessoas de volta ao ponto de ajuste, isto é, o ponto suportado pela economia. Quesnay, em particular, insiste nesse ponto, o número de pessoas é determinado pela situação econômica. Tem-se então que a população não é um dado extensamente modificável pelo governo, nem deve ser seu objeto direto, mas deve ser deixado flutuar (Foucault, 2008, p. 464-465).

Último princípio: há de se deixar agir a liberdade entre os países. Talvez nenhum dos princípios anteriores seja possível sem que haja esse princípio de liberdade, em paralelo com a criação de mecanismos de segurança. Se no mercantilismo o objetivo era o fortalecimento do Estado a partir de um saldo positivo na balança comercial, o mais ouro, agora vai se tratar não de repatriar ouro, mas de estabelecer integrações e interações entre os países no circuito produtivo, por meio de mecanismos de regulação que vão atuar no interior de cada país. Esses mecanismos são dados a partir do jogo da concorrência, vai-se deixar valer a concorrência - não mais entre os Estados como na forma anterior -, mas entre os particulares, e é precisamente através desse jogo concorrencial entre os particulares que a concorrência toma a nova forma dos Estados plurais. É esse jogo do lucro máximo dos particulares que permite agora a felicidade do Estado e, por conseguinte, da população. O bem de todos é assegurado pelo comportamento dos particulares, isto é, dos indivíduos, elementos da regulação natural econômica, contanto que o governo saiba deixar agir esses elementos de regulação, contanto que o Estado governe o menos possível. Tem-se então um outro governo, ou um outro papel do Estado; não mais o princípio do bem de cada um, mas o regulador de

interesses, não mais agindo como princípio transcendental e sintético da felicidade de cada um, a ser transformada em felicidade de todos. O novo responsável por coordenar os interesses individuais, por fazer valer a felicidade de todos e de cada um é o *mercado*, o mercado como regulador é capaz de coordenar os indivíduos para encontrar a felicidade de uma maneira independente da autoridade do Estado, e, supostamente, não enviesada, isto é, em regime de liberdade (Foucault, 2008, p. 465-466).

Então, algumas modificações essenciais trazidas pelos fisiocratas - os primeiros economistas: o que antes era um bom governo, na tradição medieval e renascença, era aquele que era bem querido por Deus. Localização então de um bom governo nesse marco cosmoteológico natural. Há a ruptura com essa velha cosmoteologia antes dos economistas pelos políticos, isto é, o Estado não deve seguir nenhuma natureza a não ser a sua própria. Com os economistas reaparece, se recoloca uma nova naturalidade, a desses mecanismos que fazem um auto-ajuste; quando os preços sobem, se se deixar que subam, eles vão se deter sozinhos, o que faz com que a população seja atraída por altos salários, até um ponto em que os salários se estabilizam e a população não aumente mais, afinal salário também é preço. Portanto, não mais a naturalidade do cosmo, mas uma naturalidade oposta à artificialidade política da polícia. É uma natureza específica das relações dos homens entre si, no que acontece quando coabitam, quando trabalham, quando produzem. É a naturalidade da sociedade que reaparece com os economistas.

Portanto, para a Economia Política, a atividade governamental só terá êxito se suas ações respeitarem as leis da natureza; caso contrário, haverá consequências necessárias e inevitáveis para que os objetivos governamentais sejam alcançados. Em termos desses objetivos, haverá apenas sucesso ou fracasso, em vez de legitimidade ou ilegitimidade (o sucesso substitui a legitimidade). Em relação a isso, já se vê em Louis-Paul Abeille, economista francês do século XVIII, que, ao se tratar sobre o problema da escassez dos cereais discute-se o problema da escassez não como um mal, mas como algo natural, como um fenômeno que é o que é, pois analisado não em termos de mercado - já que o

problema não é do mercado, mas em termos de uma certa 'história do cereal' (Foucault, 2008, p. 49), isto é, o tipo de grão, a tecnologia empregada, o nível de educação, o clima, ou seja, os elementos factuais que circunscrevem essa realidade específica a que se chama cereal.

A Economia Política pressupõe que o governo pode estar errado em suas ações, e normalmente está errado, porque não está ciente de toda a complexidade do sistema econômico. Então, o governo erra, porque é ignorante de sua própria realidade. "Natureza" funciona como um parâmetro de verdade no qual a ação do governo deve ser orientada, e a Economia Política é a revelação dessa verdade oculta e dominada pelos especialistas, que podem mostrar ao governo quais são os mecanismos naturais e quais seus efeitos. É uma autolimitação pelo princípio da verdade que, de algumas maneiras, limita a presença ilimitada do Estado policial. Por princípio da verdade, o autor não pretende indicar que a política ou a arte do governo se torna racional (Foucault, 2011, p. 18), embora essa *racionalize*, ele apenas tenta indicar o momento em que um conjunto de discursos e um conjunto de práticas reflexivas se aproximam juntos em uma conexão inteligível e no ponto em que esses discursos que constituem essas práticas podem legislar sobre as ações em termos de veridicção.

A importância disso tudo é o reingresso, no campo das técnicas de poder, de uma "natureza" que não é aquilo que, aquilo acima de que, aquilo contra o que o soberano deve impor leis justas. Não há natureza e depois, em outro nível, o soberano e a relação de obediência que deve ser prestada. Há a população, de natureza tal que, no no interior dela, com a contribuição dessa natureza, a propósito dessa natureza o soberano deve governar e desenvolver seus instrumentos de governo. Temos com a população *"um conjunto de elementos que, de um lado, se inserem no regime geral dos seres vivos e, de outro, apresentam uma superfície de contato para transformações autoritárias, mas refletidas e calculadas"* (Foucault, 2008, p. 98).

A partir de meados do século XVIII, torna-se possível estabelecer coerência entre diferentes práticas em andamento - e é isso que Foucault está realmente interessado ao considerar o liberalismo; práticas diferentes, que no entanto

funcionam e se cumulam arqueologicamente, com diferentes princípios de racionalização que podem se sobrepor, foram reunidas em um pensamento agregado na Economia Política. Práticas diferentes, como cobranças alfandegárias de impostos, regulamentação do mercado e produção, foram ligadas pela coerência de mecanismos que permitem julgar entre bom e ruim, não em termos de aceitação moral de suas ações, embora elas ainda tenham uma certa ética, mas em termos de verdadeiro e falso como sinônimo de sucesso ou insucesso a partir de uma natureza dada e possivelmente modificável. O problema da escassez e carestia de alimentos, por exemplo, é resolvido pelo *laisser-passer,* visto que a fome continua a existir, porém de maneira localizada, afinal é bem possível que o preço dos alimentos leve alguns a morrer de fome. Isso, no entanto, faz da escassez alimentar geral uma quimera, na medida em que o fenômeno generalizado da escassez se torne algo impossível e não afete, de fato, as sociedades com o caráter maciço de flagelo que a caracterizava nos sistemas precedentes, baseados inteiramente em controles econômicos disciplinares. *"A escassez-flagelo desaparece, mas a escassez que faz os indivíduos morrerem não só não desaparece, como não deve desaparecer*" (Foucault, 2008, p. 55). Percebe-se aqui, com a guinada da economia política, a mutação de um sistema disciplinar mercantilista para um sistema disciplinar de segurança, baseado em uma certa noção de liberdade e de como, a partir disso, abre-se espaço para a instauração dentro do pensamento político do surgimento de algo como o nascimento de uma sociedade competitiva. Essa guinada compreende um corte relevante que separa o campo de atuação econômico-político do governo em dois níveis, primeiro no nível da população e segundo ao nível da série, da multiplicidade de indivíduos - que só é pertinente na medida da formação e impactos para a administração do primeiro, este sim pertinente.

Portanto, o nascimento dessa nova maneira de governar coloca a questão: 'o Estado governa de acordo com as leis da natureza ou está entre o limite máximo e o mínimo aceito pela natureza das coisas - as necessidades intrínsecas à arte de governar? Para Foucault, é importante mostrar como esses discursos (que funcionam como *regimes da verdade)* e práticas evoluem juntos para o dispositivo

(*dispositif*) do poder-segurança que define com sucesso a realidade e cria legitimidade na arbitragem do falso e do verdadeiro. Nas palavras de Foucault,

> Politics and the economy are not things that exist, or errors, or illusions, or ideologies. They are things that do not exist and yet which are inscribed in reality and fall under a regime of truth dividing the true and the false (Foucault, 2011, p. 20)[15].

O liberalismo aparece para o autor como algo que funciona como a autolimitação da ação do governo a partir de uma série de comportamentos-chave. Comportamentos chave pois, sem eles, nenhuma regulação natural é possível. É somente porque os indivíduos agem no espectro utilitário que se forma algo como a possibilidade da regulamentação concorrencial e, ao mesmo tempo, porque existe concorrência orquestrada e encenada pelos Estados, existe a possibilidade do sujeito utilitário. O governo liberal, então, ao invés de ditar o que é a felicidade, como no caso do Estado policial, ocupa-se em tornar possível a produção de felicidades pela multiplicação dos interesses regulados por uma concorrência generalizada. É o liberalismo a primeira área bem definida na qual a atividade governamental é levada a dizer e deixar as coisas 'em paz', o *laissez-faire* aparece primeiro como um princípio essencial que todos os governos devem seguir. Esse novo tipo de arte de governo e o cálculo do limite de atividade do Estado e das partes que devem ser deixadas sozinhas é o liberalismo, é a limitação ótima-máxima, de acordo com seus próprios princípios, de formas e domínios de atividade governamental, esses limites formulados em termos de veridicção e de mecanismos de segurança para que possa funcionar.

Entretanto, o liberalismo não é só isso. Simultaneamente, há uma mudança na gravidade e no significado do direito público, da qual a filosofia e a prática liberal participa. Os problemas fundamentais do direito não serão mais o direito do soberano, as condições de sua legitimidade ou as condições sob as quais ele pode exercê-lo. Tornam-se estabelecer limites jurídicos ao exercício do poder por uma autoridade pública. Esse problema foi enfrentado, principalmente, por duas

[15] Aula 10 Janeiro de 1979.

abordagens diferentes no final do século XVIII e início do século XIX. Houve, então, duas maneiras de resolvê-lo.

1.3.2. Os diferentes sujeitos de poder: a abordagem revolucionária francesa e a radical inglesa

Das mudanças no direito que acompanham o nascimento de outras formas de governo, a primeira, a abordagem jurídico-dedutiva, parte do direito em sua forma clássica - a forma ou solução de Rousseau, e, de certa forma, o caminho da revolução francesa, ou dos idealismos da burguesia. Seu objetivo não tem o governo e sua limitação pela lei em sua forma natural como objetos, isto é, não parte das análises de governo e de suas naturezas. Ou seja, ele tenta definir os direitos naturais e eternos de cada indivíduo e as condições a partir das quais, de acordo com quais ideias ou cenas históricas, uma limitação ou troca de direitos é aceita. Isto é o contrato que permite que o indivíduo viva em sociedade e que escolha quais direitos possuir ou ceder, e que define os direitos que permanecem intocáveis em todas as circunstâncias, independentemente das mudanças do governo ou da atmosfera política, independente da vontade humana.

Essa abordagem parte dos direitos e da constituição dos homens para chegar à limitação da ação do governo, à esfera da soberania e aos limites do direito da soberania. Parte do homem como indivíduo capaz de representar a si mesmo, seus interesses, valores e opiniões que existem antes do Estado, em última instância: trata-se da fé no homem tendo como base os valores humanistas. Aqui está implícita, portanto, a tentativa de renovar a governamentalidade, baseada no problema da legitimidade e inalienabilidade dos direitos. Trata-se, no entanto, de uma abordagem retroativa, na medida em que consiste em abordar o problema de direito público que os juristas opuseram à *Raison d'Etat* do século XVII e XVIII. Nesse aspecto, há um *continuum* entre os teóricos do direito natural do século VII e os revolucionários iluministas da França.

A outra abordagem parte da própria governamentalidade, das práticas governamentais e seu limite de fato, que pode ser definido para esse leque de ações. Consiste na própria prática governamental e tenta analisá-la em termos de

limites "de fato" que podem ser definidos para esse conjunto de ações do governo. Esses limites devem estar alinhados com o conjunto de objetivos prescritos pela governamentalidade. É a análise do governo: sua prática e seus limites desejáveis. No seu íntimo, prescreve as coisas que seriam absurdas ou contraditórias para o governo lidar ou, mais precisamente, prescreve as coisas com as quais seria inútil a intervenção do governo - inútil porque seria contra a lei natural, a maneira natural de proceder com a natureza inata a atividade governamental, inerente à arte de governar. Então, aqui aparece pela primeira vez a questão da utilidade nas ações governamentais: porque existem algumas esferas inúteis na arte do governo, a governamentalidade real deve se concentrar em distinguir o que seria útil ou não de se fazer. O limite de ação do governo será limitado pela utilidade da intervenção do governo. Esta é a questão, de que serve isso - enquanto ação? Dentro de que conjunção é útil? Quando começa a ser prejudicial? Esta não é a questão revolucionária francesa, abordando direitos naturais contra soberanos. É o radicalismo inglês (Foucault, 2011, p. 39), a questão radical, e seu problema: o da utilidade.

Obviamente, cada abordagem termina em diferentes caminhos, com diferentes conceitos de direito público. Na abordagem revolucionária, sempre há o problema da vontade-desejo, vontade-lei, em que Foucault se refere como a situação da vontade. Teoricamente, para os pensamentos dos filósofos da revolução, a lei deve ser inspirada pela vontade-desejo coletiva, concebida como a expressão da vontade coletiva, indicando quais direitos os indivíduos concordaram em ceder e a parte que desejam preservar. É um pensamento jurídico por natureza.

Na outra abordagem, no radicalismo inglês, a lei é concebida como a transação que separa o campo de intervenção da ação governamental do campo da independência individual, ou seja, que separa como campo de independência dos governados em relação aos governos. Como consequência, existem duas definições diferentes de liberdade. Uma, baseada nos direitos naturais do homem, e a outra baseada na independência dos governados. Então, na governamentalidade moderna, existem duas concepções de lei e duas concepções de liberdade. A posição de Foucault é que elas não são contraditórias, opostas uma contra a outra.

Elas trabalham juntas às vezes, mesmo com diferentes origens históricas. Elas não são sistemas incompatíveis e mutuamente exclusivos, mas dois procedimentos heterogêneos e duas maneiras de fazer as coisas. Essa própria heterogeneidade não é um princípio de exclusão, não impede conexão, conjunção ou coexistência nas práticas estabelecidas entre elas.

Em uma das querelas metodológicas, o autor enfatiza que, nesses casos em particular, devemos enfatizar uma lógica não-dialética, se quisermos evitar simplificações espúrias em relação à compreensão do problema e os elementos nele apresentados. Aqui, como em vários momento do livro, emergem descontentamentos do autor para com o método marxista-dialético de colocar e entender o problema[16]. Ele sugere, em vez de uma lógica dialética, uma lógica estratégica. O estratégico não tenta executar termos contraditórios na unidade, dentro de promessas homogêneas. Sua função é estabelecer a conexão entre termos díspares, mas sem unidade promissora - 'deixar ser' o díspar. É a lógica das conexões da heterogeneidade, em vez da homogeneização do contraditório. Trata-se da construção de um mapa rizomático conectado por infinitos fios condutores. Ou seja, se a dialética hegeliana é um movimento infinito dentro de certas categorias do universal, tratemos de trazê-la ao concreto. Nesse sentido, a análise não é exatamente anti-dialética, mas anti-sintética de uma história que ainda não terminou. Coloca-se o problema do fazer histórico dentro do seu próprio movimento, e assume-se que a teoria não deve antevir conclusões do objeto histórico ainda não amadurecido, e que, de qualquer forma, ninguém pode garantir o seu ponto de amadurecimento: a história não tem síntese.

De volta ao problema da lei, os direitos do homem e o cálculo da utilidade podem permanecer juntos, torna-se então possível ver as conexões que, emergindo dessa relação heterogênea, fazem nascer múltiplas possibilidades de governo, de cidadão, nação e indivíduo. Essas são relações entre subjetividade e poder,

[16] Sobre isso, veja-se Brown (2015, p. 58): Here we can spy one of Foucault's many implicit, but important quarrels with Marx in these lectures. Foucault is not saying that in the mid-eighteenth century, capital came to dominate government or that the state became an apparatus of capital. Rather, his point is that the market (tellingly, he never says "capitalism" here) become a new limit on the state even as it began to saturate and construe the state with its distinctive form of reason and that this limit and this form of reason are at the heart of what we call "liberalism."

multiplicações de sentidos nas conexões entre elementos cuja existência parece, sem esta flexibilidade metodológica necessária que revela criações ocultas na sociedade e nos sujeitos, impossível ou uma mera abstração intelectual.

Ao mesmo tempo, uma dessas formas de direito que foi muito importante para o nascimento de uma nova governamentalidade tem sido forte e ainda mais fortalecida, enquanto a outra recua. E isso vai ser fundamental na discussão do neoliberalismo e na crise do liberalismo, pois o problema da utilidade será o principal critério para determinar os limites da atividade pública, seu poder e a formação da lei.

O princípio acaba sendo também um ponto de ancoragem do comportamento do mercado e o coração de seu modo de funcionamento. Um dos exemplos disso é o mercado como um mecanismo de troca e um local de veridicção sobre a relação entre preço e valor. Já no lado governamental, o princípio da utilidade surge como outro ponto de ancoragem dessa nova razão. Isso porque influencia os poderes das autoridades públicas nos processos decisórios e na forma de ação a ser adotada, ao passo em que a medida e justificação de sua intervenção é guiada pelo princípio da utilidade. Valor de troca (veridicção espontânea do processo econômico, e mercado como o melhor local ou lugar natural da determinação do preço) do lado do mercado e utilidade da decisão e intervenção no lado das autoridades públicas, e é assim que será articulado o princípio fundamental da autolimitação liberal.

Esses dois princípios do radicalismo inglês correspondem a dois tipos diferentes de limitação, mas que remetem à mesma coisa: o cálculo para tudo segundo interesses egoicos. O primeiro, para a atividade de mercado, o segundo, para as próprias ações do governo. Primeiro, novamente, se o lugar do mercado é um espaço de veridicção, deve estar livre da intervenção dos Estados. Segundo, a ação governamental deve respeitar a coerência da utilidade como um princípio que decide o que fazer, que respeita a agenda de Bentham, o fazer o que é útil. Em outras palavras, a utilidade é movida pelo interesse (Foucault, 2011, p. 44). Mas não é mais o interesse de um Estado auto-referenciado que busca apenas seu próprio crescimento, da população, de sua riqueza e do poder como o Estado clássico, mercantilista e policial da *Raison d'Etat*. Deve-se referir agora a uma gama complexa

de interesses, uma interação entre indivíduos e coletivos, combinar utilidade social e lucro econômico, entre autoridades públicas e de mercado, direitos básicos e independência dos governados. A utilidade multiplica conexões entre os fios condutores e torna possível para o governo arbitrar entre eles, transitar e criar caminhos que não existiam.

O governo, então, nessa nova era de governamentalidade, é algo que gerencia o interesse. Sua atividade não é mais para ser exercida para assuntos e objetos ou indivíduos sujeitos a esses assuntos. É um exercício para a rede de interesses públicos. O principal objetivo do liberalismo aqui é definir o valor de utilidade de um governo e suas ações, em uma sociedade onde a troca de mercado determina o verdadeiro valor das coisas. Portanto, existe uma arbitragem dentro da governamentalidade liberal, existem instrumentos e controles que funcionam para aprimorar essa ideia de utilidade na competência governamental.

Esse fio nos leva ao problema da arbitragem liberal, ao gerenciamento de perigos e à implementação de mecanismos de segurança, os controles disciplinares [17], as políticas intervencionistas, o gerenciamento de liberdade e suas crises - os mecanismos de defesa da liberdade e a manutenção do funcionamento e validade do princípio da utilidade. De qualquer maneira, será a partir desse princípio que algo como o neoliberalismo será possível: se a álgebra da utilidade é calculada por indivíduos e instituições e opera como a regra básica para o mercado, é porque essa matemática psicológica tornou-se determinante e natural para o convívio social. Essa é uma das questões centrais para o autor: vivemos em uma sociedade em que o mercado foi naturalizado na vida em dimensões muito profundas. Tal naturalização é tão completa e extensa quanto a existência de algo como o princípio da utilidade passível de ser medido e aplicado às mais variadas esferas do social, público ou privada, geralmente representadas e medidas por riquezas abstratas em capital ou dinheiro - além da relação discursiva entre utilidade e prazer.

É esse novo sujeito de interesse, representado pela filosofia radical inglesa, o sujeito que se torna utilitário e que se transforma em sujeito neoliberal. De certa

[17] Panótico de Bentham.

forma, há também a grande transição do sujeito do dever, kantiano, para o sujeito do prazer, egoísta, sadeano, mas também utilitário.

1.4. Quando as rachaduras enunciam explosões, ou quando as explosões acabam em rachaduras: crise do liberalismo

Até agora, traçamos os princípios fundamentais que constituem o liberalismo: veridicção do mercado e limitação pelo cálculo da utilidade. Esse governo deve conhecer os mecanismos naturais de sua própria área de atividade. Depois de conhecer esses mecanismos naturais, deve respeitá-los. Mas isso não significa que respeita a liberdade dos indivíduos e os direitos básicos dos mesmos (Foucault, 2011, p. 61). Significa, simplesmente, que ele possui um conhecimento muito preciso, contínuo, claro e distinto do que está ocorrendo na sociedade, no mercado e na esfera econômica, de modo que a limitação do poder não é dada pela liberdade individual ou básica definições de direitos, mas a partir de evidências de análises econômicas que devem ser respeitadas. Portanto, o limite do Estado é definido por *evidências* e não pela liberdade do indivíduo.

A liberdade, no uso do autor, não deve, então, ser tomada como elemento universal substancializável. Portanto, não devemos pensar na liberdade como algo que deve ser realizado ao longo do tempo ou que sofre variações, reduções ou ampliações maiores ou menores, não é um espaço homogêneo no tempo que é colocado em um bloco de concreto que aumenta ou diminui. Para esse fim, a liberdade nunca é outra coisa senão uma relação real entre governo e governados, “uma relação na qual a medida da ‘pouca liberdade’ existente é dada pela ainda mais ‘liberdade exigida’” (Foucault, 2011, p. 63, tradução minha). Portanto, quando Foucault fala sobre liberalismo, ele não se refere a uma governamentalidade que deixaria mais espaço para a liberdade, ou como ideal a ser alcançado, uma vez que o próprio conceito de liberdade de uso, para esta análise, não permite.

Em vez disso, o liberalismo não se preocupa em respeitar essa ou aquela liberdade. É *consumidor* (Foucault, 2011, p. 63), organizador, administrador e produtor de liberdades, na medida em que só pode existir quando já existe um certo

número delas: liberdade de mercado, expressão, liberdade de direitos e assim por diante. Então, ao invés de apenas respeitar a liberdade como algo fora de si, essa nova governamentalidade realmente produz liberdade[18]. Produz liberdade como consequência da produção de múltiplas relações que o governo mantém com os governados. Ele precisa de liberdade para operar, então ele produz liberdade. Os governos que operam nessa governamentalidade desejam criar cada vez mais relações com seus governados, visando e tendo como alvo aumentar a relação e intervir em suas vidas. O problema, a contradição é que, para criar liberdade, o governo deve criar um conjunto de mecanismos de controle, de segurança, para evitar que indivíduos e grupos sociais entrem em colapso. Portanto, a criação da liberdade em uma esfera específica da sociedade gera controles específicos em outra esfera.

Há nessa criação de liberdade algo que também envolve mecanismos de controle, limitação, coerção, dependência (criação) de ameaças e assim por diante. De maneira que a liberdade proveniente dessa forma de governo é acompanhada de controle; a liberdade aparece como sinônimo de controle, na metáfora rizomática[19]: o fio condutor de liberdade nesse modo de governo desemboca em controle.

Se essa nova arte de governo produz e organiza a liberdade, se gerencia a liberdade, então ela produz essa estrutura institucional para sua própria operacionalidade. Por exemplo, se alguém está convencido de que deve haver livre comércio: como pode existir, se todo um conjunto de coisas que seriam prejudiciais ao livre comércio não for controlado e limitado? Como pode haver liberdade no mercado interno se houver monopólios? Portanto, a liberdade aqui, para a perspectiva do autor na análise do liberalismo, é algo historicamente construído em termos de se definir como relação, ou como uma série de relações, contendo

[18] Para Brown (2017, p. 58): “In Foucault’s telling, liberalism was born with a market governmentality, rather than the rights of man at its heart. However, in contrast with Marxism, this governmentality rested not on the liberal state’s concern with property rights, disavowal of class, market ideology, or capture by the interests of capital, but other things altogether: on the one hand, the market was a new site of veridiction for governing and a new way of organizing, limiting, measuring, and legitimating government. On the other hand, government acquired a new and complex relationship with freedom—it produced, organized, managed, and consumed individual freedom, all without touching the subject. This is what makes liberal governmentality coterminous with the emergence of biopolitics.

[19] Em botânica, chama-se rizoma a um tipo de caule que cresce horizontalmente, de forma polimorfa, geralmente subterrâneo, utilizado como conceito descritivo nas ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

interesse institucional, suscitando restrições e problemas de custos levantados por sua produção. Essa liberdade não é um dado, uma região pronta a ser respeitada, ou, se é, é parcialmente e apenas em alguns casos.

De qualquer forma, há também o custo de produção da liberdade, o custo dos interesses, que é calculado por um princípio, e esse princípio é a *segurança*. É o problema de proteger o interesse coletivo contra os interesses individuais. Por outro lado, o interesse individual deve ser respeitado da usurpação do interesse coletivo. De qualquer forma, a liberdade no processo econômico deve ser um perigo, e as estratégias de segurança devem garantir que os mecanismos de liberdade não deem fôlego a perigos individuais ou coletivos. Todos esses problemas que o autor se refere como esfera da economia de poder, peculiar a esse modo do liberalismo, são guiados internamente por essa relação de liberdade e segurança.

O liberalismo como racionalidade do governo se torna um mecanismo que está continuamente arbitrando entre liberdade e segurança, de acordo com essa noção de perigo. É uma arte de governo que lida com interesses, e só pode fazê-lo com êxito se administrar perigos intrínsecos à interação entre segurança e liberdade, garantindo que os indivíduos tenham a menor exposição a perigos.

A questão é que esses controles extrapolam os seus mecanismos habituais de produção e reprodução, e o liberalismo traz consigo um conjunto de estímulos aos perigos: os indivíduos são condicionados a experimentar a vida, o presente e o futuro como cercados pelo perigo - a governamentalidade está imposta e se reproduz já aqui em nível individual-subjetivo, necessário para o funcionamento próprio desse modo de poder. É assim que aparece toda uma educação e cultura de perigo no século XIX; por exemplo, a campanha para salvar os bancos no início do século, a ficção e o interesse jornalístico pelo crime em meados do século, as campanhas sobre doenças, higiene e sexualidade e o medo de degeneração (Foucault, 2011, p. 66) da família, da raça e da espécie humana. O medo relacionado ao perigo é a relação psicológica e cultural interna do liberalismo, e talvez à própria lógica conectiva do poder, mas que se organiza de acordo com essas formas específicas no liberalismo.

A outra consequência da arte liberal de governo é que ela envolve todo um conjunto de mecanismos de controle, restrição e coerção, funcionando como contrapeso de diferentes liberdades. A liberdade econômica, no sentido definido aqui, e as técnicas disciplinares de controle estão completamente ligadas entre si. A ideia de Bentham sobre o panóptico, por exemplo, não deve ser tomada como um tipo de governo parcial, ou um governo de exceção como no caso dos presídios, pois, para ele, o panóptico corresponde ao próprio coração da liberalidade governamental e à própria fórmula do governo liberal.

A última consequência assinalada por Foucault é que esses mecanismos de controle, que são formulados como consumidores e produtores de liberdade, dão vida a ela e introduzem liberdade adicional, por meio de controle e intervenção adicionais. Portanto, o controle não é mais apenas o contrapeso da liberdade. É sua causa e raiz na arte liberal do governo. Como exemplo citado pelo autor, a ação de Roosevelt (Foucault, 2011, p. 68) nas políticas de bem-estar social do *New Deal*, a partir de 1932, eram maneiras de produzir liberdade em um ambiente perigoso de desemprego, criando liberdade de trabalho, consumo, propriedade etc. Havia, no entanto, uma série de manipulações artificiais[20], 'intervenções voluntaristas' no mercado que foram descritas, em uma perspectiva neoliberal desde 1946, como uma nova forma de despotismo. Logo, neste caso, as liberdades democráticas só poderiam ser mantidas *sine qua non* por intervenções governamentais no mercado, denunciadas como uma ameaça à liberdade. Portanto, eis a primeira crise do liberalismo intrínseca a si mesma, já que é a vítima por dentro daquilo que Foucault chama de crise da governamentalidade[21]. Esse problema geralmente está relacionado, além da própria contradição do processo de produzir controle e liberdade, ao custo da manutenção da liberdade econômica, visto que a produção de liberdade conta com diferentes custos de operação[22].

[20] Argumento esse já utilizado por neoliberais no colóquio Lippman, como Mises, etc, embora ainda de maneira incipiente.

[21] "So there is a problem, or crisis, if you like, or a consciousness of crisis, based on the definition of the economic cost of the exercise of freedom" (Foucault, 2011, p. 68).

[22] No caso da crise, manter a liberdade do mercado é altamente custoso devido a altas taxas de desemprego, por exemplo, de maneira que o custo das liberdades envolvidas no processo de de criar postos de trabalho, consumo, renda, etc, diminui relativamente a livre flutuação das variáveis de mercado.

Outra crise seria devida ao amplo desenvolvimento de mecanismos de controle e coerção, os mecanismos compensatórios da liberdade. Essa produção de liberdade pode ser "liberogênica": os próprios mecanismos que produzem liberdade também podem produzir exatamente o seu oposto. Há um entupimento, já que os mecanismos e os dispositivos são vetores de forças desiguais e às vezes conflituosas, causado pelo excesso dos mecanismos do processo de produção da liberdade, especialmente aqueles específicos para fabricar liberdade, que realmente podem produzir efeitos destrutivos, que superam e prevalecem sobre a liberdade que eles deveriam produzir. Já é possível ver a revolta contra certos mecanismos de controle e coerção já no fim dos anos 1960. Essas crises são justamente a crise da governamentalidade no liberalismo que Foucault observa nos anos 1970, no embalo de maio de 1968 (Foucault, 2011, p. 69), os problemas do Vietnã, Watergate, ditaduras na América do Sul e África etc. É o problema da administração da liberdade e seus contrapesos, especialmente quando a liberdade se torna ameaçada pelo socialismo e pelo fascismo. É o problema de criar liberdade quando está presente o espectro do totalitarismo.

Enfim, crise que é também ocupada por contracondutas, por formas de contracondutas. Se a razão de Estado havia posto a lei de que o homem deve viver agora um tempo indefinido, com a ideia de que a sociedade deverá viver permanente com o Estado, esboçam-se contracondutas que terão precisamente por princípio afirmar o tempo em que o tempo terminará, que colocam por princípio uma escatologia possível, de um tempo último, o momento em que a governamentalidade indefinida do Estado será detida pela própria sociedade. Quando a sociedade civil puder se emancipar das injunções e das tutelas do Estado, quando o poder de Estado puder enfim ser absorvido por essa sociedade, nasce uma escatologia revolucionária dos princípios da própria razão de Estado. Se a razão de Estado colocou como princípio fundamental a obediência dos indivíduos, agora é de se esperar que a população tenha, erguendo-se contra o Estado, afirmando-se nas suas exigências, nas suas leis, nas necessidades fundamentais da população que deve substituir essas regras de obediência - o direito à própria revolução (Foucault, 2008, p. 479).

A pedra angular do problema, da crise, é que o intervencionismo econômico é geralmente o método usado para evitar a redução e produzir liberdade, mas, ao mesmo tempo, como reivindicam os liberais alemães de Freiburg e os "libertários americanos", seus tipos de intervenções podem criar cenas tão prejudiciais à liberdade como as formas políticas visíveis, que se deseja evitar. Essa crise tem várias consequências como reavaliações, novos projetos como novas maneiras de se avançar em termos de governamentalidade. Nasce, de certa forma, um conjunto de soluções propostas para resolver essas questões do liberalismo. É a crise dos *dispositivos*[23] de uma governamentalidade específica que vem mudando a política, a experiência, as relações e a percepção da vida.

1.5. O focus da possibilidade liberal: a subjetivação do homo oeconomicus

Se o liberalismo nasce enquanto forma de enquadrar o poder, de oferecer a ele uma limitação, é necessário definir o sujeito ideal desta limitação, e esse sujeito é o *homo oeconomicus*. O homem econômico aparece como elemento intangível do poder, e é usado como a difusão mais comum de comportamento e interesse político do homem moderno na economia. A busca egoísta de seus próprios interesses é o que gera a convergência, confluência de buscas egoístas aparentemente dispersas. Esse homem econômico é supostamente um elemento intangível ao governo, uma vez que deve ser deixado em paz: o *laissez-faire* aplica o homem econômico como o seu sujeito e objeto. Sua aparente oposição à ação de ser governado anuncia apenas um tipo específico de governo, guiado por um princípio e método de economia e política. O homem econômico não é um princípio contra o governo, mas a figura atomística de uma forma inteiramente nova de governamentalidade, de princípio de autolimitação à ação do governo, de limites à atividade dos Estados, permitindo que o governo trabalhe a estrutura de governo de acordo com o princípio

[23] Sobre o conceito de dispositivo: um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

da economia de mercado e da concorrência. Afinal, é só porque supostamente existe algo, antropológica e historicamente, como o *homo oeconomicus* que o liberalismo é possível, pois sem ele este método de limitação baseado no cálculo, no interesse e, principalmente, na utilidade, não são passíveis de elaboração. Eis a sua centralidade.

1.5.1. O sujeito de interesse e o sujeito de direito

Para tratar desse problema, Foucault aborda o problema do empirismo inglês e a teoria do sujeito para colocar a questão do *homo oeconomicus* e sua forma de aparição. O empirismo inglês (Foucault, 2011, p. 271) aparece com John Locke[24] na forma de escolhas individuais que são irredutíveis e intransferíveis. Irredutível significa que a escolha individual está permanentemente vinculada à vontade ou ao interesse de alguém, até um ponto em que não é necessário justificativa, ou até o ponto em que não se permitem mais induções. Ele funciona com a justificativa interna de que a ação e as escolhas de uma pessoa estão permanentemente ligadas ao interesse próprio. Há um ponto em que a justificação desses interesses não é mais necessária, pois aceita-se universalmente o momento em que o princípio de que a escolha se baseia no cálculo do 'menos-dor', princípio esse que não se distribui homogeneamente para diferentes indivíduos, e que se apresenta a partir de um ponto em que as preferências não podem ser discutidas como a origem e a fonte da dor ou prazer. "*The choice between painful and non-painful is a sort of irreducible that does not refer to any judgment, reasoning, or calculation"* (Foucault, 2011, p. 272). Então, e mais do que isso, as preferências também são não-transferíveis. São irredutíveis e intransferíveis em termos de escolhas que se referem incondicionalmente ao próprio sujeito como um interesse geral. Portanto, temos, pela primeira vez na filosofia política, a aparência desse sujeito que atua em termos de interesse, assumindo a forma imediata e subjetiva de um sujeito guiado por vontade-desejo.

[24] Essay concerning Human Understanding, London:printed by E. Holt for T. Basset, 1690.

Agora, outro problema é se esse sujeito de interesse pode ser conectado à vontade-interesse jurídica, se o interesse do sujeito pode ser organizado na forma de esfera jurídica. Foucault pensa que esses dois campos podem ser reconciliados, como no exemplo do contrato social, quando analisado por Blackstone (Foucault, 2011, p. 273), e o motivo pelo qual os indivíduos entraram nesse contrato. Para proteger alguns de seus interesses, eles sacrificam outros. No entanto, Hume (Foucault, 2011, p. 274), conforme Foucault, tem uma visão mais completa sobre o processo. Ele pensa na lógica de que: é claro que alguém entra no contrato por interesse relacionado à administração de riscos, mas por que alguém permanece no contrato - o que faz o contrato funcionar? A versão original de Blackstone era a ideia de obrigação dos participantes do contrato, enquanto Hume diz que o sujeito respeita o contrato por interesse, visto que espera que os outros contratos dos quais faz parte sejam mantidos por interesse. A consequência disso é que o contrato não cria necessariamente um sujeito de direito sobre o sujeito de interesse. O jurídico não se sobrepõe ao interesse. O interesse permanece, subsiste no tempo do arcabouço jurídico.

O sujeito de interesse transborda o sujeito de direito, ele é irredutível ao sujeito de direito, não é absorvido por ele e ainda é irredutível em relação a ele. E é esse sujeito que a governamentalidade precisou aprender a governar. A questão governamental que se coloca não é mais de suprimir o desejo de maneira disciplinar, mas de torná-lo livre para estabelecer relacionamentos e conexões. O controle, ou o mecanismo de segurança, não mais vai ter como objetivo a repressão dos desejos-interesses; contra o desejo não há nada que se pode fazer, já diria Quesnay. Entretanto, é aqui, no desejo, que se busca a população como alvo e que ela se torna penetrável pela técnica governamental. Se esse desejo operar dentro de certo limite de conexões e de relacionamento livremente, acabará produzindo o interesse geral da população. Com isso, com o livre jogo dos desejos, vai se criar algo como um espontâneo interesse, ou uma espontânea produção de interesse, um interesse coletivo, ou um interesse da população. Esse interesse coletivo é o que marca a naturalidade da população e, ao mesmo, tempo, a artificialidade dos *meios* criados para geri-la (Foucault, 2008, p. 95). Assim, vê-se aparecer algo como o

meio, isto é, a aparição de certas condições, certo espaço, ainda que teórico, de ação, de refinamento das séries de realidades, e mesmo da realidade da população. É a condição do meio que permite algo como o limite entre as conexões, dos relacionamentos que condicionam o desejo dos indivíduos e, portanto, da população. É nesse meio que o liberalismo vai expressar a sua força, a sua inventividade no criar dos conceitos e das condições do governo de liberdade. É através dele que o liberalismo se impõe e desenvolve os seus tentáculos de naturalidades.

A lógica sob o sujeito do direito e sob o sujeito do interesse é muito diversa. O primeiro aceita a autolimitação pelo princípio da transferência, ou seja, aceita a negatividade disciplinar, pois ele é, em um nível, possuidor de direitos naturais imediatos e, por outro lado, alguém que aceita renunciar a eles e se tornar despossuído e, portanto, de constituição diferente do sujeito original dos direitos da perspectiva natural. A lei e a proibição parecem bloquear o primeiro sujeito original do direito em relação ao outro sujeito que concordou transferir alguns de seus direitos. E ele aceita isso, a perda, ou a realização parcial de seus desejos-direitos.

O sujeito de interesse, no entanto, não é governado pelo mesmo mecanismo. Esse sujeito nunca é chamado para abandonar seu interesse. Funciona por um mecanismo egoísta, sem transcendência natural, em que a vontade de cada indivíduo se harmoniza com a vontade geral e o interesse dos outros e gera progresso. Não existe nesse mecanismo a lógica de renúncia ou de autolimitação pela lei, como na lógica do contrato. O mercado e o contrato funcionam de maneiras muito diferentes, são estruturas heterogêneas e não podem ser sobrepostas, embora possam funcionar em paralelo.

Portanto, dada essa heterogeneidade e em parte como consequência disso, o sujeito econômico e o sujeito do direito têm uma relação essencialmente diferente com o poder político. Da perspectiva do poder e do legítimo exercício do poder, o homem econômico inaugura uma posição totalmente nova. Foucault (Foucault, 2011, p. 276), citando Condorcet[25] em seu *Les Progrès de l'esprit humain,* coloca o interesse do indivíduo como i) dependente de um número infinito de coisas - algo

[25] Marquês de Condorcet (1743 - 1794) foi um filósofo e matemático francês.

muito semelhante a uma teoria do caos na qual eventos muito distantes se afetam mutuamente, mas ii) esse aparente caos dá origem a uma consequência benéfica harmônica e mútua para todos. Isso significa que os indivíduos que buscam seu interesse por meio de ações de interesse próprio geram, por uma massa limitada de ações coletivas que iludem o indivíduo, um bem-estar comum na sociedade, independente da vontade e do conhecimento de alguém, vinculado a uma série de elementos positivos que indicam que tudo favorável à vida do indivíduo será favorável à vantagem de outros. É uma dupla situação involuntária, com relação aos acidentes em sua vida e às consequências de suas ações para outras pessoas. Essa situação das características duplas, involuntárias, indefinidas, incontroláveis e não totalizáveis de suas situações não desestimula o indivíduo em seu interesse em calculá-lo ou maximizá-lo. Pelo contrário, são precisamente essas características de incerteza que criam no indivíduo o desejo de calcular sua posição específica no mundo e as formas de maximizá-la - encontro memorável, o da filosofia política com o desejo. De qualquer forma, esse é precisamente o caso da mão invisível de Adam Smith na interpretação de Foucault - um mecanismo bizarro que ilude o homem econômico e, simultaneamente, ordena o mundo de acordo com uma racionalidade de benefício mútuo, algo como o Deus de Malebranche[26] (Foucault, 2011, p. 278). Smith está falando sobre o mesmo indivíduo que, buscando seu próprio interesse e sem saber o porquê, suas ações beneficiam a todos. Cada um pensa em seu próprio ganho e, no final, toda a indústria se beneficia.

Mas isso só é possível, esse benefício mútuo das ações egoístas, se todos simultaneamente desconhecem todo o processo do jogo econômico, cegos, então, sobre essa totalidade que somente o Deus de Malebranche seria capaz de ver e, portanto, de intervir - ninguém mais. A cegueira e o escuro dos agentes econômicos são absolutamente necessários para o bom funcionamento desse mecanismo comum e benéfico. A consequência imediata disso é que o bem coletivo não deve ser um objetivo, porque não pode ser calculado dentro de uma estratégia econômica. A invisibilidade é absolutamente importante, pois o agente econômico não deve e não pode buscar o bem coletivo; esse bem coletivo é, na verdade,

[26] O Deus que tudo ordena, do qual todas as ações devem ser sua lei e todos os indivíduos são atravessados por ele.

consequência da multiplicação e dos encontros de vontades individuais 'egoístas'. Mas também nenhum agente político pode fazê-lo, visto que a cegueira é geral: a invisibilidade ilude a todos os agentes na compreensão completa do jogo econômico. Portanto, a possibilidade de intervenção política na economia de maneira totalizante, ou seja, a intervenção que busca gerar consequências na sociedade, tendo como objetivo ou sujeito de interesse todo o jogo econômico, não é sensata ou *frugal*, uma vez que o soberano não conhece e não pode conhecer a totalidade do processo econômico. Esse processo econômico, que encontra sua razão na existência atomística do homem econômico, é opaco e incontrolável por natureza.

> Economics is an atheistic discipline; economics is a discipline without God; economics is a discipline without totality; economics is a discipline that begins to demonstrate not only the pointlessness, but also the impossibility of a sovereign point of view over the totality of the state that he has to govern (Foucault, 2011, p. 282)[27].

Essa incompatibilidade específica com o interesse do indivíduo não totalizável - ou os sujeitos de interesse - e a unidade totalizante da soberania jurídica é o que deu ao liberalismo sua forma moderna. A problemática econômica, de interesse econômico, não é a constituição de uma unidade política definida pela existência de um governo ou soberano que detenha alguns dos direitos dos indivíduos e, ao mesmo tempo, os limita - algo semelhante à lógica do contrato. O homem econômico nega a capacidade do soberano entender completamente o processo econômico e, portanto, controlá-lo. O homem econômico não é limitado pelo soberano, nem por uma questão de direitos ou por uma limitação nos termos da lei, uma vez que esse soberano é considerado impotente para conhecer todo o funcionamento do econômico como um sistema, para estar plenamente consciente de seu estado de intervenção. A economia política aparece aqui especificamente como um crítico da razão governamental. Não há soberania na economia e não há um soberano econômico.

Esta não é apenas uma questão de economia política, mas também de razão governamental, que marca vários eventos no século anterior sobre a impossibilidade

[27] Aula onze, 28 de Março de 1979.

da existência de um soberano econômico, e, se há alguma solução para isso em termos de governamentalidade, se o planejamento socialista (*planning*) pode escapar desse fantasma. Foucault aqui pensa que os projetos da economia política de Adam Smith não eram apenas uma refutação de doutrinas e práticas mercantilistas, mas eram contra o projeto de construção de um soberano econômico, contra essa *Raison d'État* inicial e suas políticas. É semelhante, continua Foucault, à posição dos fisiocratas, no sentido de que o soberano não deve intervir nos mecanismos de interesse que levam os indivíduos a ir e encontrar a melhor situação de vantagem em termos de liberdade de mercado - oferta e demanda, mecanismos regulatórios e concorrência.

Mas (na fisiocracia existe um grande mas): o soberano deve deixar os indivíduos *laissez-faire* mas o soberano é o co-proprietário de toda a produção, já que ele é o proprietário da terra, que é o lugar de onde vem o excedente; portanto, é absolutamente legítimo algumas intervenções baseadas na direito, tendo como alvo a economia. Além disso, os fisiocratas defendem mecanismos para impedir a transparência da mão invisível - ou seja, deve haver uma transparência dentro do domínio econômico para que o soberano possa assistir ao processo econômico de maneira sistemática e organizada, para que ele saiba o que está acontecendo e, dada a informação-*evidence*, determinar o que deveria estar acontecendo - então a liberdade do indivíduo está de sobremaneira subordinada a essa abordagem sistemática e a critérios de informação. Mas essa abordagem sistêmica e a possível intervenção é forçada a ser racional, seguindo um conjunto de princípios econômicos de verdade e processos de veridicção, de modo que a liberdade do indivíduo e a arbitragem do soberano se tornem um duplo (Foucault, 2011, p. 286). E, no final, esse governo terá que explicar o uso desse conhecimento do processo econômico para a sociedade ou, mais especificamente, para os indivíduos usarem e se beneficiarem do conhecimento soberano em termos de maximizar seu interesse-lucro.

O interessante da abordagem da fisiocracia aqui é que o *laissez-faire* coincide com a existência despótica de um soberano, limitado apenas pela *évidence* como um centro de informações bem formado que ele precisará compartilhar com os

agentes. Portanto, a razão de ser do soberano despótico é fortalecer a liberdade econômica dos agentes econômicos - essa parece ser a única maneira de manter o despotismo simultaneamente com a proposta de agentes econômicos livres sujeitos de interesse.

É claro que esse projeto de fisiocracia não estaria totalmente sintonizado com o projeto ou a estratégia de Adam Smith. A necessidade da invisibilidade das mãos é precisamente o que dispensa esse tipo de soberano todo-poderoso, que conhece virtualmente o processo econômico de maneira sistemática. Portanto, essa ilustração da mão invisível impossibilita a existência mútua de despotismo soberano e indivíduos de liberdade econômica, e isso não é possível apenas por razões políticas, mas o governo fisiocrático não pode existir porque não pode existir a evidência no caminho fisiocrático - e o todo do projeto de governo despótico em mútua existência com indivíduos livres se desmancha no ar.

A partir da compreensão de Foucault sobre o que é economia política a partir da abordagem de Adam Smith, pode-se entender que a economia política não deveria fornecer aos indivíduos *"the line of conduct, the complete programming of what could be called governmental rationality"* (Foucault, 2011, p. 286). Não era suposto definir o que ele chama de racionalidade governamental; a ciência econômica era algo a ser consultado no processo de governo, mas não para definir estritamente qual e como é o objetivo da prática governamental. O efeito da economia política de Adam Smith era limitar a atividade governamental e oferecer um guia para que a sociedade seja bem governada do ponto de vista econômico em um regime de máxima liberdade. Em síntese, pode-se dizer que a nova governamentalidade se vê numa situação em que terá de se referir a um domínio de naturalidade que é a economia, e, sendo assim, terá de organizar um sistema jurídico de respeito às liberdades, simultâneo à gestão da população. O antigo projeto de polícia do século XVII se decompõe em quatro elementos básicos: a prática econômica-reflexiva, a gestão da população, o direito e respeito às liberdades e a polícia - que vai se somar ao dispositivo diplomático-militar que não foi modificado no século XVIII.

O papel do Estado torna-se respeitar os processos naturais já identificados pela ciência econômica - a economia e o Estado passam a existir face a face, vai aparecer todo um campo de possíveis intervenções, possíveis e necessárias, mas que não coincidem de forma geral ou em absoluto com a intervenção regulamentar. Essa gestão terá como objetivo, não tanto regular, mas fazer com que as regulações naturais atuem. Ou seja, vai-se instituir mecanismos de segurança, para que o Estado garanta a segurança desses fenômenos naturais, que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos à população.

No campo do direito, o *homo oeconomicus* é um sujeito de interesse que não se sobrepõe ao sujeito do direito, significando que eles não tenham apenas lógicas mas dialéticas diferentes. Desse modo, o *homo oeconomicus* é um sujeito que não depende de renúncia, da subtração ou transferência, mas da multiplicação de interesse e interação atômica que juntas geram bem-estar, *mieux-vivre*. Do ponto de vista do poder, o sujeito do direito se satisfaz em limitar o exercício da autoridade do soberano, cessando parte de seus direitos pela possibilidade do contrato, enquanto o *homo oeconomicus* nega totalmente qualquer possibilidade de interferência ou transferência de seus interesses em termos de direitos. Tudo está dentro do jogo dos interesses. E isso porque o sujeito de interesse, apoiado por uma mão invisível, remove do soberano a possibilidade da evidência. O soberano é cego porque não pode ver - não por falta de esforço. O processo econômico escapa a uma figura central, a qualquer tentativa de totalizar uma visão panorâmica: a natureza do processo econômico elude o panóptico.

Surge a questão na história, para Foucault, do que fazer, para o governo, no caso da impossibilidade de ação no campo econômico? Como o soberano poderá intervir em qualquer lugar, exceto no mercado, como uma espécie de espaço livre dentro da geografia da soberania, o que não significa que o soberano não intervenha, mas que o tipo de poder usado neste campo será muito diverso de sua normalidade. Basicamente, o governo tem que mostrar respeito dentro de suas interações com o mercado - é um diálogo de poder.

Esses indivíduos ainda são objetos de um conjunto específico de direitos, mas também atores econômicos que não são totalmente governáveis na estrutura

antiga da relação contratual de direitos. Esse homem econômico é governável apenas na medida em que um novo conjunto governamental - em oposição ao despotismo da fisiocracia do governo como geômetra - possa ser definido, que o envolverá tanto como sujeito de direito quanto como sujeito de interesse.

Essa nova arte de governo precisa garantir que esse sujeito seja envolvido por fios-conexões dessas duas dimensões, e que esses elementos sejam apenas aspectos parciais de um conjunto complexo de relações. E, é claro, para Foucault, o liberalismo consiste nesse novo conjunto, capaz de multiplicar as conexões em que esse indivíduo se relaciona com um todo complexo de uma esfera política na qual ele ocupa um papel ativo. A suposição aqui é que o soberano não quer perder poder, a soberania quer preservar seu caráter global em todo o seu espaço. Para preservar a unidade do governo em toda a esfera da sociedade e manter a especificidade e a autonomia do governo em relação à ciência econômica, a arte do governo deve receber um domínio de ação específico, um domínio de referência específico. E esse novo domínio de referência é, para Foucault, a sociedade civil.

1.5.2. Uma transação: o governo do homo oeconomicus ao da sociedade civil

Como governar um campo aberto em que seus sujeitos são o *homo oeconomicus* movido por interesses? A sociedade civil vem para responder uma questão governamental muito prática, porque passa a formar uma tecnologia governamental que deve enfrentar a responsabilidade da heterogeneidade do econômico e do jurídico. A população passa a ser, dado a descoberta de algumas de suas naturalidades, a sociedade. A economia e as análises estatísticas aplicadas à população fizeram surgir conceitos suficientes para caracterizar uma sociedade, para além do marco puramente biológico. Em síntese, é como se a população fosse o resultado do problema quando encarado em sua concepção biológica mais imediata, e a sociedade o resultado do problema quando, depois de tratado em conceitos, é aprimorado por relações políticas, econômicas, antropológicas, enfim, quando uma aresta da população se cruza com o poder e se concretiza em

dispositivo. É o problema de definir uma estrutura jurídica de uma governamentalidade atrelada e dependente da estrutura econômica.

E essa sociedade civil *"which is very quickly called society, and which at the end of the eighteenth century is called the nation"* (Foucault, 2011, p. 296)[28] - cria uma autolimitação interna para as práticas governamentais, assim como para a tecnologia governamental. De uma vez por todas: a existência de uma autolimitação às práticas de governo não significa um enfraquecimento dos vetores que desembocam no poder, mas apenas que as práticas governamentais herdadas da razão de Estado anterior são forçadas ao constrangimento, a se transformarem aos modos das novas configurações de poder, cujos centros, agora, já habitam outros lugares.

Essa nova autolimitação não viola nem as leis econômicas nem os princípios do direito, e nem a exigência de generalidade governamental nem a necessidade de onipresença do governo. Um governo onipresente, um governo do qual nada escapa, um governo que esteja em conformidade com as regras do direito e um governo que, no entanto, respeite a especificidade da economia, será um governo que administrará a sociedade civil, a nação, a sociedade e o social (Foucault , 2011, p. 296).

O homem econômico habita a sociedade civil, e tem que ser assim para que esse assunto seja adequadamente gerenciado - governado. Portanto, o *homo oeconomicus* e a sociedade civil pertencem ao mesmo conjunto que cria uma tecnologia e uso específicos dentro da prática governamental. Dizer que a sociedade civil é uma tecnologia governamental é dizer que não é pura e simplesmente um produto da realidade. Sociedade civil é o que Foucault chama de realidades de transação (*réalités de transaction*) que, assim como a sexualidade e a loucura, embora não existam, ainda assim, persistem em nascer precisamente da interação das relações de poder nas quais as condutas são definidas e devem ser seguidas. A sociedade civil é, portanto, uma realidade de transação envolvida em uma trama com uma tecnologia específica do governo que é o liberalismo. Este é, no entanto, uma tecnologia de governo cujo poder é produzido a partir dos objetos de sua

[28] Aula 4 Abril de 1979.

própria limitação, simultaneamente atrelada à especificidade do processo econômico.

Para isso, para pensar a sociedade civil enquanto campo de existência, Foucault retoma as considerações de Ferguson[29] sobre a sociedade civil e as compara ao projeto de Smith na *Riqueza das Nações* - nação que significa o mesmo que sociedade civil - desenvolvendo esse conceito de sociedade civil. O autor escolheria três das quatro características essenciais dessa sociedade civil definidas por Ferguson em seu *An Essay on the History of Civil Society (1767)*; elas são: i) sociedade civil entendida como uma constante histórica; ii) como um princípio de síntese espontânea; iii) como uma matriz permanente de poder político; e iv) o elemento motor da história.

Para ser muito breve, já que Ferguson não é o foco, e sim o porquê Foucault acha relevante reconstruir essa história, temos que explicar em breve essas três de quatro afirmações. Primeiro, a sociedade civil é um dado para o qual nada está além, ou, se está, é supostamente inacessível - é como se não houvesse homem antes da sociedade. O que, é claro, significa que os fatores sociais da vida humana acabam, em importância de acessibilidade, no natural, no biológico ou no espiritual do homem antes da humanidade. Em termos simples, não há conhecimento - científico - antes da sociedade civil e, se houver algum conhecimento além dela, não é acessível ao domínio público e conformaria algo de excêntrico e obrigatoriamente individual - embora a metafísica seja precisamente o aniquilamento do indivíduo. Certamente, isso existe devido à diferença entre existência individual e existência de grupo, que, aqui, só funciona se esses conceitos forem dissociados, ou seja, o homem na sociedade não pode conhecer o isolamento e o isolamento não pode conhecer a sociedade - o isolamento e a sociedade são incompatíveis, o que não é necessariamente o caso - que “não existe natureza humana separável do próprio fato da sociedade” (Foucault, 2011, p. 299). Mas, de qualquer maneira, o caminho tomado por ele é supor que o indivíduo precisa da sociedade para existir. Nesse caso, o vínculo social não tem pré-história.

[29] Adam Ferguson (1723 - 1816), também conhecido como Ferguson of Raith, foi um filósofo e historiador escocês, que ficou bastante conhecido através de obras de Hayek.

Em segundo lugar, a sociedade civil garante a síntese espontânea dos indivíduos, ou seja, não há renúncia de direitos, interesses, e, logo, não há constituição de soberania por sujeição voluntarista. Além disso, deve haver reciprocidade entre seus membros, e não podemos aceitar que um indivíduo seja feliz se todos ao seu redor na sociedade estiverem infelizes. Ou seja, os indivíduos são cercados e necessariamente definidos por seus laços sociais; para o indivíduo não há escapatória, não há saída para ações valorativas fora da sociedade; ele não é bom a menos que seja bom por causa de características específicas definidas pela posição que ele ocupa, as consequências e a utilidade mútua das suas ações. O homem é bom se produz o efeito que deve produzir, a sociedade é o meio de verificar o que deve ser feito por métodos valorativos e comparativos. Por outro lado, o valor do todo não é absoluto e não deve ser atribuído ao indivíduo, ou seja, a felicidade da sociedade não é a felicidade de todos os indivíduos; isso é bastante claro: se um indivíduo é capaz de ser feliz como indivíduo, se não há dependência da sociedade "é igualmente verdade que a felicidade dos indivíduos é o grande fim da sociedade civil"[30]. Então a sociedade une o indivíduo devido à dependência e necessidade, une pelo medo e sofrimento; a violência une e o pensamento reúne esse poder abstrato das emoções em uma sombra de segurança, de maneira sustentada pelo tempo.

O importante é que esse mecanismo da sociedade civil cria imediatamente a multiplicação de relações e interesses - nada como o sistema contratual de troca de direitos - assumindo a mesma forma que a multiplicação do mecanismo puramente econômico do homem econômico no mercado. Essa inserção do indivíduo é mais profunda no pensamento de Smith sobre os sentimentos morais.

> Though it may be true, therefore, that every individual, in his own breast, naturally prefers himself to all mankind, yet he dares not look mankind in the face, and avow that he acts according to this principle. He feels that in this preference they can never go along with him, and that how natural soever it may be to him, it must always appear excessive and extravagant to them. When he views himself in the light in which he is conscious that others will view him, he sees that to them he is but one of the multitude in no respect better than any other in it (Smith, 2008, p. 83).

[30] A. Ferguson, *An Essay on the History of Civil Society*, p. 58. “if the public good be the principal object with individuals, it is likewise true, that the happiness of individuals is the great end of civil society: for in what sense can a public enjoy any good, if its members, considered apart, be unhappy?”

A razão pela qual os indivíduos estão ligados à sociedade civil não é o interesse do lucro, diz Ferguson (e isso já está na *Teoria dos Sentimentos Morais* de Adam Smith, de 1759) mas a simpatia - Smith prefere usar 'empatia' e a define como a tendência das ações em direção à redução do sofrimento dos nossos iguais.

> If thus that man, who can subsist only in society, was fitted by nature to that situation for which he was made. All the members of human society stand in need of each others assistance, and are likewise exposed to mutual injuries. Where The necessary assistance is reciprocally afforded from love, from gratitude, from friendship, and esteem, the society flourishes and is happy. All the different members of it are bound together by the agreeable bands of love and affection, and are,as it were, drawn to one common centre of mutual good offices (Smith, 2008, p. 85).

Na data em que Smith escreveu sua *Teoria dos Sentimentos Morais*, estava muito ciente da necessidade de um sistema moral para estabelecer o bom funcionamento desse modo de raciocínio, do método de multiplicação, e o projeto de economia de Adam Smith é apenas o desenvolvimento dessa abordagem moral do indivíduo e suas relações. O projeto econômico é o resultado, no campo material, de um mesmo sentido de diretor moral

> The man who, by some sudden revolution of fortune, is lifted up all at once into a condition of life, greatly above what he had formerly lived in, may be assured that the congratulations of his best friends are not all of them perfectly sincere. An upstart, thought of the greatest merit, is generally disagreeable, and a sentiment of envy commonly prevents us from heartily sympathizing with his joy. If he has any judgment, he is sensible of this, and instead of appearing to be related with his good fortune, he endeavours, as much as he can, to smother his joy, and keep down that elevation of mind with which his new circumstances naturally inspire him. He affects the same plainness of dress, and the same modesty of behaviour, which became him in his former station. He redoubles his attention to his old friends, and endeavours more than ever to be humble, assiduous, and complaisant. And this is the behaviour which in his situation we most approve of; because we expect, it seems, that he should have more sympathy with our envy and aversion to his happiness, than we have with his happiness (Smith, 2008, p. 40-41).

A boa nação, ou o estado progressivo da sociedade, é aquela que promove, através das práticas, as virtudes que possibilitam essa multiplicação da empatia em um grau incomum, tendo como consequência relações econômicas saudáveis. Progresso e riqueza, portanto, como os resultados de uma conduta específica em relação a si mesmo e a suas relações com os outros.

> Virtue is excellence, something uncommonly great and beautiful, which rises far above what is vulgar and ordinary. The amiable virtues consist in that degree of sensibility which surprises by its exquisite and unexpected delicacy and tenderness.The awful and respectable, in that degree of self-command which astonishes by its amazing superiority over the most ungovernable passions of human nature (Smith, 2008, p. 25).

Os seres humanos, e isso também vem da *Theory of Moral Sentiments*, buscam reconhecimento (status, bem-estar material etc.) como reflexo do amor - a busca por reconhecimento é a busca por receber e dar amor.

> If the chief part of human happiness arises from the consciousness of being beloved, as I believe it does, those sudden changes of fortune seldom contribute much to happiness. He is happiest who advances more gradually to greatness, whom the public destines to every step of his preferment long before he arrives at it, in whom, upon that account, when it comes, it can excite no extravagant joy, and with regard to whom it cannot reasonably create either any jealousy in those he overtakes, or any envy in those he leaves behind (Smith, 2008, p. 41).

Então Adam Smith, já com isso em mente em 1759, obviamente buscava uma explicação para o mundo econômico, tendo como parâmetro esses sentimentos morais na vida social, e o projeto econômico representa a correlação com essa forma de vida moral do social. Mais precisamente, não é que o econômico funcione como correlativo do campo político, eles são todos as mesmas expressões do caráter humano, moral e da natureza. Não é tanto que o projeto de Adam Smith se correlacione com Ferguson no sentido estritamente econômico, que é a posição que Foucault defende[31], uma vez que a posição de Smith nunca é estritamente econômica e que ele, antes de Ferguson, respondeu às mesmas questões e à mesma problemática sendo levantadas por seu tempo. Todos os argumentos de Ferguson em relação à sociedade civil já tinham sido explorados pela moralidade de Smith. Ou seja, alguém poderia dizer que os argumentos de Foucault sobre os trabalhos de Smith são superficiais, assim como sua relação com a correlação supostamente política entre outros autores que analisam os mesmos problemas.

Contudo, isso não é um problema, precisamente porque os métodos de Foucault acomodam esses "erros" analíticos, já que o importante é entender a

[31] "We have here the political correlate, the correlate in terms of civil society, of what Adam Smith studied in purely economic terms" (Foucault, 2011, p. 298).

problemática da problemática, ou melhor, por que essa questão era relevante para ser entendida nesse ponto da história? Em resumo, o que importa são os problemas levantados pelo pensamento político, e não a precisão da análise em termos de seu ideal tecnológico para as ações do governo. Portanto, se a filosofia e a economia política de Adam Smith eram muito mais amplas, e se Ferguson em 1767 está realmente discutindo as ideias de Smith de 1759, isso não é tão importante para a proposta de Foucault quanto à questão de apontar que havia um problema de definir a sociedade e a nação no século XVIII, de uma maneira que permitisse a incorporação de novas técnicas de governo, novos procedimentos que atendam às limitações criadas pelo novo processo histórico. Isso está explícito para o autor e ele está apenas usando elementos para apoiar e guiar sua ideia de 'inovação de governamentalidade'.

A razão desse tipo de análise é encontrar um horizonte flexível que usa a arqueologia como superfície de inscrição; se essa superfície não for constituída, o não-oculto continua não-visível. Se o método de Foucault for admitido e aceito como valioso para entender a história, mesmo que parcialmente em termos de conteúdo analítico, mas que se comporta abrindo novas possibilidades de relações e novas possibilidades de conceitos, de dar nomes a figuras que ainda não visíveis e, a partir deles, descobrir novos lugares do próprio fazer histórico e político.

Portanto, o que é realmente importante aqui são as consequências que surgem das ideias que aparecem nessa inovação do século XVIII, independentemente da correlação entre os autores citados por ele. Uma dessas erupções é a ideia de "interesse desinteressado", representado de maneira famosa pela mão invisível e pelo '*self-interest*' smithiano, que conecta indivíduos - o que significa que não é egoísta, ou melhor, sentimentos não-egoístas que aglutinam a sociedade. A segunda erupção é que os elementos de multiplicação na sociedade são não locais, ou seja, não são localizações específicas, um território para a multiplicação de interesses lucrativos e todo sujeito econômico supostamente migraria para onde há maior rentabilidade. Contudo,existe na sociedade civil a repugnância criada no momento do nascimento da oposição entre 'nós' e 'eles', isto é, a sociedade civil sempre aparecerá como em contraste ao conjunto de outros

grupos, às fronteiras entre nações e assim por diante. A sociedade civil é comunitária e a nação é apenas a sua principal forma ou a forma mais agregada - outras são a família, a vila, a corporação etc. E isso é algo que já aparece também na *Theory of Moral Sentiments* e em alguns momentos da *Riqueza das Nações,* de Smith:

> We expect still less sympathy from an assembly of strangers, and we assume, therefore, still more tranquillity before them, and always endeavour to bring down our passion to that pitch, which the particular company we are in may be expected to go along with (Smith, 2008, p. 23).

A terceira característica é que a sociedade civil é uma matriz de poder político em uma formação espontânea de poder - sem haver necessidade dos contratos dos juristas para o comércio de direitos ou a renúncia de direitos. A diferença espontânea entre indivíduos dá origem a divisões no trabalho e no papel na sociedade: alguns dão ordens, outros obedecem. A tomada de decisões na sociedade é realmente influenciada por alguns grupos, mas, ao final, quem decide fazer ou não alguma ação é o indivíduo e, como indivíduos, alguns assumem a autoridade e outros aceitam a autoridade para serem governados. Portanto, o poder existe antes do direito, antes de ser racionalizado, regulamentado, gerenciado. A sociedade civil secreta o poder desde o início, o poder é pré-histórico. Novamente, para Smith, o comportamento humano resulta de vários intercalantes - principalmente o resultado do auto-julgamento e a influência do condicionamento social que internaliza a moralidade nos indivíduos por meio de algo mais ou menos como uma mão invisível. O espectador externo tangível original se torna interno. De qualquer forma, o poder aparece como algo condicionado

> When our passive feelings are almost always so sordid and so selfish, how comes it that our active principles should often be so generous and so noble? When we are always so much more deeply affected by whatever concerns ourselves, than by whatever concerns other men; what is it which prompts the generous, upon all occasions, and the meanupon many, to sacrifice their own interests to the greater interests of others? It is not the soft power of humanity, it is not that feeble spark of benevolence which Nature has lighted up in the human heart, that is thus capable of counteracting the strongest impulses of self-love. It is a stronger power, a more forcible motive, which exerts itself upon such occasions. It is reason, principle, conscience, the inhabitant of the breast, the man within, the great judge and arbiter of our conduct. It is he who, whenever we are about to act so as to affect the happiness of others, calls to us, with a voice capable of astonishing the most presumptuous of our passions, that we are but one of

> the multitude, in no respect better than any other in it; and that when we prefer ourselves so shamefully and so blindly to others, we become the proper objects of resentment, abhorrence, and execration. It is from him only that we learn the real littleness of ourselves, and of whatever relates to ourselves, and the natural misrepresentations of self-love can be corrected only by the eye of this impartial spectator. It is he who shows us the propriety of generosity and the deformity of injustice; the propriety of resigning the greatest interest of our own, for the yet greater interests of others, and the deformity of doing the smallest injury to another, in order to obtain the greatest benefit to ourselves. Is not the love of our neighbour, it is not the love of mankind, which upon many occasions prompts us to the practice of those divine virtues. It is a stronger love,a more powerful affection, which generally takes place upon such occasions; the love of what is honourable and noble, of the grandeur, and dignity, and superiority of our own characters (Smith, 2008, p. 147).

Então temos essa abordagem muito interessante no liberalismo - Smith, Ferguson, outros -, que se preocupa com essa multiplicação de atitudes na sociedade, em direção a algo muito semelhante e na direção da empatia, no reconhecimento mútuo que justifica a existência dos indivíduos e que precisam existir juntos.

A quarta característica é que a sociedade civil é o motor da história. O que significa que a sociedade mudará devido às relações estabelecidas em seu interior. Isso é algo que Smith também discute, quando descreve estados progressivos, estacionários e regressivos das sociedades e quando discute a ascensão das cidades em *Riqueza das Nações* - na verdade, essa é basicamente a suposição de que a ideia sob a *Riqueza das Nações* funcione, que é uma sociedade bem governada pode ser progressiva e caminhar em direção à prosperidade e à liberdade, buscando especificamente a história da constituição da sociedade civil europeia moderna nos primeiros dias das cidades, durante e após a Idade Média. A sociedade civil moderna é uma espécie de regime de liberdade.

Um exemplo disso, ao tratar da constituição desse regime de liberdade, a consideração de Smith sobre o início das cidades na Europa parte do diagnóstico de que seu desenvolvimento não era natural em termos smithianos, ou seja, a agricultura deveria comandar a manufatura, que deveria comandar o comércio exterior de uma maneira evolutiva, mas na Europa essa relação foi invertida pela

arbitrariedade do Estado. É bom lembrar aqui que Smith, assim como Hume (2004)[32] , está tentando defender politicamente algo como um regime parlamentar inglês, que faz com que o país ofereça grandes possibilidades de progresso sob liberdade contra um 'autoritarismo' do governo. Para isso, ele reconstitui a história das cidades de maneira estilizada no capítulo três, livro três de *A Riqueza das Nações*. É uma espécie de ponto final de um curso de servidão a um regime de liberdade. Há então o tráfego entre o regime de opressão da servidão para o regime de liberdade.

Nessa linha de pensamento, existem traços principais - queda do Império Romano, Estado forte, cidade forte. Às vezes, um rei ou um senhor dava aos comerciantes isenções de taxa de passagem e, em algumas situações, eles se tornam o que Smith chama de "livre comerciante". Assim, os comerciantes começaram também a administrar esses impostos a um senhor ou rei. Em seguida, os burgueses foram capazes de alugar uma fazenda ou terra por uma taxa estabelecida e negociar os impostos (as *poll taxes*), cobrados de acordo com o número de indivíduos em um determinado espaço-burgo, sobre os burgueses - que se tornaram "perpétuos", entendidos como renda fixa para a realeza.

A sociedade moderna está sendo formada nesse espaço de constituição dos burgueses - a sociedade civil oferece liberdade e independência da realeza e dos senhores, e isto se origina nas cidades. Os burgueses são capazes de gerenciar fazendas e negociar renda com os soberanos - eles gerenciam as coisas dos impostos dentro do burgo. Para o rei, novamente, vale a pena renunciar a esse tipo de poder político porque está garantida a perpetuidade dos pagamentos da burguesia, que tem poderes fiscais dentro do burgo.

Ou seja, é a vez do jogo para os burgueses, a liberdade deixa de ser pessoal e se torna uma prerrogativa dos burgueses livres de burgo. Certos costumes também são liberados - licença conjugal, herança - de modo que, passo a passo, chega-se à liberdade de comércio. Isso faz desaparecer os atributos dos trabalhos feitos por laços de servidão e escravidão, e o rei troca poder discricionário pelo fluxo de renda.

---

[32] HUME, David and MILLER, Eugene F. *Ensaios morais, políticos & literários*. [s.l.]: Liberty Fund, 2004.

Nesse cenário, há uma negociação cada vez mais intensa diante do poder absoluto do soberano. Com o tempo, mais liberdade é concedida às cidades, o que faz com que as cidades sofram menos pressão dos senhores rurais, incluindo o envolvimento militar - um processo de espremer o poder dos senhores feudais. Ou seja, na Europa em geral os soberanos não podiam proteger os súditos contra a opressão dos senhores; os burgueses construíram essa liga para defesa mútua, e claramente os senhores não gostaram, invejavam as crescentes riquezas das cidades, e o ódio foi recíproco. Esse acordo foi o resultado de algo que surgiu dos interesses mútuos da cidade e dos reis.

Isso levou ao desenvolvimento de um aparato jurídico institucional que defendia os interesses do burgo, que podem ter milícias urbanas que poderiam ser chamadas se o rei precisasse. Burgos e reis coexistiam e se interrelacionavam de maneiras complexas. Este é um bom exemplo da coexistência de múltiplas razões de Estado e de governo que não é necessariamente liberal, mas que emerge de práticas, necessidades das cidades em relação a determinado poder estatal: o rei, os senhores etc. Dessa forma, evolui a forma em que as cidades, sem serem totalmente independentes, adquirem alguma independência dos impostos adicionais, provenientes dos senhores e até do rei.

A consequência de todo esse processo, presente no esquema histórico smithiano, é a ordem e o bom governo e, com isso, a liberdade e a segurança dos indivíduos. Smith desenvolve a moralidade capitalista e as condições para a busca da riqueza, que são melhores e mais propensas a gerar progresso nas condições da sociedade civil. As cidades, para Smith, representam o desenvolvimento do mercado, porque nas cidades há liberdade ou a coexistência entre segurança, sociedade civil e aumento da riqueza das nações. Smith tem um sistema moral muito específico, que encontra liberdade para se desenvolver nos espaços da sociedade civil. A sociedade civil que, como o governo no liberalismo, existe entre a prática e a utopia, que existe, mas ainda não encontra existência suficiente, porque em relação às limitações de Estado e poder.

Smith, ao falar dos burgos, apresenta a semente do futuro parlamento inglês, pois, em seguida, os burgueses nomearão representantes para a câmara geral, que

antes só era representada pelo clero e a igreja. Experiência prática de atividades parlamentares, nas quais o burgo se torna um local diferente de produção política. Enfim, uma descrição estilizada da história na qual Smith tenta defender a liberdade - sua constituição e limitações em termos de suas demandas, com seus poderes limitadores. A liberdade aparece precisamente na definição de “liberdade em relação a algo” - liberdade pedindo mais liberdade. E, é claro, a constituição da sociedade civil moderna como um espaço de militultiplicidade, de resistência à opressão, a preocupação comum entre si como o reflexo da moral e ética pensada em sua *Theory of Moral Sentiments*; em suma, a sociedade civil moderna como um espaço de multiplicidade e de produção de multiplicidades.

Foucault reconhece que há várias análises diferentes da sociedade civil no século XVIII, um domínio criativo que constitui uma rica fonte de relações entre indivíduos - muito mais complexa do que simplesmente laços econômicos e sem ser simplesmente jurídica. Além disso, há uma produção interminável de história no vínculo social, que não é apenas o desenvolvimento da lógica jurídica, mas também criação de novas formas de tecido social, novas relações nas estruturas sociais, econômicas e, portanto, novas formas de governo. A partir da sociedade civil torna-se possível designar diferenças e tornar visíveis relações complexas entre o vínculo social e as relações de autoridade na forma de governo (Foucault, 2011, p. 308). Para o autor, essas três abordagens diferentes da sociedade civil criam a discussão de uma reflexão política completamente nova “*internal to a new technology of government, or to a new problem within the emergence of the economic problem raises for techniques and technologies of government”* (Foucault, 2011, p. 308).

Como consequência, não é que o problema do exercício do poder dentro da sociedade não se coloque mais, mas é deslocado. Em vez de encontrar uma forma jurídica para limitar o poder do soberano, aqui o problema é regular e limitar o governo em uma sociedade onde já existem os fenômenos de subordinação, em que os indivíduos se relacionam guiados pela empatia e pelo bem comum, resultante da sua ação "egoísta" em um momento de descentramento e deslocamento do poder,

> So the problem political philosophy tried to answer at the beginning of the nineteenth century was ‘With its juridical structure and institutional

> apparatus, what can the state do and how can it function in relation to something, society, which is already given?' (Foucault, 2011, p. 309)[33].

Há muita discussão sobre essa ação do Estado dentro de uma determinada sociedade. Foucault (2011, p. 309) cita Jung-Stilling, para quem o Estado aparece como um ramo da sociedade civil, junto com a família; sobre a ideia evolutiva da sociedade civil, que acaba na sociedade de controle estatal; e Hegel, que acredita no Estado e na conquista de uma autoconsciência e realização ética de uma sociedade civil. Na Alemanha, a sociedade civil e o Estado aparecem em oposição. Na Inglaterra, a questão é diferente, uma vez que é algo sobre a necessidade real de um governo da sociedade civil - ela precisa ser governada? e, portanto, a sociedade civil já possui uma governamentalidade interna? A sociedade civil deve ser vista como o resultado de interesse comum, e o governo como o repressor deles, e assim por diante. Na França, a questão é outra, é a de um Terceiro Estado como um problema teórico até o século XIX. Todos eles, e é isso que está em jogo para Foucault, consideram a sociedade civil o principal problema da política e da história política.

1.6. Liberalismo, enfim

Neste capítulo, tentamos descrever esse novo governo, que surge a partir do que Foucault mostrou como a grande transformação que operou a partir do século XVI: o princípio do governo não mais era a sabedoria, mas o cálculo de relações de força, das causas e efeitos.

A governamentalidade não está atrelada à verdade, mas a princípios de veridicção e à racionalidade, e por duas maneiras de fazê-lo. Primeiro, um grande movimento, a razão de Estado é incorporada na presença da própria soberania, reivindicando o próprio Estado, o que tem problemas óbvios e permite o surgimento da discussão contratual de direito. Posteriormente, há a problemática do mercado questionando a possibilidade do Estado reivindicar racionalidade ao longo de um processo que não pode conhecer. E então, segundo grande movimento, aparece

[33] Aula doze, 4 de abril de 1979.

uma nova questão de governamentalidade que teve de ser atrelada a essa crítica por parte de indivíduos de interesse que não podem abrir mão de seu interesse. Assim como o sujeito de direito e o governo não devem estar atrelados à racionalidade do soberano: "O Estado Sou Eu", mas à racionalidade dos indivíduos econômicos que se comportam como o homem econômico de interesse, na medida em que empregam um certo número de meios, usando-os como desejam, para satisfazê-lo. Portanto, a racionalidade dos governados, que são *homo oeconomicus*, deve funcionar como o regulador geral da racionalidade do governo, o que supõe que o poder, como nunca antes, atravessa cada vez mais os poros e coração dos homens. Aqui, chegamos ao ponto em que Foucault define o que ele considera ser a racionalidade liberal

> This, it seems to me, is what characterizes liberal rationality: how to model government, the art of government, how to [found] the principle of rationalization of the art of government on the rational behavior of those who are governed. (Foucault, 2011, p. 312).

Foi isso que ele tentou alcançar em termos de reconstrução histórica em termos da *história do pensamento econômico* e isso sofrerá uma enorme mudança quando os neoliberais aparecerem. Esse novo modo de racionalidade do governo, lembremo-nos do método, não significa que a racionalidade soberana seja abandonada - elas existem simultaneamente, uma sobre a outra. Assim como o governo de algo guiado pela verdade ainda não acabou,

> For after all, what in the end is something like Marxism if not the pursuit of a type of governmentality which will certainly be pegged to a rationality, but to a rationality which is not the rationality of individual interests, but the rationality of history progressively manifesting itself as truth? (Foucault, 2011, p. 313)[34].

O interessante do método de Foucault é ser possível ver a coexistência de vários princípios diferentes de racionalidade se sobrepondo, lutando entre si. A arte de governo, de acordo com vários agentes diferentes da racionalidade - governados, governos, com diferentes princípios de verdade, dará forma à discussão política no século XIX, e este é precisamente o ponto inicial em que a política é feita, nasce,

[34] Aula 4 Abril de 1979.

nessa assembléia de diferentes formas de governo com diferentes racionalidades e justificativas internas e da correlação de poder já existentes.

Esperamos que, até este ponto do trabalho, tenha sido possível entender melhor o interesse do autor em relação ao liberalismo, sua metodologia para fazê-lo e as relações que dele decorrem. Os problemas da biopolítica eram inseparáveis da estrutura governamental que os criaram e, portanto, foi necessário explicar o surgimento dessa maneira precisa de raciocínio a partir da racionalidade política, a sua razão de ser, e o que permitia ao governo agir. Então, a ideia é entender o liberalismo, já que foi a forma pela qual essas inovações apareceram como um desafio para a velha *Raison d'État*.

Portanto, nessa maneira de entender o liberalismo, encontramos uma série de coisas práticas, que são o liberalismo não como uma teoria ou ideologia, mas como uma prática, uma maneira de fazer as coisas, o fazer as coisas em direção à agenda de objetivos e à auto-reflexão crítica contínua - o Estado nunca está pronto e nunca é suficiente, e qualquer governo é demais; a frugalidade deve imperar também no modo de governo. Foucault usou o liberalismo nesse sentido, de um princípio e método de racionalização do exercício do poder do governo que obedece à limitação interna da economia máxima - a lógica do homem econômico. Há também a questão atual do custo de governar e a possibilidade de alcançar os mesmos objetivos de maneira menos onerosa.

Por trás de tudo isso, está a questão de se existe realmente a necessidade de governo em relação ao elemento "sociedade", que definirá o campo ou a área (*alvo de guerra do governo*) que poderia acomodar o governo e a área em que não seria bom ou até prejudicial. O pensamento liberal não parte do Estado, mas da sociedade e sua relação com o Estado. Por isso a sociedade civil e o *homo oeconomicus* são importantes. A sociedade não coloca a questão do custo, mas a questão da necessidade real da existência de qualquer governo. Foucault argumenta que é a existência de algo como a sociedade que permite a existência de uma mentalidade de que o governo em si já é muito, excessivo, e que o uso do governo sempre pode ser questionado (Foucault, 2011, p. 319). Portanto, esse método é totalmente contrário aos universais entre a sociedade civil e o Estado e,

esquematicamente, permite-nos ver particularidades nas formas e tecnologias do governo.

E, é claro, essas ações procuravam algo inteiramente novo nas práticas mercantilistas da economia e do governo, seja na França ou na Inglaterra, com os fisiocratas com a questão das evidências ou com os filósofos políticos. Tratava-se da reinvenção de uma nova tecnologia de governo, que lida com a questão da intervenção governamental trabalhando com o limite de sua ação.

Além disso, o liberalismo não é produto simples do pensamento jurídico, mas, na busca de uma limitação interna do governo, os instrumentos jurídicos acabaram sendo muito mais eficazes para regular o governo, mais do que a sabedoria ou outros atributos pessoais dos soberanos. A lei e a economia política - que levam a algumas práticas como a *Nationalökonomie* do século XIX ou o planejamento econômico do século XX - não eram, contudo, necessariamente liberais em sua natureza ou virtude, mas simples formas ligadas ao liberalismo que representavam maneiras muito eficazes de governo, de maneira que a democracia e o Estado de direito não são, também, formas necessariamente liberais, e o liberalismo não seja necessariamente democrático ou vinculado a formas de lei ‘social democratas’.

Portanto, antes de um conjunto coerente de pensamento, o liberalismo deve ser visto aqui como uma forma de reflexão crítica sobre a prática governamental. Trata-se de um campo em erupção em que se busca estabelecer, criar e definir, conforme vimos em Adam Smith, espaços e mecanismos de liberdade - abrir um espaço, inicialmente vazio de liberdades, e torná-lo povoado, criando, no entanto, equivalentes em controle e coerção das condutas guiadas por moralidades desviantes.

O ponto de partida de suas críticas pode vir de pontos heterogêneos e eles até podem apresentar oposição interna, mas, de uma maneira ou de outra, eles se referem à questão do 'excesso de governo', à extensão da necessidade de governo e a possibilidade de mais liberdades. Foucault chama a atenção para o fato de que essas práticas estão no *cœur* da vida política moderna porque a inauguram, pois exigem uma reflexão acerca do bem e do mal, do muito ou do pouco, do justo ou do

injusto dentro das esferas do campo político - e depois na própria crise do liberalismo.

Já o neoliberalismo terá que lidar com a crise do liberalismo, principalmente na gestão das liberdades e no papel regulador do Estado que, antes de tudo, decide entrar em uma guerra com a sociedade.

Capítulo dois: O nascimento da racionalidade neoliberal

2.1 Introdução

O liberalismo encontra o século XX com grandes crises políticas, econômicas e da *psiquê*. O Colóquio Lippmann, realizado em 1938, coloca um problema a ser discutido: o que explica o ódio à sociedade e ao modo de governo liberal? Ou, de outro modo, o que explica a crise do liberalismo? Os interessados no problema se encontram ali, liberais, ordoliberais, o círculo de Viena, tentando responder o que deu errado com o liberalismo, como superar as tensões criadas no tumultuado início do século e entender o que se passa com a sociedade - nesse ínterim, novas perguntas e premissas são formuladas. Eles estão, então, pensando em sociedade: nas possibilidades e impossibilidades da construção de uma ordem liberal.

Para tanto, pensam que seria necessário reformular vários elementos básicos do liberalismo, como, por exemplo, a questão do monopólio e se ele é resultado natural da concorrência, ou se deve ser visto como produto da intervenção do Estado. Como se verá adiante, a posição de Mises é que a intervenção do Estado é que cria os monopólios, visto que o Estado fomenta desde cedo a indústria nacional para criar maior vitalidade e maior tamanho das suas empresas. Esse controle e fomento à indústria doméstica e a toda sua capilaridade, somente pelo mecanismo natural da concorrência, dificilmente teria terminado nessa conjunção de grandes monopólios - muitos são os exemplos disso, como o papel dos Estados na ampliação da fronteira tecnológica durante as grandes guerras. O Estado, nesse contexto, atua então tanto para aumentar sua base fiscal como militar, e o controle dos indivíduos. Para Mises, o problema é a forma em que o Estado interfere na economia, de maneira que não é tanto a existência do monopólio o problema, desde que construído na concorrência. O problema real é a diferenciação dos preços - o controle de preços pelos monopólios afetando muito e distorcendo os preços naturais relativos. O diagnóstico então é que a monopolização não é explicada somente pelo mercado, mas de alguma maneira no contra mercado - os diferenciais de preço seriam mínimos se tudo fosse operado pelo mercado, havendo equilíbrio nas taxas de lucro média, com pequenos camponeses etc. Então, eles chegam à importante conclusão de que o capitalismo, nessas proporções monopolizadas, só é

possível como fusão político-institucional entre Estado e mercado. Esse problema é relevante, pois nos mostra a análise do Estado como principal alvo de análise e crítica para os neoliberais neste primeiro momento: nesse sentido a tradição liberal segue como uma contínua racionalização da atividade governamental e por uma intensa forma de crítica a ser dirigida ao Estado e ao seu governo.

O problema então, para a maioria do encontro, é que o Estado deformou a concorrência, ou que ele impôs uma concorrência**.** Aparece então a questão, como sair disso? Trataremos neste capítulo esse problema em torno dos ordoliberais, que respondem o problema em duas etapas, ou através de dois principais mecanismos práticos. Trata-se de instrumentos de intervenção oferecidos como possibilidades para a atuação do Estado na manutenção e restauração da ordem competitiva liberal: i) a Regulação como forma de atuar momentaneamente no mercado para resolver problemas específicos e conjunturais; e ii) a Ordenação para criar condições estruturais e ambientais para a concorrência existir e se manter de maneira sólida, o que normalmente envolve uma estrutura legal bem desenvolvida. No item ii, por exemplo, Röpke[35] sugere, como conservador católico tradicional, que as cidades sejam médias e pequenas - longe da massificação dos grandes centros e mais focalizadas na lógica de comunidade, na família, na religião e assentada fortemente na moral como forma de frear os valores individualistas capitalistas. Isto também envolveria uma cidade mais organizada, eficiente em transportes etc.

O ideal continua sendo de menos governo, mas já que ele vai acontecer, faz-se necessário priorizar as ações de intervenção quando realmente imprescindível, e que sejam voltadas ao sentido de afirmar a manutenção da ordem concorrencial - o *framework* gerado pela intervenção existe para aumentar a concorrência e, por assim dizer, livrá-las de gargalos. É necessário deixar algo bem claro, não se trata de garantir direitos universais ou de retomar a abordagem contratualista de respeitar e criar limites para o governo segundo alguns direitos naturais, mas de criar uma rede de segurança (*straightjacket*) para a sociedade e os indivíduos, em que o princípio regulador principal seja o dispositivo de renda mínima, de forma a perturbar menos o sistema de preços e, simultaneamente, garantir uma

[35] Wilhelm Röpke (1899 - 1966) foi professor de economia, altamente influenciado pelo ordoliberalismo e pela escola de Freiburg, normalmente associado ao *social market economy.*

distribuição de riscos segura ao indivíduo e à sociedade. Com esse mecanismo de distribuição de renda, o indivíduo escolhe o que julga necessário, e quando este sistema já especifico de renda falha, deve haver um sistema de tratamento ainda mais específico - de assistência localizada, de ações localizadas, de maneira que o estado 'governe menos' devido à transferência de responsabilização aos indivíduos e às instituições reguladoras. Esse 'menos governar' aqui é apenas aparente, pois há, nesse ínterim, inerente a essa forma de governo, a multiplicação e reprodução do braço institucional estatal, que corresponde à especialização dos serviços, ao compartilhamento dotado de especificidade, destinados a lidar caso a caso com os desvios de conduta inevitáveis ao padrão de concorrência estabelecido. A lógica desse processo é mudar o modo de intervenção do Estado, deixando o máximo de ações possíveis para as pessoas, através de algo como um 'autogoverno', de maneira que o problema neoliberal não é a intervenção em si, mas a forma como ela deve acontecer.

Desse modo, a questão em disputa é inovar nas formas de intervenção do governo, que não vai estar necessariamente ocupado em ser o soberano absoluto, mas em criar formas de soberania através de mecanismos de subjetivação e dispositivos ambientais, nos quais os indivíduos são os responsáveis por si na racionalização dos riscos e respostas à crise inerente ao gerenciamento da vida. Trata-se de criar um ambiente controlado no qual os sujeitos devem aceitar existir. Aqui, portanto, é claro que os problemas sociais são problemas individualizados e que, então, se manifestam somente a nível dos indivíduos e que tem que ser tratados de maneira específica, por políticas sociais ou econômicas de exceção.

Nesse sentido, aparece, por exemplo, a visão de Hayek sobre o mercado como sistema de cooperação e de divisão de conhecimento[36]. Nessa sociedade de concorrência, o que importa é a velocidade em que um sujeito aprende e desaprende coisas - no jargão econômico, trata-se de calibrar as diferentes curvas de aprendizado. Nesse caso, todo mundo está se comportando como concorrente, uma vez que se trata de uma administração de conhecimentos limitados, mas que mesmo assim precisam ser utilizados e aprendidos. O fracasso da regulação pelo

[36] Ver Dardot e Laval, 2016, p. 163.

panóptico liberal de Bentham é substituído pelo sistema de concorrência, em que, na verdade, um está sempre em oposição ao seu próximo[37], ainda de maneira utilitária. Não se trata de fato de uma substituição, no sentido pragmático que nos dá essa palavra, mas de uma reformulação estratégica completa: a vigilância neoliberal não visa ordenar as coisas a partir de um centro monolítico e onipresente, mas de criar atmosferas de controle que induzem certos padrões de comportamento. Os demiurgos do controle neoliberal são *designers* que atuam probabilisticamente. De maneira sintética, então, a lógica neoliberal encontrada neste colóquio e nos trabalhos anteriores dos ordoliberais é de maximizar a concorrência e, ao mesmo tempo, impedir que ela permita mecanismos que causem a sua destruição ou se volte contra ela própria - trata-se de maximizar a concorrência reduzindo os riscos sistêmicos e individuais.

Para tanto, seria necessário desenhar um conjunto de instituições que seriam compatíveis e favorecedoras da concorrência entre objetos e sujeitos muito díspares. Como resultado desta ordem competitiva, os conflitos entre os sujeitos em competição cada vez maior tendem a aumentar. Como resolver essas multiplicações dos conflitos? A resolução dos conflitos se dá, em primeiro lugar, através daquela série de mecanismos de controle e de arbítrio pelo mercado e 'pelos mecanismos ambientais'. Se isso não funcionar, em última instância, a justiça do Estado pela lei deve ser capaz de arbitrar e resolver as tensões dessa sociedade em ebulição competitiva. Essa questão passa por compor uma sociedade modelada pela concorrência intrínseca a indivíduos que seriam como empresas, em um ambiente institucional legal protegido pelo Estado enquanto guardião da lei e da concorrência.

As consequências desses processos e as suas premissas para que tal ordem funcione é que as instituições são impessoais; o império da lei existe e funciona - as instituições impedem que os outros burlem a concorrência, por exemplo, que o regulador se torne amigo de alguém e distorça a concorrência: instituições que funcionam impedem o paternalismo, nepotismo, as corrupções etc. No entanto, há problemas inerentes a essa organização do Estado, tais como i) o processo de

[37] Há, no entanto, uma questão moral debatida no encontro. Uma minoria defende a competição "selvagem" estilo "*brazilization",* enquanto outros, principalmente os mais religiosos do encontro, sempre insistiram na necessidade de se manter a moral cristã ou de laços comunais como freio aos valores implacáveis do mercado.

inflação do Estado e de seus braços jurídico-institucionais e, para Foucault, ii) o Estado, que é multiplicidade, quando cresce, crescem também os múltiplos aparelhos de vigilância e controle. Paradoxalmente, boa parte das críticas ao Estado neoliberal costumavam ignorar esses dois aspectos, tornando corriqueiro o desvio "do exame das práticas e dos dispositivos encorajados pelos governos ou diretamente implantados por eles" (Dardot; Laval, , 2016, p. 191). Geralmente, as pessoas pensam na inflação de poder "*top down society*", esquecendo-se da multiplicação de poder cotidiana da qual fazemos parte e, portanto, reproduzimos. A governamentalidade neoliberal atua, entre outros, pela liberdade e pelo empreendimento de si que leva em conta alguns sistemas de disciplina, de certas afirmações de identidade para conseguir ser bem sucedida.

Tudo isso se cruza com a ideia experimentada já nos anos 1970 acerca das possibilidades da economia de mercado servir, de fato, como princípio, forma e modelo para o Estado, com a arte de governo liberal já em crise. Pode o mercado formalizar, e naturalizar, a partir de seus princípios utilitários, tanto o Estado como a sociedade? Essa é a questão aqui levantada pelo autor, e a questão que será discutida: uma questão de saber e poder da economia política de mercado, e também tecnológica, no que diz respeito ao conhecimento, à produção e administração de informações. Para tanto, seguiremos Foucault na busca para entender os princípios e origens de algo como o neoliberalismo, o que nos remete imediatamente aos neoliberalismos alemão e americano.

2.2. O neoliberalismo alemão

Quando se fala de neoliberalismo, há usualmente três formas de apresentar o objeto-problema. A primeira é, do ponto de vista econômico, de que o neoliberalismo não é nada além do retorno à velha, ultrapassada economia política clássica. Do ponto de vista sociológico, não é nada além de um modo de estabelecer relações estritas de mercado na sociedade. E, por fim, do ponto de vista político, o neoliberalismo é um grande abrigo ou disfarce para um Estado administrativo escondido sob uma máscara de *laissez-faire*. Essas respostas não trazem muito de

novo para entender o fenômeno, em especial as especificidades do neoliberalismo. Busca-se evitar de todo modo a "*transfer of the political effects of an historical analysis in the form of a simple repetition*" (Foucault, 2011, p. 131), e por isso é tão importante destacar o neoliberalismo dessas críticas fabricadas simplesmente por adaptação de moldes históricos. Mais uma vez, para Foucault, "*neoliberalism is not Adam Smith; neoliberalism is not market society; neoliberalism is not the Gulag on the insidious scale of capitalism*" (Foucault, 2011, p. 131)[38].

Em primeiro lugar, cabe contextualizar o surgimento do neoliberalismo. Trata-se de situar o surgimento do neoliberalismo alemão como pioneiro dessa nova forma de se pensar o liberalismo e o Estado. A problemática ou o cenário em que o neoliberalismo alemão se desenvolve é muito diferente da questão de Adam Smith, tratada no capítulo anterior. Não se trata de tentar encontrar o lugar do mercado em uma sociedade política e civil já estabelecida, como no liberalismo do século XVIII. Trata-se de estabelecer como o exercício do poder político pode ser modelado ou criado de acordo com os princípios de uma economia de mercado já estabelecida e, de certa forma, naturalizada. Então a questão não é como ocupar um espaço já existente no Estado, mas de como guiar o governo levando em conta os princípios formais de uma economia de mercado, referindo-se a eles no exercício de poder e projetando-os neles. Isto implica uma série de transformações na arte liberal de governo, já que o vetor da relação é invertida: do mercado para o Estado.

2.2.1. Antecedentes neoliberais, o liberalismo alemão e o resgate do princípio da concorrência como base formal do mercado

A esse respeito, a primeira transformação notável envolve o descolamento do *laissez-faire* em relação à economia de mercado. Esse movimento ocorreu quando os neoliberais se convenceram de que a competição não é um dado natural ou uma consequência da ordem natural das coisas mas, ao contrário, uma construção estrutural com propriedades formais. Essas propriedades, se respeitadas, poderiam garantir o esperado dos mecanismos de preços. Além disso, se a competição é garantida como uma estrutura estrita e formal, é, portanto, frágil em sua existência

[38] Aula 14 February 1979.

real e histórica, de maneira que o problema fundamental para a política liberal é criar espaço para essa estrutura bem operar. Então, para garantir a concorrência, é necessário fazer existir uma economia de mercado sem *laissez-faire*, ou criar um Estado com políticas ativas para a sociedade, sem no entanto deixar o Estado controlar a economia (Foucault, 2011, p. 133)[39].

Essa reação liberal foi levada a cabo por alguns teóricos que buscavam trazer o liberalismo de volta à realidade do mundo, já à beira da Segunda Guerra Mundial, através do Colóquio Lippmann e, simultaneamente, pelo lançamento do livro *An inquiry into the principles of the good society* em 1937. Esse livro, de autoria do próprio Lippmann, em alguns momentos expressa a tentativa de retomar ideias do velho liberalismo clássico em uma pura e simples reativação; em outros momentos, propõe uma série de princípios novos, positivos, geralmente já atribuídos à forma de pensar neoliberal. Ele participou do colóquio junto com os antigos liberais da França, os silenciados e exilados da Alemanha e a escola da Áustria. Röpke, Hayek e Mises também participaram do colóquio. Foi uma tentativa de bloquear a tendência do "coletivismo" decorrente de políticas de redistribuição, previdência social, planejamento, regulamentação e proteção iniciadas desde o final do século XIX (Laval; Dardot, 2016, p. 58).

Depois do evento é criado um comitê, chamado "*Comité international d'étude pour le renouveau du libéralism*e" (CIERL). Nessa perspectiva, o famoso Mont Pelèrin está totalmente conectado com o desenrolar das atividades desse comitê. É do desenvolvimento das proposições desses autores iniciais que vai se dar o âmago neoliberal, como proposto por Röpke em seu *Gesellschaftskrisis:* o livre mercado só é possível com uma "política extremamente ativa e vigilante"[40]. Os teóricos neoliberais decidem que o Estado deve ser ativo, intervencionista em um regime liberal, seguindo uma fórmula que o liberalismo clássico não aceitaria. Portanto, o problema apresentado aqui não é o de Bentham, não é um problema do que fazer,

[39] Idem.

[40] W. Röpke, *The Social Crisis of Our Time*, Part II, ch. 3, p. 228: "The freedom of the market in particular necessitates a very watchful and active economic policy which at the same time must also be fully aware of its goal and the resulting limits to its activity, so that it does not transgress the boundaries which characterize a compatible form of intervention." *apud* Foucault, 2011, p. 152.

mas de *como* fazê-lo. Não é o problema de respeitar as naturalidades e evitar tocá-las, é um problema de como tocá-las. É o problema do estilo governamental[41].

Então há características específicas do neoliberalismo, que geralmente escapam à crítica usual das políticas neoliberais. Para ilustrar isso, podemos seguir três exemplos apresentados por Foucault. São três exemplos para indicar a especificidade do neoliberalismo, que geralmente passa despercebida na análise econômica convencional, "ortodoxa" ou "não ortodoxa". Primeiro, a polêmica questão do monopólio, depois a ação econômica compatível (*conformable economic action*) e, terceiro, o problema da política social.

Sobre o primeiro ponto, há de se entender a concepção clássica em oposição à inovação introduzida pelos neoliberais. O monopólio, em sua concepção liberal clássica, deve ser visto como uma consequência semi-natural do regime capitalista, que surge de uma realidade sem distorção ou interferência do Estado. Ao mesmo tempo, a livre competição não pode ser deixada para funcionar em conjunto com a economia monopolista; as duas não podem aparecer ao mesmo tempo, uma vez que a situação monopolista é uma ameaça para a concorrência, limitando-a e até anulando-a. Portanto, de uma perspectiva clássica, o monopólio e a livre concorrência são incompatíveis e não poderiam coexistir juntos, ainda que a concorrência tende a gerar monopólios. Assim, a lógica econômica da competição seria a de suprimir a si mesma, daí o aparecimento persistente dessa realidade monopolística como consequência. ara um velho liberal que deseja manter a livre concorrência, é preciso defender a intervenção dentro desses mecanismos, econômicos ou não, que facilitam e determinam a existência monopolista, visando eliminá-los. O neoliberalismo está aqui rachando por dentro com o liberalismo clássico, que aceita o fenômeno monopolista como uma lógica da competição (alguns até falam sobre 'competição monopolista').

Para os neoliberais, os fenômenos monopolistas não farão parte da lógica da competição. O monopólio, para Röpke, não é desenvolvido espontaneamente no

[41] Há pontos em comum nesse pioneirismo alemão com alguns herdeiros do desenvolvimentismo, a teoria econômica estruturalista latino-americana acabaria em algo como a defesa dos estilos de desenvolvimento, defendendo nesse projeto a necessidade de um Estado empreendedor. Ver M. V. Chiliatto Leite (org.), 2019, p. 75.

capitalismo, mas é de fato um corpo estranho no processo econômico[42], e é assim porque, se existe monopólio, é porque há poder público, em responsabilidades do arcabouço jurídico e institucional, que concedeu privilégios a empresas e oficinas, é porque os Estados concederam monopólios de qualquer tipo a grupos específicos em troca de serviços financeiros ou políticos em um sistema tributário oculto (não transparente). Na Idade Média, a criação de um sistema tributário era em si uma condição do poder centralizado trazido ao longo da criação do monopólio. Há também o problema da lei e como ela funcionava para permitir o monopólio. Herança, sociedades anônimas, direitos de patente, todo um conjunto de estruturas político-institucionais que permitem entender o desenvolvimento da estrutura do capitalismo monopolista. Para que o monopólio exista, deve haver também a divisão em economia nacional e internacional[43], para que as barreiras nacionais do protecionismo sejam justificadas internamente. Mises mostra como o protecionismo, decidido pelo Estado, só pode funcionar se houver cartéis ou monopólios bem estabelecidos e operando internamente, capazes de controlar a produção, vendas externas, preços etc[44].

Economicamente, para os neoliberais, o aumento do capital fixo na produção do capitalismo é uma tendência óbvia à concentração e ao monopólio; no entanto, não se converte, inevitavelmente, em monopólio. Mas entre o monopólio e o ideal de concentração, há um limite que não pode ser ultrapassado por processos econômicos espontâneos. Esse processo não espontâneo é orientado pelo Estado, por leis, tribunais e opinião pública para se sustentar. De qualquer forma, se não fosse pelo Estado atrapalhando o processo econômico de competição, a tendência à concentração seria equilibrada por outras tendências, como modificações técnicas, diferenças de produtividade, e assim por diante. A existência de monopólio obviamente interrompe esse equilíbrio natural da ordem competitiva.

---

[42] W. Röpke, The Social Crisis of Our Time, Part II, ch. 3, p. 228: “Not only are monopolies socially intolerable but they also interfere with the economic process and act as a brake on productivity as a whole” *apud* Foucault, 2011, p. 153.

[43] L. von Mises, The Colloquium W. Lippmann. p. 120: “Protectionism has parceled up the economic system into a multitude of distinct markets, and in reducing the size of economic units, has brought about the creation of cartels.”

[44] Idem: “Protectionism cannot have effective results on a national market, where production already exceeds demand, except through the creation of a cartel likely to control production, sales abroad, and prices.”

Contudo, o problema final do monopólio, usando von Mises como referência, é que ele atrapalha os preços em uma economia de mercado, isto é, atrapalha o mecanismo regulatório da economia. Consequentemente, não importaria se o preço do monopólio estivesse próximo ao preço competitivo, pois não haveria perturbação no mercado. Se o preço da concorrência for mantido, não há necessidade de se preocupar com a relevância do monopólio (Foucault, 2011, p. 136), mas normalmente o monopólio altera esse mecanismo.

Dessa forma, os neoliberais afirmam que não há necessidade de intervir diretamente no processo econômico, pois ele tem que trabalhar livremente para garantir a estrutura da concorrência. Mas o Estado pode e deve garantir que a sociedade e os indivíduos respeitem essa estrutura formal de competição como ela é. Portanto, a não intervenção é necessária apenas no nível econômico, no nível da atividade de mercado. É necessário, no entanto, intervir nas condições ambientais da sociedade para que se respeite o livre mercado e, portanto, já é possível encontrar uma enorme legislação antimonopólio na Alemanha no pós-guerra, tentando criar uma camisa de força que protege o mercado de ser guiado por processos externos ao caminho da situação monopolista (Foucault, 2011, p. 136).

2.2.2. A intervenção neoliberal

Se não há necessidade de intervir no processo econômico como está (controlar preços, tarifas, dar incentivos ou desincentivos etc), onde está a intervenção que o Estado deve produzir e que tipo é esse de intervenção? Eucken escreveu sobre isso em 1951, respondendo à questão de como o governo deveria intervir. Ele deve intervir de fato por atos regulatórios, deve intervir quando é imperativo por razões conjunturais. É necessário não intervir diretamente na economia de mercado, mas nas condições que sustentam a economia de mercado. Esses meios regulatórios devem levar em consideração três tendências do mercado, incentivá-las e levá-las ao limite. São elas: a tendência para a redução de custos, a da redução geral do lucro da empresa e a tendência provisória para aumentar o lucro, seja por mudanças de produção ou diferenciação de preços. Essas são três tendências internas ao mercado, e a política regulatória deve levá-las em

consideração. Que tipo de política regulatória é capaz de fortalecer essas tendências que, consequentemente, impactam o fortalecimento do mecanismo de mercado? Para Eucken, essa política será a estabilidade de preços, ou seja, o controle da inflação, de forma que as outras políticas sejam secundárias a ela. Em particular, os objetivos principais não devem ser a manutenção do poder de compra, o pleno emprego ou mesmo a balança de pagamentos (Foucault, 2011, p. 139).

Em termos de instrumentos, as atividades de regulação nas políticas neoliberais incluem viabilizar políticas de crédito, possibilitar o circuito da taxa de desconto no âmbito bancário, mas nenhuma economia de 'planejamento' deve ser usada, isto é, de controle de preços, de suporte a uma parte específica do mercado, de criação de emprego ou investimento público: apenas instrumentos puros de mercado nas intervenções compatíveis. O desemprego total não deve ser perseguido em nenhuma situação, independentemente da taxa de desemprego. Se a estabilidade de preços for mantida, o poder de compra será mantido e, nessas condições, o desempregado será apenas uma pessoa em trânsito de uma atividade sem fins lucrativos para uma atividade com lucro.

Entretanto, já que o Estado é basicamente desprovido de governo, o tipo de intervenção relevante aqui são as ações organizadoras ou ordenadoras, isto é, as ações que funcionam para intervir e ordenar as condições em que o mercado opera, mas as estruturais, as fundamentais e profundas condições - não como as descritas acima. Isto ocorre porque o mercado não deve ser encarado como um filho onipresente, natural e sempre nascido, mas com estruturas sociais e históricas próprias em si. Ele possui seus mecanismos, que devem ser deixados imperturbáveis. Para que isso funcione, o Estado deve criar uma camisa de força institucional, protegendo e garantindo seu bom funcionamento, ou seja, criar e constantemente modelar o *framework* ou quadro institucional[45] da sociedade.

[45] Ver F. Bilger, *La Pensée économique libérale*, p. 180–181: “To the same extent that the ‘ordoliberals’ seek to restrict interventions in the process [object of regulatory actions], so they are favorable to the extension of the state’s activity on the framework. For the process functions more or less well according as the framework is more or less well adapted. (...) The framework is the specific domain of the state, the public domain, in which it can fully exercise its ‘organizing (*ordonnatrice*)’ function. It contains all that does not arise spontaneously in economic life: thus it contains realities which, in virtue of the general interdependence of social facts, determine economic life or conversely suffer its effects: human beings and their needs, natural resources, the active and inactive population, technical and scientific knowledge, the political and legal organization

Foucault mais uma vez cita o exemplo de Eucken, de uma política de um quadro institucional, no exemplo da agricultura como aquela que não foi integrada na economia de mercado. E não o foi devido à existência de protecionismos que distorceram e cortaram o espaço do mercado agrícola. A interferência no mercado agrícola foi indispensável devido à taxa de produtividade e à inadequação técnica da produção europeia. Essas inadequações estavam ligadas a uma superpopulação que piorava ainda mais o fato da intervenção. Então, para Eucken, em 1952, o que deve ser feito se alguém quiser evitar esses problemas no mercado agrícola da economia europeia? É claro que a resposta está dada na lógica do *framework*, sendo esta conduzir uma intervenção na direção das condições do mercado agrícola para que este possa funcionar. Isso significa que os preços devem permanecer intocados e, definitivamente, que nenhum tipo de protecionismo exista nos mecanismos do mercado.

Se a superpopulação é um problema, o Estado deve reduzi-la através de políticas de transferência, incentivar migração, criar desincentivo ao nascimento de pessoas e ampliação de famílias, e assim por diante. Ou seja, a intervenção deve dar-se no nível da vida, de controlar populações, as quantidades de filhos, mas não no mercado ou na produção. Há também espaço para intervir no nível da técnica, criando possibilidades antes impensáveis, como também no nível de educação e aprimoramento técnico dos trabalhadores. Pode-se ir modificando também a estrutura interna do *framework* das fazendas, as leis de herança etc. Na medida do possível, tentar-se-á modificar o solo, a água e as condições naturais que envolvem a prática agrícola. Como se pode ver, tudo é capaz de sofrer intervenção (a vida, a natureza, o clima, a educação) em torno das operações do mercado, todos os "objetos", exceto o próprio mercado. Nenhum desses elementos é diretamente econômico, mas eles formam as condições para o bom funcionamento desse mercado específico. A ideia era modificar os fatos materiais, culturais, técnicos e educacionais para se ajustarem à economia política adotada pelos princípios do mercado como um todo. Esse problema já aparece na leitura de Foucault no curso

---

of society, intellectual life, geographical data, social classes and groups, mental structures, and so forth." *apud* Foucault, 2011, p. 155.

Segurança, Território e População, em 1978, ao tratar sobre o que se fazer contra a escassez de alimentos nos séculos XVII e XVIII:

> Em outros palavras, é um trabalho no próprio elemento dessa realidade abundância/escassez, carestia/preço baixo, é apoiando-se nessa realidade, (...) que um dispositivo vai ser instalado, um dispositivo que é precisamente, a meu ver, um dispositivo de segurança e não mais um sistema jurídico disciplinar (Foucault, 2008, p. 49)

Essa intervenção deve ser leve no chamado processo econômico, mas pesada na esfera social. É isso que eles chamam de ações conformes, capazes de organizar a sociedade de mercado em uma ordem de mercado ou ordem de competição, e intervir na sociedade de acordo com os princípios de mercado: uma ordem que deve funcionar de acordo com as demandas dos princípios de concorrência e mercado.

Outra característica relevante que Foucault observa sobre o pensamento neoliberal alemão diz respeito à política social. O que é a política social em um Estado de bem-estar social? De maneira ampla, é um conjunto de políticas com o objetivo de igualar o acesso de qualquer pessoa a bens de consumo em massa. Como são justificadas essas políticas em uma economia de Estado de bem-estar social? Justifica-se caracterizando-as como um contrapeso ao processo econômico, que seria destrutivo e prejudicial para a sociedade, se for deixado em paz. Portanto, parece dar "justiça" ou equilíbrio ao potencial processo econômico destrutivo. E seu instrumento para isso é a socialização de alguns elementos de consumo ou transferência de renda de diferentes maneiras. Além disso, em uma economia de bem-estar, normalmente aceitar-se-ia que um crescimento do produto interno implicaria uma política social ainda mais intensa, em benefício da esfera social.

O liberalismo ou o ordoliberalismo alemão (e, de maneira geral, todos os tipos de neoliberalismo) lutou contra o princípio desse Estado de bem-estar. Antes de tudo, quase por definição, se alguém visa e acha possível a integração da política social com a política econômica, significa dizer que o processo econômico não pode ser destrutivo em relação à política social, a política social não pode ser definida como um contrapeso ou uma compensação pelos efeitos que o outro produz. Em particular, a equalização não pode ser um objetivo em um sistema em que o

mecanismo de preços, ou seja, a regulação econômica, não é obtido pela equalização, mas por meio de uma série de mecanismos da concorrência que devem flutuar livremente, e não funcionam bem se não o fizerem, e só funcionam na condição de que seja deixado livre. Os preços devem flutuar, o desemprego deve existir, os salários devem divergir e assim por diante. Qualquer política que objetiva controlar esses preços em direção a uma linha ou nível específico é antieconômica, e isso ocorre porque os ordoliberais veem o jogo econômico juntamente e justamente por seus efeitos desiguais como aquele que funciona como um regulador geral da sociedade (Foucault, 2011, p. 143).

A transferência de renda também não é uma boa ideia, pois provavelmente transforma apenas a receita de poupança e investimentos na direção do consumo, mas esse é, de longe, o argumento menos importante, considerando as críticas ordoliberais sobre a política social, e uma vez que há uma enorme controvérsia sobre poupança e a sua influência na taxa de investimento, e também há o papel da demanda, como defendido em Keynes. De qualquer forma, para os ordoliberais, a única parte da renda que pode ser transferida é a que seria de consumo excessivo para aqueles que se encontravam em um estado de consumo insuficiente. Transfere-se apenas uma transferência "marginal" de um máximo para um mínimo, em vez de um regulamento em direção a uma média.

O instrumento dessa política social ordoliberal não será a socialização dos riscos. A sociedade, ou seja, a economia, não será solicitada a proteger indivíduos contra riscos. Ela usará o instrumento de propriedade privada não para transferir renda para indivíduos, mas para procurar as condições em que cada indivíduo tem uma possibilidade, derivada da capitalização de sua propriedade, de triunfar contra os riscos comuns à vida. Essas condições são como uma "política social individual", em oposição a uma política social ‘socialista’. Em suma, não envolve cobrir o indivíduo com uma concha social protetora, mas em criar o espaço econômico para o indivíduo enfrentar os riscos sozinho. A única exceção é o caso dos incapazes de se segurar contra os riscos existentes, os riscos de vida, de idade e morte, com base em seus próprios recursos privados.

Portanto, para os ordoliberais, há apenas uma política fundamental, a saber, o crescimento econômico que não deve implicar juntamente consigo uma política social mais generosa. Considerando que o crescimento econômico deve permitir que os indivíduos alcancem um nível de renda que lhes assegure segurança (e seguros), propriedades e capitalização, protegendo-se contra riscos relevantes. Quando o crescimento econômico é a política social, não há efeitos perversos do crescimento econômico na vida das pessoas; ao contrário, todos ganham com isso[46].

Além disso, Foucault observa atentamente, enquanto lecionava essas questões, o desenvolvimento do que ele chama de anarcocapitalismo americano e o surgimento dessa política social ordoliberal em vários países (Foucault, 2011, p. 145). O anarcocapitalismo americano desenvolveu-se também a partir da rejeição dessa política social keynesiana, quase bismarckiana. A política social é privatizada e o embasamento teórico para essas práticas pode ser encontrado nos liberais alemães e nos primeiros autores anarcocapitalistas americanos.

De qualquer forma, é mais ou menos assim o modo que o autor escolhe demonstrar as características específicas desse neoliberalismo, que é uma arte liberal de governar, ativa, presente e vigilante, mas que, no entanto, não interfere diretamente sobre o mercado - porque o mercado é justamente o espaço operável que resta onde não há Estado, no entanto por ele mantido, de forma que o mercado é a criação estatal de retirar-se desde que o seu preenchimento se dê segundo os limites interiores do quadro institucional da camisa de força. Tampouco deve proteger a sociedade contra seus efeitos, não deve haver nenhum tipo de contra peso das consequências do mercado, embora haja em relação a isso algumas polêmicas internas no ordoliberalismo - Röpke, por exemplo, não era tão favorável aos efeitos massificadores do consumo, esmagando as tradições religiosas, culturais que trariam mesmo algum equilíbrio ao capitalismo.

No entanto, de qualquer forma, deve-se intervir profundamente na sociedade para garantir e proteger a estrutura do mercado livre para operar bem, para funcionar em seu melhor comportamento. O Estado tem que interferir para permitir que a concorrência funcione como regulador geral da sociedade, tem que intervir

[46] Eis o problema das crises ambientais e climáticas para o pensamento neoliberal.

porque uma economia de mercado não é natural e precisa ser construída, e a sua estrutura formal deve ser montada por um conjunto de ações disciplinares, juntamente com a racionalização dessas práticas, para que bem funcione. E isso ocorre porque as estruturas formais que garantem a concorrência são muito frágeis, fáceis de serem perturbadas por indivíduos e coletivos. O neoliberalismo é um governo econômico, é um governo da sociedade e o que eles pretendem produzir é uma política de sociedade. O objeto da ação governamental é "*die soziale Umwelt*": o ambiente social.

2.2.3. O empreendedor, a concorrência como princípio ético

A política ordoliberal procura tornar o mercado possível, criar o mercado em suas próprias bases e criá-lo enquanto regulador geral da sociedade. Não existe mercado sem essa força contínua e positiva cujas linhas de força são sociais e políticas. Essa imagem vê o capitalismo não como algo rígido, mas flexivelmente guiado à esquerda ou à direita, algo que pode ser criado, emoldurado e enquadrado segundo mudanças institucionais. O que, portanto, não significa que esses ordoliberais estavam de fato tentando estabelecer uma sociedade de consumo, de mercadorias e assim por diante, mesmo que haja consumo e mercadorias nesse tipo de sociedade. O seu plano da sociedade evolui mais para um comportamento seduzido pela concorrência, é uma sociedade em que o regulador geral não é tanto a mercadoria, mas principalmente a subjetivação acompanhada dos mecanismos da concorrência. É uma sociedade *empreendedora,* muito mais que uma sociedade de consumo de massa. É a sociedade empresarial. O *homo oeconomicus* neoliberal não é tanto o da troca ou de consumo, mas o que empreende.

Se há algo como um retorno à política neoliberal, certamente não é um retorno ao *laissez-faire* ou à sociedade que Marx descreveu no primeiro volume de *O Capital*. Há uma tentativa de retornar a uma ética social da empresa, que pode ser encontrada em Weber e Schumpeter, por exemplo.

Como exemplo de uma política neoliberal para a sociedade vê-se a orientação de Röpke nos anos 1950, a orientação da política econômica alemã, na

qual ele declara os objetivos finais das ações governamentais (Foucault, 2011, p. 147). Em primeiro lugar, possibilitar o maior número possível de pessoas com propriedades privadas. Segundo, a redução de grandes cidades para pequenas e médias, orientação recentemente ressuscitada por uma ala da direita francesa - o localismo e a ecologia. A substituição de grandes blocos habitacionais por casas particulares, pequenas fazendas no campo, o investimento de indústrias não proletárias: indústrias artesanais e pequenos negócios. Deveria haver também a descentralização dos locais de residência, de produção e gestão, a correção dos efeitos da especialização do trabalho, a reconstrução da sociedade na base da família, vizinhança e assim por diante[47]. Enfim, é uma questão de mudar o centro de gravidade da ação governamental.

O novo recurso da ideia de sociedade de Röpke não é o bucolismo associado à vida na natureza, nem a companhia da família no modo de vida natural e comunal; é, por outro lado, uma estratégia para viabilizar e criar um tecido social na sociedade, no qual a unidade básica de sua construção é a empresa. A casa é uma empresa, assim como a pequena fazenda, as relações que os indivíduos desenvolvem entre si, difundindo e multiplicando-a o máximo possível. É uma estratégia para tornar a empresa a estrutura básica da sociedade, ou ainda mais profunda: o poder formativo da sociedade. Portanto, o plano diretor dos ordoliberais não é voltado para a mercantilização e formação dessa sociedade de espetáculos, mas para a multiplicação e diferenciação das empresas.

Outra característica que aparece fortemente nessa nova arte de governo é a construção de profundas mudanças no direito e na instituição jurídica, pois existe uma forte conexão natural quando a estrutura básica da sociedade é a empresa e o

[47] Veja Civitas Humana, p. 154: “decentralisation in the widest and most comprehensive sense of the word; to the restoration of property; to a shifting of the social centre of gravity from above downwards;to the organic building-up of society from natural and neighbourly communities in a closed gradation starting with the family through parish and county to the nation; to a corrective for exaggerations in organisation, in specialisation, and in division of labour ... ; to the bringing back of all dimensions and proportions from the colossal to the humanly reason-able; to the development of fresh non-proletarian types of industry, that is to say to forms of industry adapted to peasants and craftsmen; to the natural furtherance of smaller units of factories and undertakings ... ; to the breaking-up of monopolies of every kind and to the struggle against concentrations of businesses and undertakings, where and whenever possible; ... to a properly directed country-planning having as its aim a decentralisation of residence and production.

fortalecimento da instituição jurídica como principal serviço público. Quanto mais tipos diferentes de empresas, mais o Estado tem de operar juridicamente para regular o campo dessas empresas. Então, é claro, há a multiplicação dessa área de atrito entre elas, criando ainda mais necessidade de arbitragem legal. É a invenção da empresa como o tijolo básico da sociedade que gera a necessidade de expansão da instituição jurídica.

2.2.4. Sobre o império da lei

Para os ordoliberais, então, há duas questões principais para o remodelamento do capitalismo, do liberalismo ou do governo da sociedade de mercado:

> On the one hand is the formalization of society on the model of the enterprise, and I have pointed out the importance of this notion of enterprise, and will return to it later. A whole history could be written of these economic, historical, and social notions of the entrepreneur and the enterprise, with the derivation of one from the other from the end of the nineteenth to the middle of the twentieth century. So, there is formalization of society on the model of the enterprise. On the other hand,the second aspect, which I would like to talk about today, is the redefinition of the juridical institution and of the necessary rules of right in a society regulated on the basis of and in terms of the competitive market economy: the problem then, broadly speaking, of law (Foucault, 2011, p. 160)[48].

Portanto, se há, por um lado, economia de mercado, há, por outro, uma política intervencionista social intensa e ativa. Ou seja, o mercado não é natural e deve ser criado. O liberalismo não é natural, então deve ser criado pelo Estado. É interessante notar que os próprios liberais alemães tenham admitido e rompido com essa tendência naturalista tão interna ao liberalismo, criando até mesmo o conceito de intervenções necessárias ou conformes.

A necessidade dessa intervenção é buscar a condição histórica e social para a existência da economia de mercado; a sociedade deve ser governada de acordo com suas regras e princípios, para que as estruturas formais da competição possam ocorrer e funcionar de acordo. Já que a sociedade não recebe o mercado naturalmente, a grande missão esperada por eles para o futuro é a de criar

[48] Aula sete, 21 de Fevereiro de 1979.

condições para tal. A *Gesellschaftspolitik*[49] não deve anular os efeitos antissociais da competição na sociedade; deve anular os mecanismos anticoncorrenciais que podem surgir na sociedade. Então, a formalização da sociedade na base da empresa e o desenvolvimento de uma lógica específica da estrutura jurídica.

Se a vida econômica e o regime liberal não resultam da ordem natural, é necessário tentar alcançar as melhores condições em que o regime liberal ocorra na vida econômica. É um projeto resultado da derrota inconformada do liberalismo, algo que pretende forçar a realidade na direção do que se achava que era a teoria - quando a teoria não funciona, deve-se transformar a realidade, porque a teoria representa o mundo positivo que a civilização humana haveria de encontrar. Para esses alemães, não há necessidade de supor que as instituições atuais sejam as mais adequadas para a liberdade do mercado. Além disso, o Estado não deve concordar necessariamente com o *laissez-faire*, deixando os indivíduos livres, ou com o Estado de planejamento, fixando onde deveriam estar. O Estado no neoliberalismo atua estrategicamente em sua intervenção. É isso que Louis Rougier [50] descreve em seu discurso no Colóquio Lippmann[51] (Foucault, 2011, p. 161). Contudo, ainda que a ordem natural resultasse em liberalismo[52], uma vez que existe uma ordem legal que entenda e assimila essa ordem natural, a não-naturalidade viria dessa ordem legal, uma vez que toda ordem legal implica uma ordem natural -

[49] Política para a sociedade mas não no senso comum de política social, *Gesellschaftspolitik* é um plano de ordem social, um design cultural no qual cabe o mercado enquanto centro das relações sociais.

[50] Louis Rougier era um filósofo francês com contribuições em epistemologia e lógica, entre outras, também organizador do Colóquio Walter Lippmann, realizado no Instituto international de coopération intellectuelle de 26 à 30 de agosto de 1938.

[51] Veja The Walter Lippmann Colloquium. "[...] the liberal regime is not only the result of a natural spontaneous order as declared, in the eighteenth century, numerous authors of the Codes of Nature; but that it is also the result of a legal order that presupposes a legal interventionism of the State", p 24.

"Being liberal is, thus, by no means being conservative in the sense of maintaining the de facto privileges resulting from past legislation. It is, to the contrary, being essentially progressive, in the sense of a perpetual adaptation of the legal order to the scientific discoveries, to the progress of organization and economic technique, to the changes in the structure of society, to the demands of contemporary conscience. Being liberal is not, like the "Manchesterian", letting cars drive in all directions, following their whim, from which traffic jams and endless accidents would result; it is not, like the "planner", fixing for each car its hour of exit and its itinerary; it is imposing rules of the road [un Code de la Route], all while recognizing that [this set of rules] is not necessarily the same at the time of rapid means of transportation as during the time of the stagecoach", p. 99.

[52] O que Polanyi (1944), além dos próprios ordoliberais, mostrou ser impossível em *A grande Transformação*.

os ordoliberais deslocam o conceito de ordem natural concentrando-se direto no sistema legal e na lei que, forçosamente, tem como suposto alguns conceitos de naturalidade.

Essa substituição, deslocamento ou renovação é possível devido a algumas inovações relacionadas ao estudo da estrutura jurídica, primeiro como não-parte da superestrutura. Ou seja, a estrutura jurídica não é apenas uma simples instrumentação e consequência da economia ou da produção. A economia não determina a estrutura jurídica. É exatamente o oposto. O jurídico dá forma à economia e, de fato, não faz sentido distinguir em termos de infraestrutura e superestrutura nesse assunto, mas é o caso de falar em uma ordem econômico-jurídica. Aqui os ordoliberais se situam na análise das relações de produção, e não nos níveis das forças de produção. Em vez de considerar a economia como um conjunto de processos ao qual um sistema jurídico é adicionado, adaptado e mais ou menos obsoleto em relação ao processo econômico, faz-se o contrário. O processo econômico é regulado desde o início, é permeado por regras, provenientes de religião, habitus, ética, poder cooperativo e assim por diante, com os diferentes níveis de sua inventividade. A separação desse conjunto de áreas regulamentadas só é possível através da abstração, mas o jogo econômico só pode ser totalmente compreendido enquanto for considerado o sistema, ou seja, o conjunto de relações jurídico-econômicas que ele agrupa. Os processos econômicos, como a concorrência, por exemplo, só podem existir enquanto houver uma estrutura e regras positivas que garantam suas condições de possibilidade.

Isto significa, como consequência, que o capitalismo não tem uma alma econômica, e que não há nada como uma realidade econômica simples e isolada no capitalismo, ou mesmo na acumulação de capital que conduza a um lugar inevitável na história. Algo que, de acordo com sua própria necessidade, seria enfrentado e superado como, por exemplo, direitos feudais antigos sendo substituídos por regras mais favoráveis de direito, legislação, lei de patentes e assim por diante. Não é assim que o capitalismo deve ser visto, e a história completa do capitalismo só seria possível se a sua história econômico-institucional fosse feita (Foucault, 2011, p. 164). É uma figura em que o processo econômico e a estrutura institucional se

chamam, se modificam e se moldam em profunda reciprocidade. É claro que este é um problema teórico da análise histórica do capitalismo, e sua relação com a instituição jurídica foi e é um dos assuntos políticos relevantes. É um problema estratégico.

A questão política sob esse prisma é a sobrevivência do capitalismo e a descoberta de possibilidades dos capitalismos, no plural. O que contrasta com a análise marxista do capitalismo, que aparece como consequência da lógica do capital e da acumulação, e só poderia haver um Capitalismo, uma vez que existe apenas uma única lógica do Capital. O capitalismo não era um processo construído de baixo, a partir do qual as pessoas se opunham aos antigos direitos feudais, criando então, de acordo com sua própria lógica, novas e favoráveis regras de direitos, mais progressistas e assim por diante. E a aposta política que surgiu para iniciar essa discussão é que, se alguém aceita a visão marxista da natureza do capitalismo, existe então apenas um Capitalismo definido pela lógica de sua economia; nesse sentido, o materialismo é um idealismo, temos o capitalismo *tout court*, "*merely modulated by favorable or unfavorable elements*" (Foucault, 2011, p. 165). Quando se estabelece a conexão entre todas as figuras históricas e a lógica do capital e sua acumulação, qualquer tipo de impasse manifestado atualmente é a expressão do fim do capitalismo - e, normalmente, é assim que o neoliberalismo também aparece na análise.

A questão parecia totalmente diferente para os neoliberais, que tentavam demonstrar que o capitalismo sobreviveria se uma nova forma fosse inventada. Para isso, eles tiveram que demonstrar duas coisas. Primeiro, que a lógica econômica do capitalismo, a lógica do mercado competitivo, era possível e não contraditória (Foucault, 2011, p. 165). Eles tiveram que mostrar, segundo, que essa lógica não contraditória tinha relações jurídicas concretas nas formas reais e históricas do capitalismo e que, ao inventar novas relações jurídico-econômicas, é possível superar os efeitos típicos de uma sociedade capitalista. Ao invés de procedentes, da lógica do capital e de sua acumulação, nada mais eram do que efeitos de uma (ou várias) estrutura institucional inadequadas.

2.2.4.1. Uma questão política estratégica: a renovação do capitalismo pela lei

Muitos economistas se esforçaram em demonstrar essas duas proposições teóricas. Por um lado, o problema da concorrência, com Walras e Marshall, na Inglaterra, Wicksell, na Suécia, atribuindo tanta importância a esse assunto matemático da competição para demonstrar que o mecanismo formal do mercado não era contraditório, e também se o mercado levava ou não "naturalmente", ou através de seu comportamento, ao monopólio. E, por outro lado, o conjunto de problemas que evolui na abordagem histórica e sociológica, que Foucault chama de conjunto weberiano de problemas, definido na preocupação em identificar, descobrir um conjunto institucional econômico que possa lidar simultaneamente com os aspectos formais do capitalismo, a ordem competitiva e assim por diante, ao mesmo tempo em que lida com os contraditórios, os impasses e os fracassos observados quando se olha essa história institucional.

A análise da história protestante e seu papel no desenvolvimento do capitalismo é, para Foucault, uma das maneiras de se responder à pergunta sobre a sobrevivência do capitalismo. E, de qualquer maneira, essas conjecturas de Rougier existem para mostrar que o conjunto institucional realmente se une ao sistema econômico que é moldado e definido pela estrutura jurídica.

Depois, há uma consequência imediata dessa outra maneira de olhar para o capitalismo. Se o capitalismo não é “O Capitalismo”, se a institucionalidade da estrutura cria incessantemente o capitalismo formado por uma ordem institucional, é possível intervir na estrutura jurídica para criar uma nova forma de capitalismo, inventar e criar não só uma nova, mas múltiplas formas de capitalismo.

Essa inovação não deve vir do mercado, pois seus mecanismos devem funcionar de maneira a regular toda a sociedade, e eles são, de certa maneira, válidos sempre e, portanto, quase-constantes. As sociedades, no entanto, são inconstantes. Portanto, as leis do mercado devem ser deixadas em paz, mas devem agir para que as instituições trabalhem de acordo com as suas leis regulatórias, e somente segundo essas leis de mercado. Essas leis que trabalham com as instituições se tornam não apenas a regulamentação econômica, mas também a regulamentação social geral. Portanto, não há intervencionismo econômico de um

lado e, do outro lado, em separado, uma intervenção jurídico-institucional máxima. As intervenções reguladas pelos princípios formais de mercado criam fissuras transversais nas sociedades, que terminam por ser os princípios de regulação geral, de certa maneira tradicional e natural e, portanto, ideais ao gerenciamento de poder auto-iniciado.

A instituição é o que ilude os economistas em sua análise da história, e os neoliberais optam por adotar uma lei econômica consciente usando a análise histórica, que mostrará como a instituição e a lei condicionam as relações na economia e, consequentemente, tomando conhecimento das possíveis melhorias a serem introduzidas no âmbito do complexo jurídico. Para os liberais, o problema é

> By what route will we be able to introduce the institutional corrections and innovations which will permit an economically regulated social order to be established on the market economy? (Foucault, 2011, p. 167)[53].

As respostas a essa pergunta não se baseiam na teoria econômica da concorrência ou na história sociológica como antes, ela se relaciona com a teoria jurídica, a teoria do *State Law, l'État de droit, Rechtsstaat* ou o Estado de direito. O que é o *Rechtsstaat*?

Como já comentado no capítulo um, o Estado de direito é definido em oposição à idéia de um despotismo entendido como um sistema que existe para tornar a vontade geral ou particular do soberano a reguladora geral, a obrigação e a coordenadora das autoridades públicas. Ele se opõe a um Estado policial, o *Polizeistaat*, que é um sistema em que não há diferença (de tipo, origem, validade e efeito) entre a lei e as decisões individuais conjunturais e temporais das mesmas autoridades públicas. Despotismo, portanto, refere-se a qualquer imposição rastreada até a vontade do soberano. O Estado policial faz um *continuum* em todas as formas possíveis de ação feita por autoridades públicas, qualquer que seja a origem de sua função coercitiva.

O Estado de direito representa uma tentativa de se opor ao despotismo e ao Estado policial. Para que isso funcione, as ações estatais devem ser enquadradas

[53] Aula sete, 21 de fevereiro de 1979.

imediatamente entre fronteiras e limites que advêm da lei. O Estado atua dentro da estrutura da lei, e só pode atuar sobre essa estrutura. Isto significa que, quando as autoridades públicas atuam na forma da lei e dentro do espaço definido pela lei, sua ação pode legitimamente se tornar coercitiva. Em segundo lugar, no *Rechtsstaat* há uma diferença de efeito e origem nas leis, que são consideradas medidas gerais universais e, por outro lado, decisões individuais específicas das autoridades públicas. Portanto, o *Rechtsstaat* é um Estado em que dispositivos legais e medidas administrativas se distinguem em seus princípios, efeitos e validade.

No *Rechtsstaat* há sempre a possibilidade institucionalizada, legal e supostamente efetiva do cidadão de apelar contra as autoridades públicas. Não apenas deve o Estado agir de acordo com os limites da lei, mas também deve haver um importante sistema de arbitragem entre os indivíduos e as autoridades públicas. Foucault fala sobre a discussão, no século XIX, das questões administrativas, se deve haver arbitragem entre indivíduos e autoridades públicas e assim por diante (Foucault, 2011, p. 170). Welcker, Gneist e Bähr são citados pelo autor nessa discussão sobre o pensamento evolutivo nesse assunto da arbitragem entre direitos. De qualquer forma, o Estado de direito não é definido como o Estado dos tribunais administrativos, é o Estado em que os cidadãos podem recorrer na justiça comum contra a arbitrariedade emanada das autoridades públicas. Os tribunais administrativos não se encaixam, de acordo com o modo inglês, uma vez que os tribunais nada mais são do que um braço jurídico do Estado e, portanto, não podem arbitrar entre esse mesmo Estado e os cidadãos. Portanto, essa instituição de arbitragem deve ser entre cidadãos e autoridades públicas.

O Estado de direito será o ponto de partida legal da renovação do capitalismo, na tentativa de introduzir seus princípios de direito na legislação econômica. Ele oferece oposição ao Estado hitlerista e às políticas de bem-estar dos Estados democráticos, que intervêm diretamente na economia. Sua oposição ao Estado hitlerista é que, em última instância, o Estado totalitário deixa de ser um sujeito legal, uma vez que sua estrutura legal não emana da vontade do povo, a fonte original da lei. Mas a mira desse Estado de direito foi diretamente direcionada contra o intervencionismo democrático, como o *New Deal*. Então, para a política

econômica do novo Estado, o que poderia oferecer a renovação do capitalismo, o Estado poderia intervir na ordem econômica somente se essas intervenções assumirem a forma de princípios formais, só pode haver legislação e intervenção formal para a ordem econômica.

Essa forma econômica formal da legislação, conforme fica claro em Hayek, esse esquema formulado na inserção do Estado de direito na economia é quase o oposto ao planejamento totalitário. O que é uma economia definida por um plano? É uma economia que visa algo, algum crescimento ou redução da desigualdade e assim por diante. Quaisquer fins econômicos precisos e definidos. Consequentemente, se o objetivo definido estiver ameaçado, o Estado tem a possibilidade de fazer correções ou medidas alternativas para trazer de volta a possibilidade de realização das metas. Portanto, as autoridades públicas, no modo de planejamento, têm um papel central na tomada de decisões, substituindo indivíduos em seu papel e forçando indivíduos a migrar de suas decisões, que provavelmente seriam outras se não fossem esse tipo de intervenção. E tudo isso porque, por trás de suas ações, supõe-se que o Estado seja capaz de ter uma consciência clara de todo o processo econômico, o mestre universal da ordem econômica. Este é o plano, e é precisamente o contrário do que o Estado de direito deve ser.

O Estado de direito e a ação estatal não devem dizer às pessoas o que elas devem ou não fazer, mas devem se restringir a orientações e princípios formais. Essas leis definidas pelo Estado de direito não devem, no entanto, ser retificadas pelos efeitos que produzem (Foucault, 2011, p. 173). Elas também devem definir um quadro no qual os agentes econômicos são capazes de agir livremente, e essas leis estabelecidas por esse quadro também devem se ligar ao comportamento das autoridades públicas; para deixar claro como essas autoridades irão se comportar, estabelecem-se princípios de *governança*, *transparência*, *eficiência,* para melhor fazer funcionar o jogo econômico. Portanto, esse esquema de direito exclui qualquer conhecimento universal no processo econômico que defina fins ou assume o papel de tomada de decisão em nível econômico.

Para os neoliberais, a Economia continua sendo uma disciplina sem deus (Foucault, 2011, p. 282), mas por outros motivos: a lei e a concorrência obrigam e pedem do Estado que se comporte formalmente e evite, por restrições, o papel de senhor econômico. A economia deve ser um jogo regulamentado, mas não para substituir o lugar dos jogadores em seu processo de tomada de decisão. "*The economy is a game and the legal institution which frames the economy should be thought of as the rules of the game*" (Foucault, 2011, p. 173). O Estado de direito formaliza a ação do governo como provedor das regras em que o jogo é entre indivíduos e empresas. Portanto, o Estado de direito não estabelece nenhum plano para atingir um fim, o governo está ocupado

> fixing rules determining the conditions under which the available resources may be used, leaving to the individuals the decision for what ends they are to be used. [...]Whereas in the planning the government directs the use of the means of production to particular ends" (Hayek, 2001, p. 55).

Portanto, a consequência de tudo isso é que o Capitalismo essencial, com sua lógica, contradição, impasses, *não existe* - o capitalismo não tem alma. Desse modo, seria possível, após essas considerações, conceber um capitalismo diferente, organizando-se de acordo com o arcabouço institucional em termos de Estado de direito, deixando de lado o intervencionismo jurídico ao qual os Estados estavam acostumados.

O terceiro aspecto observado por Foucault (seguindo as notas de Rougier) é a inevitabilidade do crescimento da demanda judicial. Nesse capitalismo renovado, o jurídico adquire nova importância. Aqui, em uma sociedade em que o verdadeiro sujeito econômico é a empresa, que é principalmente uma maneira de se comportar no campo econômico, quanto mais a lei aceita a empresa, na forma de livre empresa, maior a diversificação dessa unidade e, ao mesmo tempo, o número e o tamanho do atrito entre as unidades aumentarão e as ocasiões de conflito se multiplicarão. Todos esses conflitos exigem uma arbitragem que toma forma de intervenção jurídica, que deve funcionar de acordo com o arcabouço do Estado de direito ou das regras do jogo. O Estado é reduzido e desfuncionalizado, em comparação com a economia do planejamento, mas é supostamente ampliado por

sua esfera jurídica em um número sempre crescente de instâncias jurídicas (Foucault, 2011, p. 176).

Quanto mais a lei se torna formal e um guia de referência para instituições e empresas, maior a necessidade de intervenções jurídicas e maior a necessidade de ampliação do corpo jurídico dentro do Estado. Ao mesmo tempo, a formalização do conjunto de atividades atinge as próprias atividades do Estado: enquanto a intervenção administrativa diminui, os serviços de justiça se tornam cada vez mais um serviço público onipresente.

Em suma, o neoliberalismo busca um mercado livre garantido por um intervencionismo social, que implique uma reforma institucional que gire em torno da empresa como seu centro de gravidade e como a unidade básica da economia e da vida social. A força e o diferencial dessa análise é que, para Foucault, isso não é uma projeção de uma ideia ou ideologia em um momento específico gerado pela crise do capitalismo. É uma renovação em termos de governamentalidade, ou em termos de arte de governo, que, em si mesma, não é um desenho universal - o neoliberalismo está sempre a mudar. É uma constante inovação em termos de tecnologia governamental, tendo como epicentro uma renovação específica no liberalismo. Até agora, neste capítulo, tentamos entender a especificidade dessa nova arte de governo, às vezes relacionando-a com os teóricos do liberalismo dos séculos XVIII e XIX. Em outras palavras, Foucault parece nos indicar como o neoliberalismo tem de responder à crise do liberalismo clássico.

Basicamente, esses economistas alemães que lidam com a racionalidade ou irracionalidade da sociedade capitalista, lidam com isso em termos weberianos[54]. Foucault inclui também Schumpeter nesse conjunto de economistas que concordam que, ao contrário dos economistas marxistas, não há oposição ou contradição interna na lógica do capital e de sua acumulação e, portanto, o capitalismo é perfeitamente viável do ponto de vista econômico e estritamente teórico - como insistiu Walras, Marshall e outros. Contudo, para Schumpeter (Foucault, 2011, p. 177), e apesar dos ordoliberais, a tendência histórica do capitalismo é de monopólio

[54] "First, of course, is the analysis of the enterprise that developed from the nineteenth century: to a considerable extent the historical, economic, and moral analysis of the nature of the enterprise, and the series of works on the enterprise by Weber, Sombart, and Schumpeter actually support the neo-liberal analysis or project" (Foucault, 2011, p. 147).

devido às consequências sociais da competição - e não ao processo econômico. Ou seja, da maneira como a lógica competitiva funciona, é a sua base social e política que leva à organização monopolista.

Há um processo de centralização em um jogo inadvertido e perigoso entre a relação dos tomadores de decisão capitalista e a administração do Estado para estabelecer privilégios que embaçam automaticamente os princípios formais da competição. Para Schumpeter, ao contrário dos austríacos, essa relação em direção ao monopólio é inevitável. Esta é a condenação do capitalismo em termos de inevitabilidade para Schumpeter, não em termos de contradição. Então, para Schumpeter, o socialismo[55] - especialmente o socialismo burocrático stalinista - viria como uma tendência interna da esfera social e política do capitalismo. E o preço político a se pagar, a saber, a perda da liberdade, é aceitável em um limite, que é a supervisão e o trabalho para evitar o totalitarismo nesse Estado socialista a ser formado.

A crítica do ordoliberalismo à análise de Schumpeter é que esse preço a ser pago, a saber, o socialismo, não é aceitável. A questão em disputa é que o planejamento na economia não pode evitar a perda total de liberdade, ou seja, o totalitarismo. Não se trata apenas de uma desvantagem em termos de custo político; o planejamento é o erro que gera, necessariamente, a perda total da liberdade.

Esse preço seria a perda total de liberdade, continuam os ordoliberais, porque o planejamento evolui para uma série bastante longa de erros econômicos que empurram a economia para fora de suas naturalidades e, cada vez mais, deve haver reparação nesses erros, até um ponto em que não há outra alternativa senão a supressão de direitos básicos. Portanto, é absolutamente necessário evitar os erros do planejamento, garantindo que as causas sociais e políticas dessa tendência para uma economia centralizada sejam corrigidas. A chave para corrigir essa tendência deve ser precisamente a intervenção social guiada pelo Estado de direito, a definição de uma estrutura institucional da economia apoiada pelo Estado de direito

[55] Veja-se Schumpeter (1942, p. 167): “By socialist society we shall designate an institutional pattern in which the control over the means of production and overproduction itself is vested with a central authority—or, as we may say, in which, as a matter of principle, the economic affairs of society belong to the public and not to the private sphere.”

que deve anular e absorver as tendências centralizadoras que são, concordam os ordoliberais, imanentes à sociedade capitalista e não à lógica do capital. Então, admitem que há tendências em direção à centralização, mas, com o governo guiado pela estrutura da Lei e do Direito, deve-se fazer algo para proteger a ordem competitiva contra o monopólio, a concentração e centralização por meio de uma intervenção social muito incisiva.

Segundo os ordoliberais, a chance de sobrevivência do liberalismo era através da lei, um campo institucional operando por intervenções formais e pura competição como a órbita da ordem econômica para a *Gesellschaftspolitik*. Esse modelo alemão e sua abordagem, *l'État de droit*, em sua versão moderna, foi espalhado para vários outros países em forma de políticas estatais, mas que também influenciou todo um conjunto de problemas levantados, como também outras metodologias em termos de novas abordagens teóricas, especialmente nos Estados Unidos.

Foucault aponta na *Gesellschaftspolitik* um conjunto de problemas: primeiro, seu caráter leve e optativo em comparação com o processo muito mais real e complexo da economia real. Há também o fato de que ele implica um campo pesado de inúmeras intervenções, que levantam a questão se elas não estão também interferindo no processo econômico.

Mas, também, há uma crítica interna a essa noção de empresa, uma ambiguidade econômico-ética desse processo e em torno da noção de empresa. A *Gesellschaftspolitik* envolve a generalização da forma empresarial no corpo social ou no tecido social da sociedade. O princípio básico da organização da sociedade deve basear-se no bloco da empresa - não no indivíduo, como costuma ser. Deve haver a empresa dentro da vida dos indivíduos, diferente no entanto da grande empresa ou da lógica da firma, mas no sentido de que a multiplicidade da empresa deve ser tal que elas sejam vistas e capazes de serem tocadas pelos indivíduos, suficientemente limitadas para que a escolha do indivíduo seja capaz de fazer a diferença em termos de seus efeitos, para que o indivíduo não seja dependente de uma ou outra empresa ou delas subordinado, o que obviamente não aconteceu devido à grande empresa e à internacionalização financeira. Além disso, a vida dos indivíduos também deve

estar dentro dessa lógica da empresa, em seus relacionamentos, na família, nas propriedades, nos seguros, nos sussurros, tudo deve seguir a forma de uma sólida maneira de pensar empresarial.

Esse modo de empresa envolve, por um lado, estender o modelo econômico de oferta e demanda, de custo de investimento para outros domínios, para outros tipos de relacionamentos, nos relacionamentos que o indivíduo tem consigo e, no limite, para todos os demais. Por outro lado, há a ideia dos ordoliberais de reconstruir os valores morais e culturais "quentes", antitéticos aos valores frios da competição. Esse esquema tem o objetivo de que o indivíduo não seja alienado de seu ambiente de trabalho, do tempo de sua vida, de sua família e natureza. Trata-se de dotar o indivíduo com todas as possibilidades da empresa em sua vida, e incentivá-lo a tomar para si essa empresa sujeito ativamente. Todos esses pontos de ancoragem são a base do que Rüstow chamou de *Vitalpolitik*. Portanto, a política ordoliberal para a sociedade é uma política econômica para a sociedade, para a *'economização'* de todo o campo da sociedade, enquanto tenta manter o jogo compensando a competição fria, impassível e calculadora da competição estrita.

É uma sociedade para o mercado e contra o mercado, de modo a garantir que, moral e politicamente, a concorrência possa funcionar. Para isso, o Estado deve estar presente e acima dos diferentes grupos e empresas concorrentes, para garantir que a comunidade não seja fragmentada e também para cuidar dos desviantes. Então, o Estado tem o poder de definir muitas estruturas, controlar atitudes e determinar o conjunto dessas atitudes morais e políticas relevantes para a vida (Foucault, 2011, p. 262).

2.2.5. A crítica da natureza do Estado

É comum olhar para o Estado dotando-o de algumas características, principalmente após a grande guerra. Em primeiro lugar, o Estado estaria em constante tendência à expansão; há um imperialismo endógeno em sua profundidade, escala, a ponto de engolir seu alvo, seu exterior, a saber, a sociedade civil. O Estado teria também algo parecido a um parentesco que implica um

continuum genético ou evolutivo em direção a algum outro Estado, entre o Estado administrativo, o Estado de bem-estar, o Estado burocrático, o fascista e o totalitário, respectivamente, em uma árvore de controle expansiva e contínua. Essas duas ideias colocam em circulação o que Foucault chama de "crítica inflacionária do Estado".

É inflacionária porque Foucault percebe que, no processo dessa análise do Estado, há a situação da "permutabilidade da análise"[56]. Tão logo aceitamos que há essa espécie de continuidade entre esses tipos de Estados, tão logo há esse dinamismo evolucionário para o Estado, então torna-se possível que diferentes tipos de análises se suportem mutuamente como também que elas se relacionem mutuamente, sem que haja um empenho em direção às especificidades de cada caso.

Foucault cita o exemplo da análise da seguridade social, na qual ela se torna, através de algumas "derrapagens" e de brincadeiras com as palavras, a referência conectada aos campos de concentração. Nesse movimento, a especificidade é, obviamente, diluída. Aqui ele está falando sobre a crescente *fobia do Estado*, aquela que ajudou a espalhar as ideias neoliberais para o público em geral e para o especializado, visando promover essas novas ideias para alterar as condições do exercício de governo. Assim, a análise, por essa característica da intercambialidade, torna-se flexível, para provar que certas condições ou práticas devem ser evitadas pelo Estado, ao passo que se deseja evitar o totalitarismo. O Estado, então, só pode ser aquele cujas ações não façam parte da árvore genealógica que termina no totalitarismo, e o Estado neoliberal seria, supostamente, uma dessas opções.

A segunda razão para essa análise do Estado ser considerada inflacionária é que, não importa o funcionamento real do sujeito, se pode ser pior, deve ser tratado como o pior, já que é quase sempre o seu caminho inevitável. Isto é como alguém considerado culpado por um crime menor que recebe uma sentença muito severa; a análise inflacionária levaria à suposição de que o Estado está se tornando fascista

[56] "For example, an analysis of social security and the administrative apparatus on which it rests ends up, via some slippages and thanks to some plays on words, referring us to the analysis of concentration camps. And, in the move from social security to concentration camps the requisite specificity of analysis is diluted. So, there is inflation in the sense of an increasing interchangeability of analyses and a loss of specificity" (Foucault, 2011, p. 188).

por causa desse excesso, como se antes de qualquer Estado não houvesse sentenças desse tipo (Foucault, 2011, p. 188).

O outro aspecto, que parece na verdade a consequência, é que essa análise permite ignorar o olhar para a realidade (sem pagar o preço da realidade), na medida em que algo muito simples como a fobia paranoica do Estado ou o perigo da sucessão de parentesco entre os Estados podem ser encontrados. Assim, para Foucault, a crítica do Estado, sua fobia, seu mecanismo irreversível em direção ao totalitarismo apoiam-se simultaneamente, tornam eficaz toda a combinação desses elementos, já formulados entre 1930 e 1945 (Foucault, 2011, p. 189).

Essa crítica está localizada com muita precisão estratégica, subscrita às escolhas neoliberais que estão sendo desenvolvidas nesse período. É a crítica do Estado poderoso e onipresente e, ao mesmo tempo, das políticas keynesianas enquanto oposição ao *New Deal* e as de controle e intervenção do Estado na economia e, é claro, à União Soviética. Foucault faz duas críticas a essa linha, primeiro a partir do texto de Röpke sobre o plano de Beveridge[57]. É impressionante como esses textos parecem reverberar hoje na mesma crítica do Estado, com elementos muito próximos e um instinto de perigo presente no aviso da ameaça socialista como pano de fundo. O primeiro texto que Foucault reproduz é o *Civitas Humana*::

> Still more social insurance, a still larger social bureaucracy, still more of pushing incomes about hither and thither, yet more labels and more stamps, yet further concentration of power, national income and responsibility in the hands of the state which is seeking to encompass, regulate, concentrate and control everything, and all this with the certainty of not affecting any solution of the problem of proletarianisation but of achieving the destruction of the middle classes and thus adding still further to the centralised and state manufactured proletariat (Röpke, 1948, p. 146 *apud* Foucault, 2011, p. 208) [58].

Ao mesmo tempo, na Inglaterra, em 1943, Hayek (1944, p. 1) escreveu sobre o mesmo plano que "*it is the same Germany whose fate we are in some danger to repeating*". Isto significa, claro, que a Inglaterra, através da preservação dessas

[57] O plano Beveridge, baseado no nome do economista liberal inglês William Beveridge, surgiu das discussões sobre a reforma do sistema de seguridade social, políticas de pleno emprego, distribuição de renda e saúde pública. De certa forma, representa o marco de início do Estado de bem estar social inglês. Ver Abel-Smith (1992).

[58] Aula oito, 7 de março de 1979, notas do capítulo.

medidas de intervenção, no desejo de desenvolver uma economia organizada em termos de um sistema de defesa nacional, acabaria em fascismo. Portanto, essa citação significa que a Inglaterra não é a Alemanha nazista, mas está no caminho para tal, pois foram as mesmas técnicas usadas pela Alemanha de Wilhelm que produziram a Alemanha nazista. De qualquer forma, para Hayek, o plano Beveridge, o *New Deal* e o Partido Trabalhista seriam os verdadeiros agentes da "*nazificação*" da Inglaterra, tendo como técnicas o excesso e o crescimento do controle estatal.

Foucault, comentando essa crítica do Estado, a crítica inflacionária do Estado, observa que a origem, raiz e forma do Estado de bem-estar e do Estado totalitário são completamente diferentes. Ele também sugere que o Estado totalitário não é causado pela expansão dos mecanismos do Estado; ao contrário, o Estado totalitário representa uma limitação do Estado, uma redução através da expansão de outra coisa, que é o partido. Então,

> The totalitarian state is not the eighteenth century administrative state, the nineteenth century *Polizeistaat* pushed to the limit, it is not the administrative state, the bureaucratized nineteenth century state pushed to its limits. The totalitarian state is something else. We should not look for its principle in the "statifying" or "statified" (étatisante ou étatisée) governmentality born in the seventeenth and eighteenth centuries; we should look for it in a non-state governmentality, precisely in what could be called a governmentality of the party (Foucault, 2011, p. 191)[59].

A outra crítica, ou consequência, é que a partir do século XX até esses nossos dias, a relação do movimento do governo para com a sociedade não é o crescimento do Estado e da *raison d'État*, mas de sua redução em duas formas. A primeira delas é justamente a substituição da governamentalidade do Estado pelo crescimento da governamentalidade do partido (Foucault, 2011, p. 191). A outra forma é a redução do Estado na busca de estabelecer regimes guiados por governamentalidades liberais. Essa redução é tanto do controle estatal quanto de uma governamentalidade estatizante.

De qualquer forma, o argumento que ele tenta mostrar aqui não é tanto a redução do Estado ao passar do tempo, mas que o desenvolvimento de Estados autoritários como o fascista e o stalinista não foi causado pela inflação do Estado

[59] Aula oito, 7 de março de 1979.

através de seus mecanismos. Não devemos nos iludir dizendo que o Estado se torna fascista por si só, quando há na verdade algo exógeno e devido à exclusão, desorganização e redução do Estado. Também o processo histórico do Estado deve ser visto em sua forma real, para evitar essa descaracterização que possibilitou coisas como criar essa fobia, com "seu caráter intolerável e problemático" (Foucault, 2011, p. 192, tradução minha). É por essa razão que se deve mostrar a história do modelo alemão, afirmando que o caso não é o Estado de Bismarck se tornando o Estado de Hitler[60].

2.3. Um debate de transição, as origens da política social neoliberal

Para situar na história o contexto econômico do desenvolvimento e disseminação do neoliberalismo, é importante considerar os problemas de 1929 e os objetivos da gestão da política econômica da época.

Em primeiro lugar, a busca do pleno emprego a ser perseguido em paralelo com evitar os custos da inflação, conforme necessário, através de uma política de crescimento. Portanto, havia nos anos 1930 solidariedade nacional disposta a cobrir pessoas de todos os riscos econômicos. Depois, mesmo durante esse acordo, os economistas começaram a perguntar se essa política social traria consigo consequências imprevistas e efeitos perversos sobre a economia, se essas políticas 'perturbam' a economia e o sistema social como um todo. Alguns diriam que sim, mas esses efeitos são precisamente o objetivo dessas políticas sociais, para garantir a redistribuição de renda, a justiça social e assim por diante. Outros dizem que não tem efeito direto sobre a economia, pois os mecanismos da economia ajustam tudo. Foucault cita Laroque, um dos projetistas da previdência social depois de 1945, afirmando que a previdência social não pode afetar a economia porque a renda adicional destinada à previdência social vem da massa de salário total: há a parte do salário que é estritamente salário, e a outra parte será na forma de benefícios

[60] "It is for this reason that I would like to study more closely the organization and diffusion of what could be called this German model. It is understood, of course, that the model as I have described it and in some of the forms of its diffusion which I would now like to show you, is not the model — so often discredited, dismissed, held in contempt, and loathed—of the Bismarckian state becoming the Hitler state" (Foucault, 2011, p. 192).

sociais. Não perturba ou coloca um limite na economia, pois "*social security costs are paid for by the wage itself, by the mass of wages, and by nothing else*" (Foucault, 2011, p. 199).

Depois, já na década de 1970, a abordagem sobre os efeitos da seguridade social na economia mudou drasticamente; o autor cita um relatório da *Revue française des affaires sociales*, afirmando que a seguridade social tem um impacto econômico considerável e isso tem a ver com a maneira como as contribuições foram definidas. O custo da mão-de-obra seria mais alto por causa da seguridade social, e isso impactaria a produção como um todo, bem como em nível internacional, uma vez que diferentes regimes sociais acarretam diferentes distorções na competição internacional: os preços mais altos dariam à população menos empregos.

Esta é uma maneira muito próxima de ver o problema da perspectiva neoliberal, na qual a competição e os preços de equilíbrio de mercado são princípios de regulamentação e não devem ser ignorados ou cruzados. E, como consequência dos preços mais altos, deve haver os efeitos dos monopólios atrasarem a produção industrial para especularem sobre o aumento do preço, fenômeno parecido com a inflação brasileira nos anos 1980; neste relatório, assim, são bastante claras as possibilidades de consequências econômicas.

Além das consequências industriais, também há a diferença de pagamentos nas porcentagens de ganhos que afetam a distribuição de renda. As pessoas mais ricas tiveram, nesse estudo, vantagens em muitas formas, mas principalmente na perspectiva da desigualdade de renda e riqueza, uma vez que a seguridade social possui um limite superior para contribuições que encobrem situações desiguais extremas. Como resultado, a maior parte da poupança social é resultado do imposto cobrado sobre os mais pobres. Eles concluem, no estudo, que a política social estava afetando a economia, e deveria permanecer neutra em termos econômicos. Esta é, em 1976, uma lembrança muito incisiva do ponto de vista dos liberais sobre política social, seu funcionamento e limites que começaram a ser adotados em vários países já nos anos 1970. Foucault nos mostra o exemplo dessa política social neutralizada na França em 1972 pelo então ministro *Giscard d'Estaing*, e como ele

agiu para separar completamente os campos em termos de tipos, para que, nesse caso, se separe dentro do orçamento do Estado o imposto econômico e o imposto social. Por trás dessa suposição, está a ideia de que o mundo econômico deve seguir suas regras, e o social seus próprios objetivos, dissociados do processo econômico, para que não atrapalhe ou distorça a escolha dos 'agentes econômicos'. Na verdade, essa visão apenas põe em relação de subordinação o campo social ao campo econômico, de maneira nenhuma há uma dissociação entre eles. A dissociação entre os campos define já como devem se dar as relações.

Essa dissociação só é possível porque d'Estaing vê, assim como no liberalismo alemão e americano, a economia como basicamente um jogo; a sociedade deve ser permeada por ele e o papel do Estado nada mais é do que definir as regras desse jogo e fazer com que verifique se elas são aplicadas. Essas regras devem ser ativas para a vantagem do maior número de pessoas, com a condição - aqui está o elo entre o social e o econômico - da cláusula de segurança que impede o jogador de sair do jogo caso ele ou ela perca tudo. Portanto, a seguridade social deve funcionar, de acordo com essa linha de pensamento, apenas para garantir a não exclusão do indivíduo do jogo e, além dessa regra, o jogo deve ser deixado ao seu próprio curso. De qualquer maneira, aqui aparece a ideia generalizada, mas incompreendida, de imposto negativo, que vem dessa linha de pensamento quando d'Estaing, em 1972, já tinha isso em mente, segundo Foucault. Ideia que é mais aprofundada no neoliberalismo americano.

O imposto negativo é um benefício social que nunca deve assumir uma forma de consumo coletivo, pois a experiência mostra que, ao final, são os mais ricos que se beneficiam mais com essas políticas e que contribuem menos, em termos de massa de renda, para financiá-las. Portanto, esse benefício seria um benefício em dinheiro, substituindo os benefícios mais ou menos seccionais com base nos diferentes níveis de renda para estímulo ao consumo, para aqueles que "*definitively or provisionally fail to reach a sufficient threshold*" (Foucault, 2011, p. 203)[61]. De

[61] "Social Security appears to us therefore as the guarantee that, whatever the circumstances, everyone will be able to support himself and those for whom he is responsible in reasonable conditions." This principle was formulated by P. Laroque in 1946 ("Le plan français de sécurité sociale," *Revue française du travail*, 1, 1946, p. 9) and repeated in the same terms in 1948 ("De

qualquer forma, não faz sentido financiar o acesso dos mais ricos à saúde, aos bens duráveis ou à alimentação, por exemplo, pois eles já são capazes de acessá-los.

Por outro lado, existem indivíduos que, devido a alguma incapacidade, doença ou perda de emprego, não conseguem encontrar o que a sociedade considera o nível básico de renda para um nível adequado de consumo. É para estes, e somente para eles, que a sociedade deve fazer recuar o jogo econômico. Portanto, abaixo de um determinado nível de renda, o Estado paga uma renda adicional ao limiar, e há um desequilíbrio muito preciso entre os pobres e os outros. A partir daí nascem, tecnicamente, a região amostral definida como pobres, capaz de ser usada como "alvo" para bio e necropolíticas. Esse nascimento da classificação entre pobres e ricos é de extrema importância para grandes transformações na economia, nas políticas públicas e para a necropolítica. Mas aquela renda não deve motivar o indivíduo a deixar de trabalhar, apenas vivendo com essa assistência social. O desenho do imposto negativo deve incluir frustrações suficientes para que ele ainda queira trabalhar e procure emprego, em vez de preferir receber o benefício interminavelmente[62].

É importante destacar que o que se busca nessa ideia de imposto negativo é *alvejar* os efeitos da pobreza, e apenas seus efeitos. Ou seja, o imposto negativo nunca se propõe a buscar as causas da pobreza, seu significado estrutural e assim por diante. Não importa por que ele ou ela está abaixo do limiar ou se o desemprego é voluntário ou involuntário; quaisquer que sejam as razões, o único problema se torna definir esse limiar e a chance de dar ao indivíduo a possibilidade de subir novamente acima do nível do limite da pobreza, ter o desejo de subir e as condições para fazê-lo. Além disso, é uma maneira de evitar lidar com a redistribuição da renda, é evitar as políticas que pensam na pobreza em termos das diferenças

---

l'assurance sociale à la sécurité sociale: l'expérience française", *Revue internationale du travail*, 56 (6), 1948, p. 621)." (Foucault, 2011, p. 211).

[62] "Apart from any other administrative addition, the system of negative tax is concerned with discouraging idleness through its rate. The encouragement consists in ensuring that everyone always has an interest in working, and in working more,in order to improve his final income, which is the sum of his earnings and the benefit he receives. This encouragement is all the stronger in that the benefit diminishes more slowly than the increase in earnings, that is to say, the rate of taxation is lower." (Stoléru, L. *Vaincre la pauvreté*, p. 138–146; "Encouragements to work: how to discourage idleness?", p. 206 *apud* Foucault, 2011, p. 212).

relativas entre ricos e pobres e tentar alterar a desigualdade. Esse tipo de redistribuição foi chamado por Foucault, provavelmente referindo-se ao termo usado anteriormente, como uma "política socialista", que tenta atenuar os efeitos da pobreza relativa. De qualquer forma, o imposto negativo é o oposto completo disso, uma vez que a pobreza relativa não figura nos seus objetivos. É apenas a pobreza absoluta que importa, que é um ponto definido e um limite abaixo do qual as pessoas não poderiam manter seu nível adequado de consumo, o que, obviamente, depende de sociedade para sociedade, mudanças culturais, estrutura de trabalho e assim por diante. Então, esse limiar de pobreza absoluta é relativo. Uma consequência interessante dessa inovação no trato com a política social, em comparação com as versões liberais mais antigas e a do bem-estar, é que, com ela, a categoria de pobre é muito bem definida e todos sabem como definir a pobreza tecnicamente, via um limite muito claro de renda.

Outra consequência dessa política social é que a segurança geral desse mecanismo funciona apenas em um nível inferior, acima do qual o indivíduo terá que se comportar como empresa para si e para sua família. O modelo de empresa deve ser encontrado acima do limite definido de pobreza, e haverá um fluxo constante de população entre esse nível abaixo e acima do limiar, constituindo a reserva constante de mão-de-obra que pode ser usada quando necessário e depois distribuída facilmente à sua latência.

Portanto, nesse sistema não há o objetivo de pleno emprego e o 'crescimento voluntarista' é concedido para a integração da economia de mercado. E este é um capitalismo totalmente diferente do liberalismo clássico, do qual a mão de obra excedente foi retirada da população camponesa. Quando a sociedade muda e a população camponesa não é o recurso interminável da reserva de mão-de-obra, esse mecanismo também precisa ser alterado. Essa outra maneira é atender a população com suas necessidades básicas, que deveriam ser atendidas de uma maneira muito mais liberal e menos burocrática do que pelas políticas de bem-estar. Foucault diz sobre esse plano: *"it's up to people to work if they want or not work if they don't*" (Foucault, 2011, p. 207)[63], embora o suposto é que, entre uma e outra, as

[63] Aula 7 Março de 1979.

pessoas sempre vão escolher trabalhar, porque o limite mínimo de renda não satisfaz as necessidades do 'espírito', embora seja suficiente para a manutenção das necessidades físicas. E a essas pessoas é garantido, por esse sistema, existir em suas necessidades básicas. Esse projeto, ordoliberal e aprofundado no anarcocapitalismo americano, pode aparecer bem intencionado mas, na verdade, pretende criar uma ordem em que a competição feroz é a lei única que vale na sociedade ou no jogo econômico, ao ponto de não permitir que o indivíduo sucumba totalmente às pressões competitivas e seja, de alguma forma, reintegrado ao jogo.

Este é um sistema em que a política social funciona não para dar conta de todos os riscos que a massa global da população está sob perigo. É desenhado apenas para aqueles que precisam de assistência em tempos e momentos específicos. Não busca afetar o jogo econômico da sociedade, ou seja, funciona deixando o jogo econômico se desenvolver como uma sociedade empresarial. A ideia do imposto negativo, no entanto, é mais famosa e de certa forma mais desenvolvida pelos estadunidenses e, principalmente, carregada pelo nome de Milton Friedman.

2.4. O neoliberalismo americano

2.4.1. Antecedentes do neoliberalismo americano

Como pôde se ver até aqui, neoliberalismo não é uma teoria universal que atravessa as pontes da teoria em direção a um universal de governo. O que foi dito até agora diz respeito às bases do ordoliberalismo, o liberalismo alemão dos anos 1930 em diante, cruzando-se com as discussões que surgiram após a guerra. É claro que todo o fenômeno do liberalismo alemão tem uma história própria, complexa e cheia de detalhes intrincados. Assim também surgiu o neoliberalismo americano, com suas próprias complexidades, questões e métodos próprios. No entanto, isto não significa que essas duas maneiras de reconstruir o liberalismo não tenham linhas de conexão entre si e não se refiram entre si, apesar das diferenças.

O neoliberalismo americano se desenvolveu em um contexto semelhante ao desenvolvimento do liberalismo alemão, tendo como centro de gravidade as mesmas questões principais, a saber, o *New Deal* e suas críticas, a crítica de políticas do tipo keynesiano de Roosevelt em 1933-1934. Foucault nos mostra o primeiro texto fundamental dessa época, em 1934, por Henry Calvert Simons (1889-1946), autor de *Economic Policy for a Free Society*, como um programa positivo para o *laissez-faire*.

A outra observação em comum do contexto é o plano Beveridge, juntamente com todos os projetos de intervenção social e econômica criados durante a guerra: os pactos de seguridades sociais no momento da demanda por guerra, um momento em que o governo e a sociedade concordaram em um contrato em que, em troca dos sacrifícios de guerra, a população receberia proteção contra vários tipos de riscos, como envelhecimento, doença, desemprego e assim por diante. O último contexto em comum de importância observado aqui são os programas de pobreza, educação e segregação, do governo Truman ao governo Johnson, tendo expressivo crescimento do governo estadual. Esses elementos, políticas keynesianas, pactos sociais de guerra e o crescimento da administração federal constituíam o alvo do neoliberalismo (Foucault, 2011, p. 217).

Claro que também há diferenças entre o liberalismo europeu e o americano. Primeiro, o neoliberalismo americano não ocorreu depois e apesar de uma *raison d'État* do governo anterior, como no caso da França. O liberalismo desempenhou um papel desde a Guerra da Independência semelhante à questão alemã, ou seja, o liberalismo foi o princípio fundador e legitimador do Estado. A demanda por liberalismo encontrou o Estado, e não o Estado buscando escolhas econômicas e políticas para limitar a si mesmo. O liberalismo sempre esteve no centro das discussões políticas do país. Ao mesmo tempo,

> Liberalism in America is a whole way of being and thinking. It is a type of relation between the governors and the governed much more than a technique of governors with regard to the governed (Foucault, 2011, p. 218)[64].

Portanto, medidas não liberais - intervencionismo estatal, políticas keynesianas e assim por diante - devem ali ser vistas como algo estranho e

[64]Aula nove, 14 de março de 1979.

ameaçador, na medida em que podem ser perigosamente socializadoras e criar bases para um Estado militar - dada a lógica inflacionária. Desse modo, o liberalismo nos EUA é muito mais profundo em termos de subjetividade, é todo um modo de pensar as relações, Estado e indivíduo que tem como consequência uma espécie de foco utópico que às vezes é revivido. É também um método de pensamento, cheio de apoio econômico e sociológico à sua análise. Foucault opta por analisar dois exemplos de tais práticas: a teoria do capital humano e a análise de problemas de criminalidade e delinquência.

2.4.2. A teoria do capital humano

Primeiro, gostaríamos de discutir a teoria do capital humano com duas ideias e práticas. Uma é a extensão da possibilidade de aplicar uma análise econômica em um novo domínio e, em segundo lugar, como consequência, a possibilidade de dar e tratar pelo método de interpretação da análise econômica os objetos que antes eram vistos como não econômicos.

A primeira questão trazida por essa crítica neoliberal tem a ver com a suposta situação inexplorada da categoria trabalhista na abordagem do liberalismo clássico. Segundo os neoliberais, esse assunto permaneceu como uma folha em branco, na qual os economistas não disseram quase nada. Smith inicia sua *Riqueza das Nações* com a questão da divisão do trabalho como uma chave fundamental para entender sua teoria, mas, além disso, nada para realmente analisar o trabalho em si; na verdade, ele tenta neutralizá-lo, ao passo que ele se torna ainda menos importante com as simplificações de Ricardo, mas também em Keynes, para quem o trabalho não passa de um fator passivo de produção, subordinado ao comando do investimento e assim por diante. Assim, os neoliberais americanos buscam a análise do trabalho no campo econômico, de maneira que a concepção sociológica do trabalho se torna inteiramente econômica. Gary Becker e Theodore Schultz produziram os primeiros textos sobre o assunto no início dos anos setenta. Para eles, é a teoria econômica que deve ser responsabilizada por tornar o trabalho

abstrato, ignorado e incompreendido, o que significa que a abstração[65] do trabalho, que aparece com a variável tempo, não é produto do capitalismo real, mas da teoria econômica que foi construída do capitalismo real.

Também foi fundamental a mudança no campo epistemológico e no domínio dos objetos em referência na análise econômica. Isto é, se a economia clássica se preocupava com os mecanismos de produção, troca, estrutura do consumo em uma determinada estrutura específica produtiva, os neoliberais passam a mudar o centro de gravidade da análise para a natureza e as consequências de escolhas substituíveis, a saber, o estudo e a maneira pela qual meios escassos são alocados eficientemente, de acordo com o melhor interesse da concorrência. Consequentemente, deve haver sempre uma ideia de escolha ótima subjacente que, por definição, não seja sobreposta por outra, mesmo que as pessoas aloquem meios escassos de maneira diferente, de acordo com sua preferência.

Foucault cita uma referência que inspirou o neoliberalismo americano, Lionel Robbins, que mais ou menos definiu essa diferença de foco e análise: "A economia é a ciência do comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos mutuamente exclusivos". Eles adotam para si a missão da análise do trabalho, classicamente ignorada pelos economistas, como uma forma de comportamento humano para definir a racionalidade interna desse comportamento. Essa análise deve trazer à luz o cálculo pelo qual os indivíduos decidem atribuir e alocar seus meios escassos e seus critérios de preferência. Portanto, para esses pensadores, a economia não tem nada a ver com o estudo e a análise da história da economia enquanto estrutura histórica, seu processo e mecanismo lógico, mas com uma atividade e a análise de da descoberta da racionalidade interna e a programação da atividade dos indivíduos na sociedade.

Então é aqui que o trabalho entra em debate, na forma de uma análise da racionalidade interna do trabalhador, e então eles não perseguem uma análise em termos do preço do trabalho, da situação técnica, do nível de investimento necessário e assim por diante. Ou seja, não é o trabalho abstrato que é posto em questão, mas a percepção sobre ele ou as racionalidades do trabalho. Eles

[65] A abstração marxista do trabalho, mesmo que eles não dialoguem diretamente com Marx. Ver Foucault, 2011, p. 222.

perguntarão: como a pessoa que trabalha usa os meios disponíveis, colocando-se no 'lugar do trabalhador', para estudar a conduta econômica como procedida, praticada, implementada, racionalizada, para a pessoa que trabalha. Por que alguém trabalha? O que significa trabalhar para alguém que trabalha? Quais são as escolhas definidas e as racionalidades que tornam possível essa atividade? Portanto, a ideia é transformar o trabalhador de um objeto em um sujeito econômico ativo.

Então, a razão pela qual as pessoas trabalham, dizem os autores, é ganhar um salário - não o preço que ele vende sua força de trabalho. Na perspectiva do trabalhador, ele trabalha por um salário que é uma renda pelo resultado de seu trabalho em um período específico de tempo. E qual é essa renda? A renda é, bem simples, o resultado, ou o produto, o retorno sobre o capital[66]. Consequentemente, daí a inversão, o capital é tudo que gera renda. E o capital do qual o salário é a renda é precisamente todo o conjunto de fatores físicos e psicológicos que tornam alguém capaz de ganhar precisamente um certo nível de salário.

Há algumas consequências imediatas dessa ideia de trabalho transformado em capital e renda. Primeiro, se o capital é assim definido, como algo que gera renda, e se um salário é uma renda, o capital e a pessoa que o possui são inseparáveis como nenhum outro tipo de capital. Ou seja, a capacidade de trabalhar, as habilidades para trabalhar, não são separadas da pessoa que trabalha e possui esse tipo de habilidade. Portanto, o trabalhador é uma máquina que não pode ser separada do trabalho em si, mas que não significa que, economicamente, a crítica sociológica diga que o capitalismo transforma o trabalhador em uma máquina e o aliena como resultado. Aqui a palavra máquina aparece de uma maneira bastante positiva (Foucault, 2011, p. 243).

[66] Primeiro, essa visão alternativa de capital foi desenvolvida por Irving Fisher (1867–1947), matemático e professor de Yale, autor de *The Nature of Capital and Income* (New York and London: Macmillan, 1906). Depois, outros desenvolveram a ideia de Fisher sobre o capital como algo que gera renda, como Joseph A. Schumpeter, *History of Economic Analysis*, p. 872–873, p. 898–899. Em seguida, Gary Becker, professor de Chicago com *The Economic Approach to Human Behavior* (Chicago and London: University of Chicago Press, 1976) e *Investment in human capital: a theoretical analysis, Journal of Political Economy*, vol. 70 (5), 1962. T.W. Schultz, também de Chicago, publica, entre muitos outros trabalhos sobre capital humano, *The High School in a New Era* (Chicago: University of Chicago Press, 1958). Ver Foucault, 2011, p. 236.

Assim como uma máquina comum, o trabalhador também tem um período de duração, sendo essa a sua própria vida, com diferentes rendimentos ao longo da vida, de acordo com as diferentes produtividades marginais de seu capital. Assim, o trabalhador é um capital que recebe diferentes níveis de salários ao longo do tempo, decaindo de acordo com a obsolescência de seu capital, ou seja, de seu próprio corpo e habilidades dele derivadas. Toda a economia se torna um complexo de máquinas, um conjunto de fluxos de máquinas, algo muito diverso do conceito de força de trabalho; é um sistema de capacidade de capitais circulando em que o trabalhador aparece como o elemento básico do próprio capital. Além disso, esse capital é sempre de responsabilidade de seu proprietário, a saber, novamente, o próprio trabalhador aparece também como uma empresa para seu capital.

No neoliberalismo americano, a ideia de que o bloco básico da sociedade deve ser a empresa é levada ao limite por essa virada epistemológica, uma sociedade composta por unidades empresariais, uma economia composta também por isso, é o que o liberalismo traz para a análise, quase em forma de uma utopia distópica, com o objetivo de racionalização de uma sociedade em uma economia.

Como dito anteriormente, Foucault considera apropriado trazer de volta o conceito de *homo oeconomicus* como um possível retorno trazido no neoliberalismo, mas não o retorno do homem de troca, o homem de comércio na concepção clássica juntamente com a utilidade de seu trabalho para a necessidade desse comércio. No neoliberalismo americano, o *homo oeconomicus* aparece como algo diverso dessa necessidade compulsiva de troca, é mais como um *homo* empreendedor e um empreendedor de si mesmo, já que é nele mesmo que encontra seu capital, seus ganhos, sua segurança, seus custos e assim por diante. O consumidor é um produtor de seu consumo, de sua própria satisfação[67]. O consumo passa a ser a possibilidade de produção da própria satisfação e do padrão do consumidor. Esse método é frequentemente aplicado ao assunto econômico: é possível entender todas as ações em termos de um esforço de eficiência da produção. A análise clássica, por outro lado, dividiu totalmente esse sujeito que

[67] "(...) this approach views as the primary objects of consumer choice various entities, called commodities, from which utility is directly obtained. These commodities are produced by the consumer unit itself through the productive activity of combining purchased market goods and services with some of the households own time." (Becker, 1976, p. 134).

produz com sua relação com o consumo. Na abordagem neoliberal, esses dois lados do indivíduo estão unidos na teoria do consumo. Assim, no final, o retorno ao *homo oeconomicus* é basicamente apenas na grade de análise da atividade econômica do sujeito, mas o conteúdo desse sujeito é muito diferente, incluindo toda uma nova concepção do comportamento dessa racionalidade.

Portanto, para esses neoliberais, o capital humano deve ser trazido para a análise como nunca antes, movendo elementos que escaparam em análises anteriores. Além disso, o trabalho fazia parte da análise econômica, mas a economia clássica não podia lidar adequadamente com esse elemento e, então, o trabalho foi separado. Eles estudam de que maneira esse capital é formado e acumulado, o que os leva a uma introdução totalmente nova de elementos que não poderiam ser imaginados como capazes de receber esse tratamento de análise econômica.

Em termos de formação desse tipo de capital, o sujeito pode ter elementos inatos e elementos adquiridos. É sempre bom ter em mente que essa análise se comporta de acordo com as noções de alocar meios escassos para um determinado fim. Então, não é preciso pagar para ter um corpo - mas alguém precisa, a aquisição hereditária vem do esforço, do sacrifício e do tempo de outras pessoas. Portanto, há um investimento feito não apenas nos elementos adquiridos, mas também para desenvolver características naturais conhecidas que levam em conta as necessidades naturais para a vida. Em uma sociedade empreendedora, torna-se intrínseco e diferente o seu significado para a ação, que tende a dar valor ao aprendizado das habilidades naturais que favorecem, no futuro, o desenvolvimento de se adquirir habilidades valorizadas no mercado. Sim, existem custos para nossas características hereditárias, e a única coisa no caminho da monetização desses custos é a tecnologia. Portanto, se as pessoas são capital, elas devem melhorar a si mesmas com todos os meios possíveis existentes, 'física e espiritualmente', que é o caminho celestial para a empresa de sucesso centrada na lógica da competição (Foucault, 2011, p. 246).

A ideia é realmente tornar a vida sujeita ao pensamento econômico em termos de sua imagem completa. Foucault fala sobre o poder da genética de reconhecer indivíduos em risco e os tipos de riscos que as pessoas incorrem ao

longo de suas vidas, criando um tipo de área de interesse ou um mapeamento dos indivíduos em risco para se controlar essa ou aquela doença. Recentemente, pesquisadores estão conseguindo mapear a mente de forma a produzir tecnologias de vigilância mental, de forma que alguns cientistas e políticos já estão se preocupando com a necessidade de incluir na constituição os neuro direitos, de forma a evitar excessos das grandes corporações e dos governos. É claro que esse mapeamento alinha-se aos objetos e às políticas relativas ao controle das possibilidades de vida, tendo como base a administração de acordo com os riscos, de maneira sistemática e específica.

> Putting it in clear terms, this will mean that given my own genetic make-up, if I wish to have a child whose genetic make-up will be at least as good as mine, or as far as possible better than mine, then I will have to find someone who also has a good genetic make-up (Foucault, 2011, p. 228)[68].

E, claro, a criança será o investimento desse esforço, do tempo, recursos e pesquisas que se colocará nesse projeto, sem a necessidade de se dizer sobre a renda, o status social e a suposição de que o sujeito já é um proprietário interessante de um bom capital humano[69]. Isto claramente nos traz questões de controle, desde que haja a possibilidade de se analisar dados suficientes sobre esses aspectos muito fundamentais da vida humana, e sabendo que tudo sobre esses aspectos pode ser chamado para análise quando a justificativa está apoiada na base da racionalidade utilitarista de uma economia de mercado baseada na concorrência.

Mesmo na perspectiva do capital humano adquirido, os neoliberais ampliam o limite anterior do que deve ser considerado no domínio da análise (e, consequentemente, do investimento necessário). Isto se refere ao que antes era simplificado em termos de educação formal - escolaridade, ou seja, investimentos educacionais tradicionais. Mas há mais dessas habilidades adquiridas que formam

---

[68] Aula nove, 14 de março de 1979.

[69] Ver Becker, The Economic Approach, p. 169–250: “Marriage, fertility and the family”; T.W. Schultz, “New economic approach to fertility,” Journal of Political Economy, vol. 81 (2) part II, March-April 1973; A. Leibowitz, “Home investments in children,” Journal of Political Economy, vol. 82 (2), part II, March-April 1974. See M. Riboud and F. Hernandez Iglesias, “La théorie du capital humain” p. 240–241 (on the choice between “quantity” and “quality” of children according to the human capital that parents wish to pass on to them); H. Lepage, Demain le capitalisme, p. 344 (“La théorie économique de la démographie”).

esse complexo de máquinas-habilidades nos seres humanos; por exemplo, o número de horas que uma mãe passa com a criança, desde o início da vida, será muito importante para a formação dessas máquinas-habilidades em termos de competências e capacidades. Isto significa que o tempo gasto durante uma amamentação simples se torna algo como um investimento em capital humano. Uma ação nascida livre e espontânea, comum ao básico gesto humano é anexada, portanto, como meio para alcançar um fim econômico específico. Essa racionalidade trata como um instrumento, um meio, realidades que são de fato fins, seres humanos e seus gestos que, por si só, são suficientes. Transforma a livre expressão de sentimentos e ações em um processo com vista a um fim, como no exemplo da amamentação. Transformamos tudo o que tocamos em um instrumento. O tempo gasto, os cuidados prestados e a educação dos pais - os pais mais instruídos formam um capital humano mais alto que os menos instruídos - em suma, todo tipo de estímulo que uma criança recebe gera consequências para seu nível de sucesso na área do mercado-concorrência. Portanto, é possível fazer uma análise ambiental das áreas circundantes para a qual será possível medir, se não calcular, as possibilidades em termos de capital humano.

Além disso, outras questões relacionadas à vida aparecerão como alvo potencial do mesmo tipo de políticas, por exemplo, as políticas de saúde tornam-se a manutenção da capital, para melhorá-lo e fazê-lo durar. Na formação desse capital, como em qualquer outro, sempre há uma questão da análise do custo de operação *versus* a produtividade que esse capital pode gerar. A análise vai não apenas no sentido de se mensurar possibilidades de aumento de produtividade, mas também de diminuição de custos, exceto quando o custo é um investimento.

O autor cita o exemplo da migração, que é um custo psicológico material, mas que, no entanto, justifica-se porque o empresário está pesquisando e investindo nessa pesquisa, visando a melhoria de status, de remuneração e assim por diante. O migrante é um investidor, um empresário de si mesmo que investe no diferencial de oportunidades e salários devido a questões geográficas, sociais e políticas. Aqui a análise é trazida de volta ao horizonte do indivíduo, ou seja, não existe um controle universal que se vincule mecanicamente e se estenda além das ações dos

indivíduos, mas como um comportamento em termos da racionalidade dessa empresa individual capaz de ter habilidades-máquinas contando em termos de investimento, custo e renda.

Qual é o interesse político de Foucault em todos esses exemplos de ampliação desse conjunto de análises econômicas aplicadas a vários campos, social, biologicamente e da vida humana? Certamente, não é apenas uma denúncia desse tipo de pensamento e de pessoas que gostam de pensar em ficção científica. Para Foucault, antes de tudo, essas situações possibilitam a reavaliação de um fenômeno discutido desde o final do século XIX, discutido por economistas, que não foi totalmente realizado. Schumpeter é utilizado por Foucault para mostrar como a taxa de lucro - como discutida por Marx e economistas clássicos - continua se corrigindo, não apenas devido ao imperialismo, como mostrado por Rosa Luxemburgo, mas à existência de progresso técnico ou inovação, que Schumpeter considera absolutamente importante para o funcionamento do capitalismo, seu comportamento dinâmico que mantém o capitalismo funcionando (Foucault, 2011, p. 250).

Assim, argumenta Foucault, os neoliberais tomam esse problema da relação entre inovação e a tendência de queda da taxa de lucro para dizer que deve haver mais, ou seja, o capitalismo não pode depender de tal arbitrariedade-aleatória derivada do processo de inovação para sobreviver. Se existe inovação e se é tão importante para a manutenção do capitalismo, a inovação deve ser mais ativamente gerada; e se a inovação é a descoberta de coisas novas, novas formas de coisas, novas tecnologias para fazê-lo e criar, a inovação nada mais é do que o resultado do trabalho de uma certa quantidade de capital humano investido no próprio homem com os devidos meios aplicados para produzir isto. Eles reafirmam em sua análise que os elementos clássicos da economia clássica e as formas em que aparecem não podem explicar muito no capitalismo moderno. Apenas uma análise fina do capital humano, de como o capital humano foi aumentado e em quais setores, inclusive culturais, podem explicar o crescimento moderno de países como o Japão, por exemplo.

Portanto, o princípio do crescimento econômico não é mais apenas o problema material do capital físico e do número de trabalhadores, por outro lado. É a questão do investimento das coisas que podemos modificar mais facilmente, e isso assume a forma de um investimento em capital humano. Assim, a indústria 4.0, as políticas modernas de desenvolvimento, as políticas do Terceiro Mundo pensam em termos de investimento insuficiente em capital humano, mas também, e mais ainda, as políticas dos países desenvolvidos centralmente cercam essa questão do capital humano.

Toda a questão do neoliberalismo, dessa perspectiva crítica, não é mais uma explicação da economia clássica ou refazê-la, mas, ciente de sua capacidade de criar, controlar e influenciar o comportamento, fazê-lo de maneira positiva e ativa em termos de formação de racionalidades em torno dos princípios de concorrência de uma economia de mercado.

O neoliberalismo inverte a relação que passa do social para o econômico, e muitas análises típicas de mercado econômico são usadas para decifrar objetos que não são de mercado, que não são estritamente econômicos, mas fenômenos sociais. A rigor, os neoliberais americanos estariam errando epistemologicamente se as relações de mercado já não fossem aceitas como naturais. Porque o mercado é natural, ele é capaz de circunscrever a vida.

Em comparação com o projeto ordoliberal para a sociedade, a *Vitalpolitik*, o neoliberalismo americano é muito mais radical, completo e exaustivo. Ainda envolve o plano econômico para a sociedade, que está aplicando o aparato econômico à esfera social, tomando forma de uma generalização absoluta das formas do mercado nas esferas social e psicológica. A análise econômica forma uma grade de inteligibilidade e de decifração das relações sociais e do comportamento individual. É possível usar o instrumento econômico para entender profundamente as relações humanas, os assuntos não econômicos. O exemplo dado do capital humano foi bastante claro em relação às possibilidades dessa extensão, envolvendo análise de custo de investimento, oferta e demanda de habilidades humanas. Além disso, há o exemplo do número de filhos em famílias de diferentes níveis de riqueza e os

impactos nas capacidades dos indivíduos, que se torna uma espécie de verdade em uma sociedade de mercado.

As famílias mais ricas tendem a gerar menos filhos, definitivamente não por um pensamento malthusiano, mas porque a família rica administra melhor seu investimento e, para isso, é necessário cuidar mais da herança da única criança em termos de capital humano para ser transmitido, o que obviamente envolve, mais do que despesas monetárias, tempo para satisfazer as carícias do novo aprendiz do complexo máquina-habilidade. A família deve ser vista como um sistema de contrato que permite aos indivíduos compartilhar insumos e produtos. É um contrato de longo prazo que permite que os cônjuges evitem constantemente a todo momento que inúmeros contratos precisem ser feitos. Isso ajuda a economizar tempo, que já é uma mercadoria econômica muito importante. Enfim, os exemplos são muitos.

A outra característica interessante dessa análise neoliberal é que essa grade econômica deve testar a ação governamental, avaliar sua validade, objetar às autoridades públicas seus excessos, a sua futilidade e dos seus gastos desnecessários. Permite a criação de uma crítica política permanente da atmosfera de ação política e governamental. Envolve investigar a ação das autoridades públicas em termos de exame de oferta e demanda, em termos de eficiência em relação aos elementos escolhidos para esse jogo e em termos de custo de intervenções em relação a todos esses outros critérios. Não é apenas uma crítica política ou jurídica, é uma crítica de mercado que visa a esfera pública como um espelho de si mesmo. É a tentativa de encarar a esfera pública como um duplo, o que não é apenas uma ideia de um teórico.

A analogia de Foucault em relação a essas séries de críticas é que os neoliberais inventam o não-*laissez-faire*, no sentido de que toda ação governamental é cheia de contradições, sem consistência e meio boba, a ponto de não haver escolha em termos de ação se não o caminho do mercado como a única saída. O *laissez-faire* é invertido e o mercado não é mais a autolimitação do governo, mas um tribunal que confronta todas as ações do governo como não ideal, sub-ótima e assim por diante. A regra do século XIX do Estado de direito era confrontar o Estado em sua ideia de estabelecer os limites de sua jurisdição por meio de direitos, enquanto

que aqui o acesso à ação governamental é por meio de termos estritamente econômicos e de mercado (Foucault, 2011, p. 267).

2.4.3. Outra questão, mesmo "approach": o problema da criminalidade

O esforço do neoliberalismo americano vai na direção, portanto, de centralizar as coisas em torno do *homo oeconomicus* em uma nova perspectiva da economia política - ou melhor, em enterrar a economia política, pois tudo se torna um problema de administração de riscos, custo de investimento e assim por diante.

Quando Foucault fala do problema da criminalidade, levando a análise do crime de Becker em comparação com a de Beccaria e Bentham, ele tem em mente algo como uma mudança epistemológica nessa cadeia de pensamento em relação à ação do indivíduo. Definitivamente, o esquema geral de Beccaria não é o ideal neoliberal, pois leva a uma inflação do sistema jurídico, uma inflação de análise desse sistema, de multiplicação de autoridades e centralização da tomada de decisão dentro desse mecanismo de direito e, portanto, de referência contínua à lei. De qualquer forma, a remodelação dessa questão da criminalidade - mas talvez essa remodelação possa ser alargada ainda mais no método neoliberal como um todo em relação à sociedade e à teoria - baseia-se, argumenta Foucault, na ideia de que o cálculo utilitário não pode ser feito de forma suficiente dentro dessa estrutura legal. Daí a acolhida da volta ao *homo oeconomicus* para o centro do problema.

O crime deve ser visto com a referência do capital humano para o trabalhador. A análise deve incluir o criminoso não como um *homo criminalis*, mas como um empresário que gerencia constantemente seus riscos de ser pego, de supressão de suas atividades e possibilidades de renda. Obviamente, isso significa que é possível abordar o indivíduo, não psicológica e antropologicamente, através de uma perspectiva estritamente econômica que é muito funcional para entender alguns dos comportamentos do mesmo. Isso não significa que todo o seu comportamento é econômico, mas há espaço para a inteligibilidade dele como um comportamento econômico. Por exemplo, se em um país a taxa de desemprego e informalidade é alta e, para receber o mínimo necessário para a manutenção da

vida, um certo trabalhador tenha de trabalhar mais de doze horas, provavelmente vale a pena o negócio criminal, o que não significa, necessariamente, que ele irá fazê-lo.

Nesse sentido, a justiça penal não terá que lidar com crime e criminalidade. Terá que lidar com certos tipos de ações e com as pessoas que as produzem. Ela terá que lidar com a oferta do crime e controlar suas condições, tendo como parâmetros os cálculos de custo de investimento tanto do infrator como para as operações de controle. Nesse sentido, a punição aparece como o limite de externalidades negativas produzidas pelo tipo de produção gerada pelo crime. A prevenção do crime - ou a sua oferta - será dada na medida em que o custo da prevenção do crime não seja superior ao custo gerado por ele. Simplesmente não faz sentido gastar mais com proteger algo do que se perderia caso isso fosse roubado. Isso se deve ao custo da *law enforcement*[70], que são despesas reais, custos reais, para limitar as ações que se deseja impedir. Quanto mais se deseja limitar a oferta de crimes, maior o custo para fazê-lo e a eficiência marginal dessa aplicação é negativa. Isto ocorre porque o fornecimento do crime não é uniformemente elástico e a aplicação da lei tem custos de externalidades, política, socialmente, além de outras desvantagens. Portanto, a figura antropológica do criminoso é apagada, pois no nível do comportamento tudo pode ser interpretado como ação puramente econômica.

Há a radicalização do que os ordoliberais já definiram como importante para a *Gesellschaftspolitik*. Os neoliberais norte-americanos basicamente aceitam e aprofundam a ideia de que todos são jogadores no jogo econômico, e que a única possibilidade de arbitragem é no campo ambiental em que eles são capazes de jogar. Essa tecnologia ambiental tem como princípio algo como i) a definição de uma estrutura em torno do indivíduo, solta o suficiente para permitir que ele jogue; ii) que o indivíduo seja capaz de regular os efeitos de sua própria estrutura; iii) que os indivíduos sejam protegidos uns dos outros e iv) que a autonomia desses espaços ambientais seja garantida. Não se trata tanto de um individualismo normativo,

[70] *Law enforcement* é o conjunto de instrumentos empregados para dar realidade social e política ao ato de proibição do que consiste a formulação da lei (Foucault, 2011, p. 254).

padronizador, identificativo e hierárquico, mas de uma teoria de um ambientalismo aberto a incógnitas e fenômenos transversais.

Todas essas questões que giram em torno da questão do *homo oeconomicus* levantam a questão da validade e aplicabilidade desse problema de racionalidade e do limite, da eficácia da aplicação e da generalização deste método. A identificação com a atitude econômica, por trás dos panos dessa análise econômica, traz consigo condutas que envolvem a alocação ótima de recursos escassos para fins alternativos, enfim, a identificação dessa atitude econômica com um comportamento econômico é que define certo padrão de governabilidade e previsibilidade dos indivíduos e das instituições. Talvez a questão menos importante seja a validade desse método, mas a sua capacidade de convencer as pessoas de que a realidade funciona assim.

É possível generalizar a conduta racional na maioria das ações humanas, de acordo com esses neoliberais, já que estamos sempre raciocinando formalmente, alocando os itens raros e assim por diante. Para ir além, a aceitabilidade dessa análise econômica não estaria apenas sob o teto do comportamento racional, mas em tudo que aceita a realidade, qualquer conduta que responda sistematicamente a qualquer mudança nas variáveis do ambiente deve ser suscetível à análise econômica. Trata-se de criar e remodelar um sujeito econômico que seja ele mesmo indutor de políticas de verdade a favor do mercado e da concorrência; trata-se do estabelecimento de algum viés de verdade a partir do qual o poder se desenvolve,

> Rational conduct is any conduct which is sensitive to modifications in the variables of the environment and which responds to this in a non-random way, in a systematic way, and economics can therefore be defined as the science of the systematic nature of responses to environmental variables (Foucault, 2011, p. 269)[71].

O mais interessante sobre essa definição, e parece realmente marcar as diferenças em termos de economia política, é que ela tem um significado prático muito intenso. Na medida em que a Economia estuda essas respostas sistemáticas a variáveis naturais, é possível estudar técnicas nas diferenças comportamentais que afetam as respostas. Essas técnicas mostram como a psicologia econômica

[71] Aula 28 Março de 1979.

entende o comportamento econômico associado ao *design* ambiental. As técnicas de comportamento levantam a questão da liberdade como um objeto a ser gerenciado, a ser observado e calculado. A liberdade só é possível aqui depois que um conjunto de ações 'consensuais' é definido e as coisas no nível das expectativas estão relativamente bem conhecidas. Liberdade é a liberdade de jogar em um espaço já bem mapeado, com as armas já escolhidas e a quantidade de munição já bem separada, embora cada um com os seus recursos iniciais arbitrários[72].

Esse *homo oeconomicus* que surge na manipulação ambiental de Becker é governável, gerenciável, uma vez que responde a estímulos artificiais sistemáticos em seu *'habitat'* artificial-natural. Mas esse *homo oeconomicus* já era um assunto que precisamente habilitava o governo (dos economistas clássicos) a agir de acordo com os princípios econômicos em termos de economia política e em termos de autolimitação do governo. Mas agora esse sujeito aparece muito mais governável, uma vez que o indivíduo só responde 'individualisticamente', guiado pelo interesse próprio egoísta, ao melhor comportamento possível na grade de ação ótima-máxima. Mas o fato é que, como esse homem econômico terá esse comportamento racional que corresponde a uma resposta de um conjunto de estímulos específico, e por isso ele é fácil ser controlado, já não pode chamar o soberano *big data* de ignorante: A governamentalidade é tal que poderá atuar no meio ambiente e modificar suas variáveis: eis o leviatã neoliberal.

Essa ideia revela, enfim, algo muito interessante sobre o *homo oeconomicus*: ao invés de ser um átomo de liberdade em um sistema, definitivamente inacessível à esfera de governabilidade, esse homem econômico, com suas racionalidades, condições de escolhas, de ação e no seu gerenciamento de pulsões se revela, na verdade, como um parceiro cuja existência permitiu o desenvolvimento de um certo tipo de governo a ser determinado segundo princípios econômicos, guiado tanto a partir da economia política como pela auto-limitação e frugalidade do governo. Não é possível aceitar facilmente, no entanto, que essas governabilidades foram desde o início projetada em paralelo com o sujeito neoliberal por uma elite burguesa[73].

---

[72] Ver Dardot; Laval, 2016, p. 216: "A "liberdade de escolher" identifica-se com a obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora dentro de um quadro legal".

[73] Idem, p. 192. "O que se trata de pensar aqui é certa "lógica das práticas": primeiro, há as práticas, frequentemente díspares, que instauram técnicas de poder (entre as quais, em primeiro lugar, as

técnicas disciplinares) e são a multiplicação e a generalização de todas essas técnicas que impõem pouco a pouco uma direção global, sem que ninguém seja o instigador desse “impulso na direção de um objetivo estratégico”. Não conseguiríamos expressar melhor a maneira como a concorrência se constituiu como nova norma mundial a partir de certas relações entre as forças sociais e certas condições econômicas, sem que tenha sido “escolhida” de forma premeditada por um “Estado-maior” qualquer. Fazer aparecer a dimensão estratégica das políticas neoliberais é, portanto, não apenas revelar em que elas dizem respeito à escolha de certos meios (de acordo com o primeiro sentido do termo “estratégia”), mas é também mostrar o caráter estratégico (no segundo sentido do mesmo termo) do objetivo da concorrência generalizada que permitiu dar a todos esses meios uma coerência global.”

3. Considerações Finais

O que fica claro sobre o neoliberalismo é o inicial paradoxo apresentado na tentativa de defini-lo a partir de universais como nacional, internacional, regulado, desregulado, público, privado, etc. Há também as tentativas mais tradicionais marxistas em definir o neoliberalismo a partir da crise do modo de produção fordista (Harvey, 2013), ou seja, crise de acumulação. Neoliberalismo é algo que, como a liberdade, só é possível quando em relação a algo, quando as especificidades que lhe dão forma e lhe conferem sentido de existência apresentam-se. Neoliberalismo existe enquanto *diferença*. Algumas dessas especificidades provêm de aspectos gerais do pensamento e prática ocidentais, outras não. Sendo assim, é possível apreender no neoliberalismo um certo comportamento, que, no entanto, toma para si diversas formas. Alguém que busca teorizá-lo através de formas padronizantes no arcabouço modular concreto dos universais falhará miseravelmente, visto que essas formas são instáveis, passíveis de mudança rápida e distribuída estrategicamente de diversas formas.

Dito isso, e sabendo das inovações neoliberais que Foucault não pôde testemunhar, como a internacionalização e o processo de financeirização na economia (Helleiner, 1996) e outras inovações (Brown, 2015) além, é claro, de especificidades regionais, culturais etc. Contudo, não basta atualizar Foucault nas formas que o neoliberalismo tomou nesses últimos anos; é necessário entender o comportamento diretor das formas, o imperativo de poder que tenta regular os indivíduos e dar sentido à vivência em sociedade, à existência do público, enfim, dos elementos que constituirão a forma pela qual se apresentam as diversas roupagens das variações em experiência dos neoliberalismos.

Entre esses elementos, um dos mais fundamentais é a aplicação da lógica de mercado para tudo o mais - a *economization* da vida, e para isso a utilização do princípio do cálculo do *mais-ganho-prazer* utilitário para definir escolhas, comportamentos, preferências - o que vemos aqui é a mais valia tornando-se não só um processo da lógica do capital mas parte imanente da racionalidade das pessoas - porque as pessoas são encaradas como capital. Isto é, a tentativa pelo cálculo

aplicada a todas as esferas da vida constitui o modo de vivência básico que todas as formas neoliberais parecem refletir. Essa transformação traz consigo algo já anunciado por Bernard de Mandeville, Adam Smith, Benjamin Constant: o egoísmo como constituição latente ao indivíduo, o estímulo e a gratificação para atitudes egoístas quando associadas ao comportamento básico medidor de sucesso no mercado e nas instituições por ele moduladas.

Nesse sentido, o neoliberalismo não se apresenta como descontinuidade total em relação ao liberalismo clássico: o egoísmo é bom para o indivíduo como para a sociedade - ainda que haja questões a respeito do real significado, para Adam Smith, de *self-interest* em relação à forma em que aparece na *Riqueza das Nações,* em comparação com as aparições empáticas na *Teoria dos Sentimentos Morais*. *Self-interest* poderia significar egoísmo em uma leitura mais rápida, ou poderia significar também algo como auto-reconhecimento, significando necessidade de amar e ser amado, visto que esse s*elf-interest* pode ser empático, proveniente de vontades coletivas, que busca a redução de sofrimento de si e dos outros - necessariamente o *eu* aparece atrelado à comunidade, ou à sociedade civil, para Smith.

O liberalismo smithiano é baseado em um sistema moral que o faz ver a sociedade de mercado como um bom caminho para o mundo, para o ser humano, e tudo o mais. Mas isto é assim porque esse sistema moral sobreviveria à sociedade de mercado por essa mesma moral empática, dotada de interesse na alteridade.

A economia enquanto ciência tem sido incapaz de desempenhar o papel de organizar relações humanas e não humanas (há de se considerar os registros do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana), com base nessa outra forma de encarar o outro. Isto porque o mercado parece ser o *alter ego* econômico sem o qual esta ciência não pode caminhar só - de certa maneira, as observações, conclusões, interesses e questões dessa ciência são inventadas pelo seu próprio objeto de pesquisa.

Alguns poderiam argumentar que a ciência econômica vem para explicar a realidade econômica, que é capitalista e, portanto, deve ficar no campo de definir as condições de atingir as metas estabelecidas pelas forças de mercado, de modo a

jogar o jogo pelas regras e, caso tenha sorte, de iluminar-se com o selo de desenvolvido. Ou seja, a ciência deveria seguir uma razão dada externa a si mesma, e portanto incapaz de se mostrar auto-reflexiva. O capitalismo é desigual, e portanto a análise econômica e suas prescrições deveriam refletir essa realidade de desigualdade. Tal forma de pensar, reprodução mental de uma forma de pensar colonizada, garante o desenvolvimento e reprodução de subjetividades alheias às possibilidades de desenvolvimento de forças culturais, produtivas e de organizações alternativas ao modelo capitalista de crescimento, no qual se baseia grande parte das contribuições clássicas e desenvolvimentistas. Esse método previne e impede o surgimento de outras formas de desenvolvimento econômico.

No Brasil, neste final do ano de 2020, emanam exemplos vivos e mortos desta forma de pensar a economia, a sociedade e o sujeito. A desterriterioração e a destruição de florestas no norte do país, a queima do pantanal, o assassinato de lideranças indígenas, o contínuo e histórico massacre nas periferias, os feminicídios, as manchas de óleo em mais de 300 praias brasileiras não provocam muita emoção nos seios de pensamento econômico brasileiro, predominantemente *market oriented*, preocupados com o suposto desengessamento da economia via reformas pornográficas que, além de não melhorarem a qualidade do emprego e/ou da produção e favorecerem a informalidade laboral, responsabilizam a crise recente no trabalho e tiram a responsabilidade das empresas privadas, públicas, dos grandes invasores de terra, da especulação imobiliária e do rentismo que garantem desigualdades perenes de riqueza e renda.

Contudo, há, por outro lado, operadores e operações contínuas de mudanças de mentalidades e de constituição de outros espaços funcionando como *focus* e correntes de outros mundos. Por mais que a lógica neoliberal de mercantilizar a mente, de criá-la enquanto operadora da valorização de tudo e naturalizá-la enquanto processo autômato consiga, às vezes, se impor, a distopia neoliberal não poderá realizar-se completamente: as ecologias da organização da vida e os limites

definidos por elas deixam claro que há o fim para a extensão da mercantilização da vida e da transfusão dos princípios de mercado para o *socius*[74].

Se grande esforço foi feito para domesticar e naturalizar o mercado enquanto instituição reguladora geral, cabe-nos subordiná-lo a outras formas de existência e a outras formas de verdade, não apenas no sentido macro e microeconômico da mudança política, mas, e principalmente, através de micro criações e mutações ético-estéticos de nós mesmos e de nossas relações que, dado o seu caráter multi e poliforme, nos permitem transitar entre outros mundos.

[74] Ver WEIS, Bruno; VELASQUEZ, Cristina Suarez Copa. and JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. Plantando florestas, mudando vidas: a educação agroflorestal na bacia do Xingu. [s.l.]: ISA, 2010. Ver também Dardot e Laval (2017).

Referências bibliográficas

BENTHAM, J. et al. *Economic Writings*. [s.l.]: Franklin, 1952.

BROWN, W. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. Cambridge, MA: Zone Books, 2015.

BRRIAN, A. *The Beveridge report: Its origins and outcomes.* International Social Security Review (1992) 45#1–2 p. 5–16.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. In: *Microfísica do poder*. Rio De Janeiro: Graal, 2000.

_____. *The birth of biopolitics lectures at the college de France, 1978-1979*. Palgrave Macmillan, 2011.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HEGEL, G. W. F.. *Ciência da lógica*. Petrópolis: Vozes, 2016.

HELLEINER, E. *States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s*. Cornell University Press, 1996.

_____. *The Status Quo Crisis: Global Financial Governance After the 2008*

Meltdown. Oxford University Press, 2014.

HUME, D. *Ensaios morais, políticos & literários*. [s.l.]: Liberty Fund, 2004.

LEITE, M. V. C. (Org.). *Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade (LC/TS.2019/27)*. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019.

PACK, J. *Capitalism as a Moral System: Adam Smith's Critique of the Free Market Economy.*: Edward Elgar, 2010.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: As Origens da Nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAGO, M, Org; PELEGRINI, M, Org. *Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas.* São Paulo: Intermeios, 2019.

SMITH, A. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. [s.l.]: Liberty Press, 1981.

_____. *The theory of moral sentiments*. Liberty Fund, 2007.